

I Parte

1. Introdução

1.1. O objeto de estudo

Em 1998 a Academia Sueca atribuiu a José Saramago o Prémio Nobel da Literatura. O autor, que na altura já contava com uma dezena de romances, foi o primeiro português a receber este galardão. Com este prémio, Saramago ganha ainda mais notoriedade enquanto escritor e os seus livros atingem um maior número de pessoas. Apesar do seu reconhecimento mundial enquanto autor, uma das fases da sua vida é pouco conhecida: a que colaborou com os jornais.

Saramago colaborou com diversas publicações importantes do panorama mediático português. Teve a sua primeira experiência como crítico literário na revista *Seara Nova*, em finais da década de 60, e foi cronista no vespertino *A Capital*, no *Jornal do Fundão*, no *Diário de Lisboa* e no *Diário de Notícias*. Neste último, fez ainda parte do quadro diretivo.

O objetivo desta dissertação é o de estudar o período em que José Saramago colaborou com diversos órgãos de comunicação portugueses. Começou em 1968 e terminou o seu papel no jornalismo em 1975, quando abandona a atividade e passa a dedicar-se exclusivamente à literatura.

Apesar de ter tido uma vasta colaboração com jornais, seja como editorialista, crítico literário e até diretor-adjunto, José Saramago nunca se considerou um jornalista. Em entrevista a João Céu e Silva é perentório a este respeito: “(...) eu nunca fui jornalista, não fiz uma entrevista, não fiz uma reportagem, não descrevi um acidente de rua... não fiz rigorosamente nada daquilo que é, digamos assim, tarimba de jornalista. (...) Se para ser jornalista basta ter trabalhado num jornal, então, sim, fui jornalista, mas não é assim” (Silva, 2009: 309). No entanto, passa por diversos jornais emblemáticos do panorama mediático português e, também, chega à direção de um dos periódicos mais respeitados na época: o *Diário de Notícias*.

Cronista nos quatro jornais por onde passou, o seu trabalho na imprensa pode ser dividido em duas fases, coincidindo com dois momentos históricos diferentes. A primeira fase, nos jornais *A Capital* e no *Jornal do Fundão*, ocorre durante o

marcelismo. Aqui, e de 1968 a 1972, escreveu sobre as suas memórias, onde inclui as viagens que fez, e sobre temas soltos. Porém, também escreveu sobre política num momento em que, apesar do desaparecimento político de Salazar, a ditadura teimava em persistir. Alguns dos seus escritos acabarão por chamar a atenção da censura. Duas das crónicas que escreveu para *A Capital* foram censuradas, na totalidade e em parte, como iremos abordar na IV parte. A segunda fase, que coincide com a desagregação da ditadura e os momentos mais agitados da Revolução, é ainda mais complexa. Aqui, o trabalho de Saramago assume feições diferentes das que revelou n' *A Capital* e no *Jornal do Fundão*. Cronista e editorialista do *Diário de Lisboa* (1972-1973) e do *Diário de Notícias* (1975), Saramago envereda abertamente por um jornalismo interventivo, político, e não hesita em abordar temas relacionados com o contexto político-social da época. A sua experiência no *DN* é ainda marcada pelo polémico episódio que culminou no despedimento de 24 jornalistas.

Por todos estes motivos, pareceu-nos pertinente estudar este período da vida de José Saramago, numa abordagem cujo objetivo é provocar novas reflexões sobre o percurso daquele que é um dos nomes mais importantes da literatura nacional.

1.2. Metodologias e estrutura do trabalho

Esta dissertação é constituída por cinco partes. Primeiramente iremos fazer uma revisão da literatura, para melhor compreendermos o período em análise. Apesar de não termos tido a pretensão de sermos exaustivos, percorremos os principais estudos em que se analisa a biografia de Saramago, para detetar se neles são feitas referências à colaboração do escritor com os jornais. Paralelamente procurámos entender o que era o mundo da imprensa durante o Estado Novo, em especial no período marcelista, centrando, também, a nossa atenção na caracterização dos principais órgãos de comunicação pelos quais o autor passou.

Nesta primeira parte, recorreremos, também, aos jornais (*O Jornal do Fundão*, *A Capital*, *Diário de Lisboa* e *Diário de Notícias*) e a algumas das obras de crónicas publicadas pelo próprio Saramago, como os livros *Deste Mundo e do Outro* [1ª edição publicada a 1971], *A Bagagem do Viajante* [1ª edição de 1973] e *Os Apontamentos* [1ª edição de 1977]. Procedemos ao levantamento das crónicas do autor e analisámos as que melhor expunham a sua posição sobre determinados temas ou aquelas que se

identificavam com os elementos do jornalismo cultural – sobretudo n’*A Capital* e no *Jornal do Fundão*. Completamos esta etapa da investigação com *As Pequenas Memórias* (1ª edição de 2006), obra em que José Saramago nos dá importantes pistas e pormenores sobre a sua vida. Finalmente, aprofundámos a investigação com a bibliografia sobre a época de forma a enquadrar as crónicas e as temáticas conceptuais que, neste trabalho, irão ser exploradas.

Esta investigação não ficaria completa sem o recurso a entrevistas pessoais a investigadores, a colegas de trabalho e amigos de Saramago e, também, à sua filha, Violante Saramago Matos.

A segunda parte da dissertação centra-se na biografia de José Saramago, fundamental para conhecer o homem e a sua obra. Aqui, passaremos em revista alguns momentos centrais da sua vida.

Relativamente à terceira parte, consideramos importante a caracterização dos meios de comunicação por onde Saramago passou. Não faria sentido analisar os seus escritos sem dar a conhecer os jornais onde elas se integram.

A quarta parte destina-se à análise das crónicas do autor. Desenrolando-se numa lógica cronológica, a análise começa nos jornais *A Capital* e *Jornal do Fundão*. A opção por proceder a uma análise conjunta destes dois periódicos decorre pela semelhança existente nos conteúdos de ambos. O *Diário de Lisboa* e o *Diário de Notícias* irão, por sua vez, ser analisados autonomamente.

Por último, apresentaremos as conclusões deste trabalho.

1.3 Estado da Arte

José Saramago tem sido uma figura controversa no panorama cultural português. Maioritariamente reconhecido como Nobel de Literatura, é um dos autores portugueses com maior renome a nível mundial. Porém, apesar da sua projeção a nível nacional e internacional, algumas etapas do seu percurso ainda são pouco conhecidas, nomeadamente aquela a que nos propomos a estudar: a sua carreira jornalística.

Saramago iniciou-se na publicação de crónicas no jornal *A Capital*, a partir de 1968, e no *Jornal do Fundão*, em 1971¹. Depois, a partir de 1972, começou a colaborar no *Diário de Lisboa*, como cronista e editorialista.² Aqui permaneceu até 1973, altura em que decidiu despedir-se devido a questões editoriais. Recordando esses momentos, o escritor afirma que “(...) ia haver eleições e o *Diário de Lisboa* não podia intervir no período de campanha eleitoral. Respondi que me parecia estranho, porque o jornal, dentro dos limites do permitido, não tinha feito outra coisa senão isso ao longo dos tempos (...) Disse-lhe que não compreendia o que afirmava (...) e voltei para o meu gabinete a pensar «Isto só tem uma solução. Eu não vou escrever sobre flores e passarinhos, nem passar ao largo daquilo que estiver a acontecer ou vier a dar-se na campanha eleitoral. Há discursos e opiniões e eu aqui a escrever sobre andorinhas que já se foram embora»” (Silva, 2009: 41).

Saiu do *Diário de Lisboa* em 1973. Até 1975, colabora com a revista *Arquitectura* e começa a escrever o livro *O Ano de 1993*³. Assessor do Ministério da Comunicação Social, em 1974, José Saramago regressa à azáfama jornalística em 1975 quando Lopes do Souto o convida para assumir o cargo de diretor-adjunto do *Diário de Notícias*. Este regresso coincide com o período mais turbulento do processo revolucionário em que, segundo alguns autores, o PCP terá enveredado por uma estratégia de assalto aos órgãos de comunicação social. Este facto é relevante, uma vez que José Saramago era militante deste partido desde 1969.

No seu livro *Os Apontamentos*, Saramago refere que muitas das suas crónicas não foram publicadas, ficando vítimas da censura à imprensa que vigorava na época. “Entre os artigos, alguns há que, redigidos na altura, apenas agora veem a luz do dia: facto não precisa de explicação” (Saramago, 1998: 20). Também no jornal *A Capital*, duas crónicas foram censuradas, uma na totalidade e outra apenas um parágrafo. Sobre este período de repressão, censura e ausência de liberdades surgem os estudos de António Reis (1986), Graça Franco (1993), Alberto Arons de Carvalho (1999), Ana Cabrera (2006), José Tengarrinha (2006) e Irene Pimentel (2007). As diversas obras analisam o período censório e quais as diferenças entre o governo de Salazar e o de Caetano. A abordagem destes autores foi fundamental para compreender melhor o período em que

¹ Em 1967-1968 inicia-se como crítico literário na *Seara Nova*

² Em 1971 publica o livro *Deste Mundo e do Outro*, uma compilação das crónicas escritas n’*A Capital*. Em 1974 escreve *As opiniões que o DL Teve*, que segue a mesma linha que o anterior

³ O livro só viria a ser concluído após a Revolução

as crónicas de José Saramago se inserem (1968-1975). Desta forma, procurámos entender como atuava a censura e como isso condicionou a maneira de escrever do autor.

De acordo com José Tengarrinha, é possível detetar três fases evolutivas dos serviços da censura: do golpe de 28 de maio de 1926 até 1931, de 1931 a 1950 e de 1950 até 1974. Segundo o autor, existia, naquela que ele identifica como a segunda fase, uma “preocupação central de afirmação do regime, segundo linhas de orientação bem identificadas, com o objectivo último de criar uma opinião pública favorável” (Tengarrinha, 2006: 178), tendência que foi consolidada de 1950 a 1974, onde o objetivo era evitar comentários desfavoráveis ao regime.

Pioneira nos estudos sobre a censura à imprensa em Portugal, Graça Franco escreve *A censura à imprensa (1820-1974)*, em 1993. Sobre o mesmo assunto, surge *A censura à imprensa na época marcelista* (1999), de Alberto Arons de Carvalho. Focando-se na componente jurídica, esta última obra foi fundamental. Estes dois estudos são importantes para nos dar um contexto histórico sobre a imprensa e o seu regime jurídico no período analisado.

Sobre José Saramago existem diversas obras biográficas. A de João Céu e Silva, *Uma Longa Viagem com José Saramago* (2009), revelou-se particularmente interessante e útil por se tratar de uma longa e detalhada conversa (que durou dois anos) sobre várias fases da vida do Nobel. Nela, Saramago aborda questões sobre a atualidade internacional e nacional; analisa a relação com a neta Ana e com a mulher Pilar del Río; é questionado sobre a sua escrita e sobre os momentos em que surgem as ideias para os livros; desvenda o momento em que descobre que ganhou o Nobel da Literatura; menciona a polémica dos saneamentos políticos no *Diário de Notícias* no “Verão Quente” de 1975 e ainda a sua colaboração em diversos jornais. Outra obra que para nós foi essencial foi *José Saramago: Biografia* (2010), de João Marques Lopes. Trata-se de uma análise minuciosa das várias etapas da vida de Saramago, dando-nos pormenores fundamentais para compreendermos a biografia e o trabalho do escritor. Simultaneamente, recorreremos ao livro *Palavras para José Saramago* (2011), uma compilação de diversos textos críticos da sua obra bem como de depoimentos e manifestações de homenagem ao autor que foram publicados em meios de comunicação de todo o mundo.

No que diz respeito à organização e sistematização da informação, o contributo de Fernando Gómez Aguilera foi fundamental. O seu livro *José Saramago. A Consistência dos Sonhos – Cronobiografia* (2008) foi essencial no início da nossa pesquisa, pois permitiu-nos perceber os acontecimentos marcantes na vida do escritor. Baseamo-nos, igualmente, no livro de Miguel Gonçalves Mendes, *José e Pilar – Conversas Inéditas* (2011), resultante do documentário *José & Pilar*. Esta obra compila diversas conversas que o realizador teve com Saramago e com a sua mulher, Pilar del Río. Durante a sua leitura, conseguimos clarificar opiniões do escritor sobre alguns assuntos, nomeadamente sobre o polémico episódio dos saneamentos no *Diário de Notícias* no verão de 1975.

Finalmente, uma referência ao livro *As Pequenas Memórias* (2006), de José Saramago. Apesar de ter sido desapontante – uma vez que esperávamos encontrar mais informação sobre o trabalho na Estúdios Cor e o início da colaboração nos jornais -, contém elementos interessantes que complementam as ideias recolhidas noutros locais, nomeadamente nas obras de João Céu e Silva e João Marques Lopes. Simultaneamente, o *site* da própria Fundação José Saramago expõe alguns materiais enriquecedores, em especial a autobiografia do autor. Procurámos obter mais informações e documentação junto da Fundação. No entanto, apesar da nossa insistência, nem sempre obtivemos respostas, quer fosse para a cedência de contactos como para recolher o testemunho de Pilar del Río.

Apesar de nunca se ter considerado jornalista, José Saramago exerceu a profissão durante sete anos e, por isso, parece-nos pertinente fazer uma breve caracterização dos jornais em que colaborou - *A Capital*, o *Jornal do Fundão*, o *Diário de Lisboa* e o *Diário de Notícias*, sem esquecer um breve apontamento da revista *Seara Nova*, onde foi crítico literário.

Dispomos de um conjunto apreciável de obras que se debruçam sobre a história da imprensa no Estado Novo como a de Carla Baptista, *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses – do século XIX ao Marcelismo* (2012), e também juntamente com Fernando Correia, o livro *Jornalistas. Do Ofício à Profissão. Mudanças no jornalismo português: 1956-1968* (2007). Estas duas obras foram essenciais para o nosso trabalho, uma vez que fazem uma análise de como a cobertura noticiosa da política evoluiu ao longo dos anos, no caso do primeiro livro, e, no segundo, como a profissão jornalística foi evoluindo os seus contornos.

Ana Cabrera, em *Marcello Caetano: Poder e Imprensa* (2006), analisa as profundas transformações operadas no campo dos *media*, na fase final da ditadura, dando particular atenção ao papel de Marcelo Caetano e a sua relação com a imprensa. A mesma autora coordenou a obra *Jornais, Jornalistas e Jornalismo – Séculos XIX e XX* (2012). Neste livro, são apresentados um conjunto de ensaios que abordam a evolução dos meios de comunicação social e do jornalismo enquanto profissão.

Ainda que esta seja uma área ainda em desenvolvimento, dispomos de várias obras onde é possível recolher informações sobre os periódicos em que José Saramago colaborou. Relativamente à *Seara Nova*, demos especial atenção ao artigo de António Reis, intitulado “A «Seara Nova» e a Revolução de Abril” (1999) e nas teses de mestrado de Manuel Fitas (2010) e de Raquel Souza (2008). Caracterizando-a como “uma fonte e um testemunho imprescindíveis para a compreensão das causas do fracasso da experiência liberal republicana, das vicissitudes do oposicionismo democrático, da evolução doutrinária da intelectualidade republicana de esquerda e até das ilusões suscitadas pelo processo revolucionário no período que se seguiu ao 25 de abril” (Reis, 1999: 22), a *Seara Nova* surge com uma consciência crítica e como um órgão de comunicação revolucionário.

Conhecido, sobretudo, pela posição crítica que assumiu relativamente à ditadura, o *Jornal do Fundão* propunha-se a “amplificar indignações, modificar consciências, dignificar a vida humana e juntar em redor das mesmas causas toda uma região encravada num país fascista. Informar, contestar, mudar, são apenas alguns dos fundamentos desta publicação”, escreveu Eduardo Alves (2009: 52).

No que diz respeito ao jornal *A Capital*, Mário Matos Lemos (2006), Ana Cabrera (2006) e Carla Baptista e Fernando Correia (2007) refletiram sobre este vespertino fundado em 1968. Um dos aspetos que foi relevante no momento da sua caracterização por estes autores foi o facto de ter acolhido mulheres e estagiários na sua redação, uma prática pouco comum para a época.

Na sua reflexão sobre o *Diário de Lisboa*, Ana Cabrera (2006), dá particular importância à evolução do jornal e às transformações que caracterizam cada uma das suas etapas. Carla Baptista e Fernando Correia (2007) afirmam, por seu lado, que este é o “vespertino dos intelectuais”. Por fim, o *Diário de Notícias*, estudado por Ana Cabrera

(2006), João Figueira (2007), Jorge Pedro Sousa (2011), Pedro Marques Gomes (2011), Carla Baptista (2012) e Carla Baptista e Fernando Correia (2007). O *DN* não só foi o periódico onde Saramago escreveu o maior número de crónicas (95) como foi, também, aquele em que assumiu funções na direcção (foi diretor-adjunto), protagonizando episódios polémicos como foi o caso dos saneamentos do verão de 1975.

Os saneamentos no *Diário de Notícias* decorreram no “Verão Quente” de 1975 e resultaram na suspensão de 24 jornalistas. Inicialmente eram 30 os que apresentaram um documento a criticar o estatuto editorial do jornal. Constituído por várias vozes – de direita, de esquerda e de extrema-direita -, o “documento dos 30” reclamava que o *Diário de Notícias* fosse aberto a todas as correntes de opinião e fosse o mais pluralista possível, ao invés de estar sujeito ao controlo excessivo do regime (Gomes, 2011). Este foi um assunto muito controverso, que envolveu o Sindicato dos Jornalistas e outros órgãos de imprensa nacionais (como o semanário *Expresso*) e estrangeiros. Saramago nega ter tido qualquer influência – direta ou indireta – no caso. Segundo Saramago, o “documento dos 30” é baseado na “mentira, na desonestidade intelectual e política e no impudor mais absoluto em relação ao que seja ou deva ser ou se entenda que possa ser a relação entre as pessoas” (Saramago apud Gomes, 2011; 65)⁴. A João Céu e Silva, Saramago diz que esteve ausente desse processo. “Não participei nem houve qualquer intervenção minha no decurso dos trabalhos. Eu estava cá em baixo e quando me aparecem os representantes do Conselho Geral dos Trabalhadores para dizer que tinham decidido suspendê-los, seguiu-se o instaurar de um processo disciplinar que tinha a ver com a Administração, não com a Direcção” (Silva, 2009: 54).

A atividade de jornalista de José Saramago não gera consenso entre os profissionais da área. Muitos não consideram que Saramago tenha sido jornalista. Aliás, nem o próprio se via dessa maneira. No entanto, é de notar que fez trabalho jornalístico. Estas premissas levam-nos a questionar o próprio conceito de jornalista e de jornalismo.

Para Nelson Traquina, o jornalismo é algo difícil de classificar em poucas palavras, uma vez que “poeticamente poder-se-ia dizer que o jornalismo é a vida, tal como é contada nas notícias de nascimentos e de óbitos” (Traquina, 2002: 9). O

⁴ Em entrevista a João Céu e Silva, José Saramago afirma que o “documento dos 30” foi entregue por Luís de Oliveira Nunes, Raul Nascimento e Mateus Boaventura. O desejo destes jornalistas era o de publicar o documento, mas Saramago afirmou que primeiro teria que passar pelo Plenário dos Trabalhadores, devido às críticas ao estatuto editorial.

jornalismo também poderá ser a realidade, como diz, pode ser “a resposta à pergunta que muita gente faz todos os dias – o que aconteceu/está acontecendo no mundo? (...)” (Traquina, 2002: 10). O autor continua, afirmando que “o jornalismo são estórias, estórias da vida, estória das estrelas, estórias de triunfo e de tragédia” (Traquina, 2002: 10).

Para Jorge Pedro Sousa, o jornalismo não é uma ciência exata. De acordo com este investigador, “o jornalismo é uma forma de comunicação em sociedade. A principal função do jornalismo, nos estados democráticos de direito, é a de manter um sistema de vigilância e de controlo dos poderes” (Sousa, 2001: 13). E acrescenta: “o jornalismo deve ser comunicação útil. Informar, jornalisticamente falando, também significa noticiar sobre todos os acontecimentos, questões úteis e problemáticas socialmente relevantes, estejam ou não relacionados com a acção dos agentes de poder” (Sousa, 2001: 13).

A ideia levantada por Jorge Pedro Sousa reveste-se de grande pertinência para o nosso estudo. O jornalismo deverá ser exercido com o objetivo de informar e alertar, deve ser encarado como “watchdog” da sociedade, comentando e denunciando aquilo que se passa e alertando para uma mudança de mentalidades. Consideramos que o trabalho de Saramago, em especial no *Diário de Lisboa* (1972-1973) e no *Diário de Notícias* (1975) fazem, pois, parte deste tipo de jornalismo; um jornalismo interventivo que pretende chamar a atenção do público para o que está mal e deve ser mudado. Este é um tipo de jornalismo diferente do que acontece no jornal *A Capital* e no *Jornal do Fundão*, como iremos explorar na parte IV deste trabalho.

O jornalismo exercido por Saramago foi, sobretudo, um jornalismo de opinião. Esteban Morán Torres (1988), G. Martín Vivaldi (1986) e Rafael Yanes Mesa (2004) fazem uma abordagem sobre o que, para eles, é este tipo de jornalismo, destacando, em especial, a crónica. “O cronista tem a missão de informar sobre o sucedido, de contá-lo, mas, a diferença da crónica para a notícia, é que comenta segundo o seu ponto de vista”⁵ (Yanes Mesa, 2004: 181).

As crónicas de José Saramago enquadram-se, também, noutra tipo de jornalismo: o cultural.

⁵ Traduzido do original, em espanhol, “El cronista tiene la misión de informar sobre el sucedido, de contarlo, pero, a diferencia de la noticia, lo comenta desde su punto de vista”

Baseando-se em Raymond Williams, um dos pais dos *Cultural Studies*, Dora Santos Silva apresenta uma visão tripartida da cultura e utiliza-a como ponto de partida para explorar diversas questões culturais. A investigadora enquadra as crónicas dos jornais *A Capital* e *Jornal do Fundão* no jornalismo cultural, por seguirem as três dimensões apresentadas por Raymond Williams: a) documental (dimensão documental da cultura, que se prende com a capacidade de arquivar a cultura); b) ideal (exploração dos valores, trabalho e vidas das pessoas); c) social (tradições, linguagens e modos de vida). Segundo a autora, nestas crónicas, Saramago faz, algumas vezes, a caracterização de uma geração através da descrição dos avós e esta visão antropológica pertence ao jornalismo cultural. O mesmo acontece quando o autor parte de símbolos históricos e culturais para escrever os seus textos.

Esta é uma ideia que iremos explorar na IV parte desta dissertação.

II Parte

2. José Saramago: o homem e a obra

“Não há nenhum caminho tranquilizador à nossa espera. Se o queremos, teremos de construí-lo com as nossas mãos” (José Saramago in *O Estado de S. Paulo*, 20 de março de 2004)

2.1. José Saramago: O homem por detrás do Nobel

José de Sousa Saramago nasceu a 16 de novembro de 1922, em Azinhaga, no Ribatejo. Filho de José de Sousa, jornalista, e Maria da Piedade, doméstica, foi registado civilmente dois dias depois de ter nascido. O nome “Saramago” proveio de uma alcunha da sua família e resultou de um erro do funcionário do registo civil. “Que esse Saramago não era um apelido do lado paterno, mas sim a alcunha por que a família era conhecida na aldeia”, conta José Saramago no seu livro *As Pequenas Memórias* (2006). E acrescenta “Que indo o meu pai a declarar no Registo Civil da Golegã o nascimento do seu segundo filho, sucedeu que o funcionário (chamado ele Silvino) estava bêbado (por despeito, disso o acusaria sempre o meu pai) e que, sob os efeitos do álcool e sem que ninguém se tivesse apercebido da onomástica fraude, decidiu por conta e risco acrescentar Saramago ao lacónico José de Sousa que o meu pai pretendia que eu fosse” (Saramago, 2006: 47). A descoberta de que o jovem não se chamava apenas José de Sousa deu-se no momento da inscrição para a primeira classe, quando foi necessário apresentar a certidão de nascimento. José tinha sete anos. “Saramago” é o nome de uma “planta herbácea espontânea, cujas folhas, naqueles tempos, em épocas de carência, serviam como alimento na cozinha dos pobres”, (Saramago in Fundação José Saramago)⁶.

A infância de José Saramago ficou marcada pela ida para Lisboa, quando o pai arranhou emprego na Polícia de Segurança Pública, e pela morte do seu irmão Francisco. “Poucos meses depois de nos termos instalado na capital, morreria meu irmão Francisco, que era dois anos mais velho do que eu” (Saramago in Fundação José Saramago)⁷. O irmão morreu com quatro anos de idade⁸ e o desgosto da perda fez com que a mãe comparasse, durante muito tempo, Saramago ao irmão.

⁶ Disponível em <http://www.josesaramago.org/autobiografia/> [consultado a 5 de junho de 2014]

⁷ Disponível em <http://www.josesaramago.org/autobiografia/> [consultado a 11 de julho de 2014]

A sua vida em Lisboa não foi fácil e Saramago nunca escondeu as dificuldades por que passou. Viveu com os pais até aos 21 anos mudando frequentemente de residência, algo que foi impulsionado pelas dificuldades económicas da família. Desde a Rua Carlos Ribeiro à Rua Heróis de Quionga, passou também pela Rua E do Alto do Pina – atualmente conhecida pela Rua Luís Monteiro -, pela Quinta da Perna-de-Pau e também pela Penha de França. No total foram dez as casas nas quais Saramago e os pais viveram. “Já eu tinha 13 ou 14 anos quando passámos enfim, a viver numa casa (pequeníssima) só para nós: até aí sempre tínhamos habitado em partes de casa, com outras famílias” (Saramago in Fundação José Saramago).

José Saramago nunca escondeu as suas origens, sendo frequentes as suas referências e visitas à Azinhaga, a sua terra natal. De igual modo, o jovem sempre evidenciou os laços que o uniam aos avós maternos, Jerónimo e Josefa, a quem dedica duas crónicas no livro *Deste Mundo e do Outro*. Em “Carta para Josefa, minha avó”, Saramago lamenta “não teremos dito um ao outro o que mais importava” (1997: 29) e manifesta a sua admiração pela sua forma de estar na vida. “Chegas ao fim da vida, e o mundo ainda é, para ti, o que era quando nasceste: uma interrogação, um mistério inacessível” (Saramago, 1997: 28).

Nos mesmos moldes fala do avô Jerónimo, pessoa influente na sua vida e a quem se referiu no discurso do Prémio Nobel. Para ele, o avô, o homem mais inteligente que alguma vez conheceu, é apresentando na crónica “O meu avô, também”. “Vem cansado, o velho. Arrasta consigo setenta anos de vida difícil, de desconforto, de ignorância. E, contudo, é um homem sábio, calado e metido consigo, que só abre a boca para dizer as palavras importantes, aquelas que importam” (Saramago, 1997: 32).

Estas crónicas merecerão a nossa atenção na parte IV.

⁸ Ao ter investigado, em 1996, sobre o dia certo em que o irmão morrera, pois para ele a data não era conhecida, Saramago passou pela Conservatória do Registo Civil da Golegã e também pelo Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, onde o irmão esteve internado e onde morreu. Nestes dois sítios não havia nenhuma indicação de que Francisco estivesse morto. José Saramago acaba por admitir que o seu livro *Todos os Nomes* foi inspirado na longa procura nas conservatórias civis. “Sinceramente, penso que o romance *Todos os Nomes* talvez não tivesse chegado a existir tal como o podemos ler, se eu, em 1996, não tivesse andado tão enfronhado no que se passa dentro das conservatórias de registo civil...”, escreve o escritor n’*As Pequenas Memórias* (2006:125).

2.1.1 A escola primária e o contacto com a leitura

José Saramago iniciou os seus estudos com sete anos. Da primeira à quarta classe, frequentou a Escola Primária da Rua Martens Ferrão e a Escola Primária do Largo do Leão, onde ficou apenas um ano. “Fui bom aluno na escola primária: na segunda classe já escrevia sem erros de ortografia, e a terceira e quarta classes foram feitas em um só ano”, escreveu na sua autobiografia publicada no *site* da Fundação Saramago. No seu livro *As Pequenas Memórias*, é ainda mais explícito sobre o assunto: “Foi esta, portanto, a sequência das minhas frequências escolares na escola industrial: 35-36, segundo e primeiro; 36-37, terceiro e segundo; 37-38, quarto e terceiro; 38-39, quinto e quarto; 39-40, quinto” (Saramago, 2006: 50)

Os tempos de liceu foram passados no Liceu Gil Vicente, mas devido a dificuldades económicas Saramago teve que abandonar os estudos. “Os custos do curso liceal eram elevados e a perspectiva de uma vida profissional autónoma muito dilatada no tempo (...). O ensino técnico comportava propinas mais baixas (cerca de cinquenta escudos por ano), demorava menos e estava orientado para a entrada na vida activa” (Lopes, 2010: 21).

E assim foi. Frequentou o curso de Serralharia Mecânica na Escola Industrial de Afonso Domingues, entre 1935-1936 e 1939-1940. Apesar de ter disciplinas ligadas às áreas das matemáticas, começava a interessar-se pelas letras. Disciplinas como o Português e o Francês foram as suas prediletas, como recordará mais tarde. “(...) foram os livros escolares de Português, pelo seu carácter ‘antológico’, que me abriram as portas para a fruição literária: ainda hoje posso recitar poesias aprendidas naquela época distante” (Saramago in Fundação José Saramago). Estes livros foram, então, decisivos. “Em pouco tempo, o encontro com textos de escritores portugueses serviria de ponto de partida para o mundo das bibliotecas, para a descoberta de outros autores e de outros livros” (Lopes, 2010: 23).

Enquanto acabava o curso de Serralharia Mecânica, começou, também, a frequentar bibliotecas. Saramago tinha 16 anos. A Biblioteca Municipal do Palácio das Galveias, no Campo Pequeno, em Lisboa, era onde passava mais tempo a ler tanto autores portugueses como estrangeiros. “(...) José Saramago haveria de encontrar nas bibliotecas a possibilidade de desenvolver autodidacticamente a sua formação para além

da mera aprendizagem escolar” (Lopes, 2010: 26). Ali, deixou-se influenciar por Eça de Queirós, Camões, Raúl Brandão, Cervantes e nutria especial admiração por Fernando Pessoa.

Nos *Cadernos de Lanzarote – Diário III* (1998), Saramago afirma que o seu livro *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, que viria a ser publicado em 1984, começou a ser escrito em Xabregas, mais propriamente na Escola de Afonso Domingues. “Um dia, numa das minhas incursões à biblioteca da escola (estava a chegar ao fim do curso), encontrei um livro encadernado que tinha dentro, não um livro como se espera que um livro seja, mas uma revista. Chamava-se *Athena*, e foi para mim como outro sol que tivesse nascido. (...) O que certamente não conseguirei explicar é a razão por que me abalaram tão profundamente as odes de Ricardo Reis ali publicadas (...). Nesse momento (ignorante que eu era) acreditei que realmente existia ou existira em Portugal um poeta que se chamava Ricardo Reis, autor daqueles poemas que ao mesmo tempo me fascinavam e assustavam” (Saramago, 1999: 8).

O seu gosto pela leitura começou desde cedo. Em entrevista, a sua filha Violante afirmou que o pai “tinha muitos livros. Das memórias que tenho muito presentes é do escritório dele. O meu pai lia muito”⁹.

Saramago também referiu diversas vezes o seu gosto pela leitura e como isso teve impacto na sua vida. “Eu era um leitor apaixonado. Não havia livros em casa, mas eu costumava ler muito em bibliotecas públicas, sobretudo de noite. Lia indiscriminadamente” (“The year of the death of Ricardo Reis” – *The Independent*, Londres, 31 de julho de 1993)¹⁰.

Ainda muito jovem, Saramago leu o livro de conversação português-francês e também *Toutinegra do Moinho*, de Émile de Richebourg. Estes foram especialmente marcantes, não só por terem iniciado o contacto com a literatura, como são tema de uma das crónicas de Saramago na sua obra *A Bagagem do Viajante*¹¹. Intitulada “Molière e a Toutinegra”, o escritor diz que ler o guia de conversação de português-francês era “um enigma”, nas suas palavras, “(...) pois tinha à esquerda uma coluna que eu podia

⁹ Entrevista realizada pela autora

¹⁰ Traduzido do original, em inglês: “I was a passionate reader. There were no books in my house, but I used to read a great deal in the public libraries, especially at night. I read indiscriminately”

¹¹ Este livro, publicado pela Editora Caminho em 1997, reúne crónicas de Saramago do jornal *A Capital*, publicadas em 1969, e do *Jornal do Fundão* (1971-1972)

entender, em português, depois outra em francês, que era como chinês, e finalmente a pronúncia figurada, muito pior do que todos os criptogramas do mundo” (Saramago, 1997: 19). Quanto ao livro de Richebourg¹², Saramago refere, também nesta crónica, que: “(...) quando não estava em uso, passava o tempo numa gaveta da cómoda, embrulhado em papel de seda, e largava, ao ser retirado, um cheiro de naftalina que provocava tonturas. Minha mãe entregava-mo com unção e mil recordações” (Saramago, 1997: 19). Este livro acabaria por ser o primeiro que Saramago leria. “Este romance iria tornar-se na minha primeira grande experiência de leitor. Ainda me encontrava muito longe da biblioteca do Palácio das Galveias, mas o primeiro passo para lá chegar havia sido dado” (Saramago, 1997: 99).

Outro livro que Saramago nunca mais esqueceria foi o primeiro que a mãe lhe oferecera, quando tinha 12 anos. “Numa altura em que ia para férias, para Azinhaga, onde nasci, a minha mãe foi a uma papelaria ao pé da Praça do Chile, com a ideia de que queria que o filho tivesse um livro e que o levasse quando fosse passar as férias grandes. Entrámos nisso que era meia papelaria, meia livraria – ou melhor nem entrámos porque a minha timidez era grande e a da minha mãe resultava de aquele ser um mundo em que ela nunca tinha entrado. E então, como havia umas estantezinhas laterais na porta e estavam ali alguns livros arrumados, eu limitei-me a apontar um. Era uma coisa chamada *O Mistério do Moinho*, das edições Europa”, conta Saramago (Lopes, 2010: 26). Foi só aos 19 anos que Saramago conseguiu comprar um livro, ainda que tivesse sido com dinheiro emprestado por um amigo.

As idas de Saramago a bibliotecas e o seu contacto com a leitura fizeram com que rapidamente ingressasse pelos caminhos literários ao escrever alguns versos, que deverá ter dado a Ilda Reis – com quem se casou em 1944 -, a primeira mulher e mãe da sua única filha, Violante. Habitou-se também a ler jornais como, por exemplo, o *Diário de Notícias*, matutino que, na sua opinião, era de referência no panorama português e que ajudou a aprimorar o seu gosto pelo jornalismo.

¹² Romance que, mais tarde, foi adaptado para o cinema e que foi traduzido em diversos idiomas

2.1.2.O primeiro romance e a Estúdios Cor

Estas atividades fizeram com que Saramago desse os primeiros passos enquanto escritor, publicando, em 1947, o seu primeiro romance, intitulado *A Terra do Pecado* (1ª edição de 1947). Inicialmente o nome do livro seria *A Viúva*, mas um editor da Editorial Minerva considerou que este título não atrairia muitos leitores, acabando por mudá-lo. Saramago não recebia direitos de autor e o romance passou despercebido no panorama literário português da época, uma vez que “incorria no anacrónico registo da literatura naturalista-realista da segunda metade do século XIX” (Lopes, 2010: 32), isto é, o estilo de Saramago era bem diferente daquele que alguns escritores portugueses faziam chegar aos leitores naquela altura. Quando *A Terra do Pecado* foi publicado, José Saramago tinha 25 anos. Nesse ano nascia também a sua filha Violante.

Após a publicação do seu primeiro livro, e até 1966, Saramago manteve-se longe da vida de escritor, retornando a ela apenas quando lançou a coletânea poética, *Poemas Possíveis*, numa linha totalmente diferente daquela que tinha mostrado com *A Terra do Pecado* – mais neoclássica, como caracteriza João Marques Lopes. “Este reaparecimento não só era tardio (...) e ocorria num género onde o autor nunca foi reconhecido enquanto figura de primeiro plano, mas também voltava a reincidir no desfasamento entre o que então se produzia de mais avançado e registos há muito ultrapassados” (Lopes, 2010: 41).

Durante estes 19 anos entre a publicação dos dois livros, Saramago escreveu peças de teatro, poemas, contos e até o romance *Clarabóia*, livro póstumo, lançado em 2011¹³. Trabalhou enquanto funcionário administrativo nos Hospitais Cívicos de Lisboa e ainda como escriturário na Caixa de Previdência do Pessoal da Indústria Cerâmica.

Em 1955, Saramago trabalha na área literária, ao integrar, como responsável de produção, em *part-time*, a Editora Estúdios Cor. A oportunidade surgiu pela mão de Nataniel da Costa, que tinha conhecido quando frequentava o Café Chiado, em conjunto com outros escritores portugueses, como José Gomes Ferreira e Carlos de Oliveira. Na Estúdios Cor começou por ser responsável de produção, desenhou também algumas

¹³ *Clarabóia* foi o segundo livro que José Saramago escreveu. Nos anos 50 e após a conclusão deste romance, o autor tentou que o livro fosse publicado. Contudo, nunca teve resposta da editora. Só 40 anos depois, e após já ter conhecimento no panorama literário português é que essa mesma editora mostra interesse em publicar *Clarabóia*. No entanto, Saramago decidiu que não queria que o livro fosse publicado enquanto fosse vivo, deixando a decisão a cargo dos seus familiares.

ilustrações para as notas de badanas – trabalho pouco conhecido – e, três anos depois de entrar na editora, dedica-se à tradução, contactando com obras de Tolstoi, Bonnard, Hegel e Colette, por exemplo.

José Saramago assume a direção literária da Estúdios Cor em 1959. Mais uma vez, é por mão de Nataniel Costa que chega ao topo da editora, quando este foi convidado para uma carreira diplomática no Ministério dos Negócios Estrangeiros em França e decidiu confiar a chefia literária ao autor. Esta promoção fez com que Saramago desistisse do emprego na Companhia Seguradora Previdente e se dedicasse à Estúdios Cor a tempo inteiro. Contudo, em 1971, demite-se. “Segundo ele, um novo grupo de accionistas entendeu-se com outros mais antigos para impor a escritora Natália Correia enquanto nova directora literária da empresa, nem sequer o tendo consultado e tentando depois convencê-lo a aceitar meramente a parte da produção editorial a troco de mais salário. Ofendido no seu brio profissional, Saramago optou pela demissão” (Lopes, 2010: 38).

Deixando o trabalho na editora, Saramago enveredou pelos caminhos do jornalismo. O seu percurso nos jornais, que iremos explorar ainda neste capítulo, decorreu entre 1968 e finais de 1975, altura em que é afastado do *Diário de Notícias*. A saída deste órgão de comunicação rodeou-se de alguma tensão, dado o novo momento político em que Portugal se encontrava na sequência dos acontecimentos do 25 de novembro. Durante estes sete anos, foi crítico literário, escreveu editoriais, foi cronista e também subdiretor do *DN*¹⁴. Ao longo desse tempo, também a sua vida pessoal sofreu algumas mudanças. Divorciou-se de Ilda Reis em 1970 e, pouco tempo depois, inicia uma relação com a escritora e colega no *Diário de Lisboa*, Isabel da Nóbrega.

2.1.3. Do jornalismo à escrita

Em 1976 abandona o jornalismo e dedica-se em exclusivo à escrita. “(...) já era hora de saber o que poderia realmente valer como escritor” (Saramago in Fundação José

¹⁴ As crónicas do *Diário de Lisboa* e do *Diário de Notícias* estão publicadas no livro *Os Apontamentos* (1977). Quanto às do *Jornal do Fundão* e de *A Capital*, estão reunidas nos livros *Deste Mundo e do Outro* (1971) e *A Bagagem do Viajante* (1973)

Saramago). João Céu e Silva viria a dizer que “José Saramago é o escritor que saiu da gaveta com o 25 de Abril de 1974” (Silva, 2009: 21).

Ainda no período de colaboração com os jornais, o autor publica, também, *Provavelmente Alegria* (1970), livro que não vendeu muitos exemplares, passando despercebido. Em 1977 chega às livrarias o *Manual de Pintura e Caligrafia*, obra que marca a viragem na sua vida, coincidindo com a passagem do jornalismo para a literatura.

Em 1978 escreve *Objecto Quase*, uma coletânea de contos. No entanto, foi preciso esperar pela publicação do romance *Levantado do Chão*, em 1980, para o autor desvendar a escrita “saramaguiana” que o vai celebrar. Após sair do *Diário de Notícias*, José Saramago foi para Lavre, uma aldeia de Montemor-o-Novo, passar algumas semanas, acabando por escrever o *Levantado do Chão*. Este livro não só marca “o modo de narrar que caracteriza a minha ficção novelesca” (Saramago in Fundação José Saramago), uma “fusão entre o discurso directo e indirecto” (Saramago in Documentário *Levantado do Chão*, 2008), como é fruto das observações que reteve no tempo em que esteve nesta província alentejana. Este é, então, um romance marcante na carreira do autor. “Saramago denuncia nesta obra a injustiça e a violência dos poderes do Estado e da Igreja” (in Documentário *Levantado do Chão*; 2008).

Dois anos depois, surge *O Memorial do Convento*, obra que integra o Plano Nacional de Leitura e que veio dar mais pujança ao nome do escritor, não só a nível nacional como internacional. Seguem-se *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, em 1984, a *Jangada de Pedra*, em 1986 e três anos depois, em 1989, a *História do Cerco de Lisboa*. No mesmo período, o escritor conhece a jornalista Pilar del Río, com quem se casa em 1988 e que foi, sem dúvida, a mulher da sua vida.

Vários foram os romances de José Saramago que geraram controvérsia. O reconhecimento público que teve foi, também, impulsionado por inúmeras polémicas, em que o autor expunha os seus pensamentos, sem medo das consequências que daí adviessem. Muitas das polémicas em que esteve envolvido estiveram relacionadas com temas religiosos. Por exemplo, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, publicado em 1991, foi proibido pelo governo português de receber a nomeação para o Prémio Literário Europeu, uma vez que se considerou que o seu conteúdo atentava os princípios da Igreja

e, deste modo, era ofensivo para os católicos. Também sob o tema da religião, *Caim*, de 2009, receberia muitas críticas, por ser uma interpretação bíblica carregada de ironia e por reafirmar a descrença de Saramago sobre Deus.

Romances como *O Ensaio Sobre a Cegueira* (1995), *Todos os Nomes* (1997), *As Intermittências da Morte* (2005) e a *Viagem do Elefante* (2008), foram marcantes na sua carreira de escritor.

2.1.4. Os prémios e o Nobel da Literatura

O livro *Levantado do Chão* elevou Saramago “(...) ao plano cimeiro da literatura nacional (...)” (Lopes, 2010: 123). Ao longo da sua carreira, José Saramago foi homenageado diversas vezes. Foi premiado pela peça *A Noite* e com dois Prémios PEN Club Português. O autor também recebeu o título de Comendador da Ordem Militar de Santiago e Espada, em 1985 e é elevado a Grande-Colar da mesma ordem em 1998. Em 1995 recebe o Prémio Camões, mas é em 1998 que Saramago é galardoado com o maior prémio literário: o Prémio Nobel da Literatura. No livro *Palavras para José Saramago* (2011), Volker Hage recorda um episódio curioso que rodeou esse momento. Segundo o jornalista do *Spiegel Online*, em outubro de 1998 decorria a Feira do Livro de Frankfurt e já havia a indicação de que Saramago tinha vencido o prémio. No entanto, o escritor já se encontrava no aeroporto para regressar a Madrid, sabendo da notícia por uma hospedeira de terra. A razão para não ter aguardado na feira pelo anúncio do prémio, contou Saramago aos jornalistas, foi porque não queria alterar os seus planos de viagem” (2011: 25).

O autor receberia o Prémio Nobel da Literatura a 7 de dezembro de 1998, na Suécia. No seu discurso, mencionou os seus livros e personagens que o marcaram, mas também a avó Josefa, por quem nutria um especial carinho e o avô Jerónimo, com quem tinha um grande ligação, dizendo que era o homem mais sábio que alguma vez conhecera, apesar de não saber escrever nem ler. Para ele, os avós tinham sido, toda a vida, pessoas de referência.

José Saramago marcou a literatura portuguesa não só a nível nacional como também além-fronteiras, promovendo Portugal pela sua figura e através dos seus livros.

A viver em Lanzarote com Pilar del Río desde 1992, José Saramago morreu a 18 de junho de 2010, em Tías, vítima de leucemia. Tinha 87 anos de idade.

2.2 O contributo de Saramago nos jornais (1968-1975)

A atividade desenvolvida por Saramago nos jornais pode ser definida de várias maneiras. Em entrevista a João Céu e Silva, José Saramago afirma que nunca foi jornalista. “(...) eu nunca fui jornalista, não fiz uma entrevista, não fiz uma reportagem, não descrevi um acidente de rua... Não fiz rigorosamente nada daquilo que é, digamos assim, tarimba de jornalista. Entrei no *Diário de Lisboa* como convidado do Lopes de Souto para escrever os editoriais do jornal e entrei no *Diário de Notícias* directamente para director-adjunto, portanto não sou jornalista nem no que toca à prática. Se para ser jornalista basta ter trabalhado num jornal, então, sim, fui jornalista” (Silva, 2009: 309). Perante esta posição, como classificar a atividade exercida por José Saramago durante os sete anos em que trabalhou em jornais?

Daniel Ricardo, jornalista, no *DN* na mesma altura em que Saramago lá esteve classificando-o como “colaborador de jornais”¹⁵. “Ele foi colaborador de jornais. Para se ser jornalista é preciso ter carteira profissional e isso implica toda uma carreira, um compromisso de honra que se compromete a aceitar todo o código deontológico, enfim, toda uma série de questões e o Saramago nunca fez esse percurso”. Esta opinião é partilhada por Violante Saramago, filha do autor. Na sua opinião, um jornalista “é, ou deve ser, alguém que transmite a notícia, trabalha a notícia, seguindo um código de ética e deontologia, rigor profissional e aí, se considerarmos enfim esta definição, penso que o meu pai não foi jornalista”¹⁶. O mesmo destaca José Jorge Letria, contemporâneo do Saramago no *Diário de Lisboa* e no *Diário de Notícias*: “Ele é essencialmente um editorialista e um produtor de opinião”¹⁷, afirma. Daniel Ricardo considera a atividade de Saramago foi um trabalho de colaboração e esse facto nunca o impediu de ser director-adjunto do *Diário de Notícias*: “(...) não era obrigatório os diretores terem carteira profissional, não era obrigatório serem jornalistas”¹⁸, explica.

¹⁵ Entrevista realizada pela autora

¹⁶ Entrevista realizada pela autora

¹⁷ Entrevista realizada pela autora

¹⁸ Entrevista realizada pela autora

Óscar Mascarenhas, antigo presidente do Sindicato Nacional de Jornalistas, tem uma opinião diferente. Sublinhando que na altura do Estado Novo as pessoas obtinham a carteira profissional de jornalista filiando-se no Sindicato, defende que “uma coisa é as pessoas serem jornalistas profissionais e outra coisa é serem jornalistas. Ou seja, ele trabalhava para os jornais; escrevia editoriais para o jornal, cumpria horários dentro do jornal. Para aquela época não há nenhum problema em considerá-lo jornalista”¹⁹. E acrescenta: “Não é a carteira que faz o jornalista, é a qualidade da pessoa que a faz jornalista”. O antigo presidente do Sindicato dá o exemplo de Eduardo Coelho, fundador do *DN*, para justificar o seu ponto de vista: “O *Diário de Notícias* foi fundado por um senhor chamado Eduardo Coelho. Ele foi jornalista e não tinha carteira profissional, mas fazia o jornal e portanto é jornalista”²⁰. Da mesma opinião é Rogério Vidigal, que foi jornalista no *Diário de Lisboa*.

Segundo o *site* da Comissão da Carteira de Jornalistas, “são considerados jornalistas aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação informativa pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por outra forma de difusão electrónica”²¹. Ou seja, neste contexto, o trabalho de José Saramago pode ser encarado como jornalismo, uma vez que, foi cronista durante sete anos e colaborou com diversos jornais importantes no panorama mediático português da época. Esses mesmos textos de opinião serviam, precisamente para divulgar assuntos que estavam a acontecer no país ou para aprofundar os que já tinham sido noticiados.

Quando José Saramago morreu, a 18 de junho de 2010, o Sindicato dos Jornalistas publica no seu *site* uma notícia sobre o assunto em que se pode ler que “o Sindicato dos Jornalistas (SJ) tomou conhecimento, com profundo pesar, do falecimento do escritor e antigo jornalista José de Sousa Saramago”. A notícia reforça a posição de Óscar Mascarenhas sobre a profissão que Saramago desempenhou.

A maioria dos entrevistados é da opinião que Saramago não foi jornalista. No entanto, admitem que parte do seu trabalho se enquadra no jornalismo cultural. Esta visão é primeiramente dada por Maria Teresa Horta e corroborada por José Jorge Letria.

¹⁹ Entrevista realizada pela autora

²⁰ Entrevista realizada pela autora

²¹ In <http://www.ccpj.pt/legisdata/LgLei1de99de13deJaneiro.htm> [consultado a 10 de julho de 2014]

“O Saramago nem sempre escrevia sobre política. Muitas vezes, antes do 25 de abril, exatamente por causa da censura, o Saramago não abordava temas políticos. Havia uns que estavam condenados ao corte pela censura e ele, como era um homem muito inteligente e sabia que corria esse risco, fazia uma caracterização social objetiva”²², explicou Letria.

A caracterização social que José Jorge Letria fala é defendida pela investigadora Dora Santos Silva²³ que salienta que a cultura não é só arte. “A cultura envolve, por um lado, a parte artística, portanto a produção intelectual, em particular a artística. Mas também envolve uma dimensão antropológica. Quando se estuda um modo de vida de um grupo, quando se está a ler uma reportagem sobre uma pessoa que representa um determinado modo de vida, isso é jornalismo cultural, é uma abordagem cultural”²⁴. Com base nestas características, podemos dizer que Saramago fez jornalismo cultural, pois em diversas crónicas faz uma caracterização social de um determinado sector da sociedade, descreve uma geração, analisa uma personalidade.

Aliada a esta questão do jornalismo cultural, João Céu e Silva, diz que “ele principalmente queria escrever sobre as suas ideias. Se formos a ver todas as crónicas que ele escreveu, são crónicas sobre os interesses pessoais dele, em que às vezes se pode ver temas que ele mais tarde irá trabalhar nos seus livros e depois durante o ano 1975, em que ele é subdiretor do *Diário de Notícias*, o grande empenho dele é político, em trabalhar com as massas, com o povo (...)”²⁵.

Tanto José Jorge Letria como Dora Santos Silva realçam o papel da literatura no jornalismo cultural²⁶. “As pessoas que queriam ir para os jornais e que iam para os jornais, muitas delas queriam ser escritores. O sonho delas era a literatura, a escrita literária. No caso do Saramago isso é evidente. O Saramago quando começa a escrever nos jornais (...) já era escritor. Era escritor, era consultor editorial, e era um homem que

²² Entrevista realizada pela autora

²³ Dora Santos Silva dedica-se, sobretudo, ao estudo do jornalismo cultural. Investigadora do Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), é também autora do *blog* culturascópio (<http://culturascopio.com/>). O seu trabalho é igualmente centrado no jornalismo multimédia, nas narrativas multimédia e nos *media* digitais.

²⁴ Entrevista realizada pela autora.

²⁵ Entrevista realizada pela autora

²⁶ Raymond Williams e Jorge Rivera são dois autores importantes para o jornalismo cultural. Para Williams existe uma visão tripartida da cultura. Já a teoria de Rivera sobre o jornalismo cultural está muito ligada à produção e consumo de bens através dos mais variados campos científicos, como as ciências sociais e humanas, as belas artes ou a cultura popular.

vivia no âmbito da literatura, vivia dentro das editoras e ele chega ao jornalismo vindo do mundo literário e do mundo editorial”²⁷, argumenta José Jorge Letria. Segundo explica Dora Santos Silva, no princípio do século XX, houve o chamado novo jornalismo que tinha uma relação muito próxima com o jornalismo cultural. Este novo jornalismo era praticado por “uma série de escritores ou de jornalistas que queriam ser escritores, pegaram nos atributos da literatura e tentaram tornar as suas reportagens em reportagens literárias. Obviamente que era jornalismo literário porque não pegavam na ficção, só pegavam em factos, mas atribuíam-lhes um carácter narrativo, como se as pessoas estivessem a ler um romance. E o jornalismo cultural também teve uma relação muito próxima com isso”. Por isso, para esta investigadora, é muito fácil “olhar para as crónicas de José Saramago como um género do jornalismo cultural”²⁸, diz.

Para reforçar a sua posição, Dora Santos Silva socorre-se da definição de jornalismo cultural de Jorge Rivera e apresenta este tipo de jornalismo como “um território complexo, ou seja, o jornalismo (...) tem um objetivo reprodutivo, informativo e criativo, aborda os terrenos das belas artes, das belas letras, como ele diz, os terrenos do pensamento, das ciências sociais e humanas, a chamada cultura popular e o consumo de bens simbólicos”²⁹, afirma. E, segundo a investigadora, é isso que Saramago faz.

2.2.1. A *Seara Nova*, o *Jornal do Fundão* e o jornal *A Capital*

Em 1967-68, Saramago inicia uma colaboração com a revista *Seara Nova* enquanto crítico literário. Revista política e doutrinária, a *Seara Nova* contou com a colaboração de autores de renome como José Gomes Ferreira, Mário Dionísio, Fernando Lopes Graça, entre outros. Nesta revista, Saramago criticou alguns trabalhos de autores portugueses, como por exemplo *Casa de Correção*, de Urbano Tavares Rodrigues, *O Conflito*, de Manuela Montenegro, *O Delfim*, de José Cardoso Pires e *Novas Andanças do Demónio*, de Jorge de Sena.

²⁷ Entrevista realizada pela autora

²⁸ Entrevista realizada pela autora

²⁹ Entrevista realizada pela autora

Do mesmo ano em que inicia a sua colaboração com a *Seara Nova*, datam também as suas primeiras crónicas n' *A Capital*, nas secções “Rua Acima, Rua Abaixo” e “Deste Mundo e do Outro”. José Saramago ganha nome no círculo de escritores portugueses quando esteve na editora Estúdios Cor, não só fazendo amigos mas também entrando nesta pequena elite. Por esse motivo, quando chega a este jornal, o seu nome já é conhecido do grande público. No *A Capital* Saramago “foi colaborador do suplemento literário do jornal e escrevia também algumas crónicas para o primeiro caderno do jornal”³⁰, recorda Daniel Ricardo. Aqui fica até 1971, ano em que inicia uma colaboração no *Jornal do Fundão* também como cronista. Esta colaboração dura apenas um ano.

O seu percurso no vespertino *A Capital* ficou também marcado pelo seu primeiro confronto com a censura. As duas crónicas “As palavras” (escrita para o jornal do dia 17 de maio de 1968) e “Esta palavra esperança” (escrita para outubro do mesmo ano) foram censuradas. Na primeira crónica, censurada parcialmente, José Saramago critica a falta de liberdade de expressão ao dizer que “o silêncio é a terra negra e fértil, o húmus do ser, a melodia calada sob a luz solar” (Saramago, 1997: 61). No mesmo texto é ainda possível ler-se que “as palavras aconselham, sugerem, insinuam, ordenam, impõem, segregam, eliminam. São melífluas ou azedas. O mundo gira sobre palavras lubrificadas com óleo de paciência” (Saramago 1997: 59). Quanto à crónica “Esta palavra esperança”, integralmente cortada pela censura, o autor diz que “(...) esta palavra esperança, com maiúscula ou sem ela, o melhor é riscá-la do nosso vocabulário. Só os exilados e os desterrados que se conformaram com o desterro e o exílio a devem usar, à falta de melhor” (Saramago, 1997: 173), dando a ideia de que a sua crítica está relacionada com o futuro do país, submerso na ditadura.

2.2.2 Do *Diário de Lisboa* ao *Diário de Notícias*

Quando Saramago saiu da Editora Estúdios Cor “tinha relações sólidas no jornalismo oposicionista ao regime. Publicava desde 1968 crónicas regulares nos jornais *A Capital* e *Jornal do Fundão*. Escrevera múltiplas críticas literárias na *Seara Nova*.

³⁰ Entrevista realizada pela autora

Não tardaria, pois, a encontrar novo emprego. Desta feita, como editorialista no *Diário de Lisboa*, onde trabalhará entre 1972 e 1973” (Lopes, 2010: 38).

Saramago já se movia no mundo do jornalismo desde 1968, mas foi enquanto cronista do *Diário de Lisboa*, que ganhou mais projeção. Escreveu 88 crónicas, anónimas, sob o título “As opiniões do DL”³¹ e não poupou críticas ao regime e às opções que eram apresentadas pelos ministros.

Para Rogério Vidigal, jornalista do *Diário de Lisboa*, Saramago “tinha um poder que não se percebia diretamente, mas era um poder que se traduzia, por exemplo, no recrutamento de pessoas para o jornal. Eu fui para o *Diário de Lisboa* por intermédio dele. E o poder dele era tanto que a opinião do jornal era ditada por ele”³², disse .

Neste jornal, Saramago coordenava não só o “Suplemento Literário” como também elaborava os editoriais. Através dos seus textos e das suas críticas ao regime, consegue-se perceber a força opressora da ditadura exercida na censura à imprensa e nas soluções económicas e políticas que adotava. Aliás, como o próprio escreve no “Prefácio à 1ª edição” do livro *Os Apontamentos* – que reúne textos do *Diário de Lisboa* (1972-73) e do *Diário de Notícias* (1975) – “entre os artigos [do *Diário de Lisboa*], alguns há que, redigidos na sua altura, apenas agora vêm a luz do dia: o facto não precisa de explicação” (Saramago, 1990: 20).

Saramago abandona o *Diário de Lisboa* em 1973, por discordar com as orientações editoriais. “(...) como editorialista tive os meus problemas com a censura”, afirma José Saramago em entrevista a João Céu e Silva. “(...) ia haver eleições e o *Diário de Lisboa* não podia intervir no período de campanha eleitoral. Respondi que me parecia estranho, porque o jornal, dentro dos limites do permitido, não tinha feito outra coisa senão isso ao longo dos tempos (...) e que nos dois últimos anos eu tinha sido testemunha e agente dessa intervenção através do que se escrevia nos editoriais. Disse-lhe [ao administrador do jornal] que não compreendia o que ele afirmava (...) e voltei para o gabinete a pensar: «Isto só tem uma solução. Eu não vou escrever sobre flores e passarinhos, nem passar ao largo daquilo que estiver a acontecer ou vier a dar-se na campanha eleitoral. Há discursos e opiniões e eu aqui a escrever sobre as andorinhas

³¹ Esta contagem foi feita com base no livro *Os Apontamentos*, pois existem muitas crónicas que estão no jornal que podem não ter sido escritas pelo autor, tal como o próprio refere no prefácio a este livro.

³² Entrevista realizada pela autora

que já se foram embora!»” (Silva, 2009: 41). Nesse momento, deixou de escrever os editoriais – trabalho para o qual tinha sido contratado –, atitude que incomodou Lopes do Souto, e, posto isto, decidiu abandonar o jornal. “Eu estou no *Diário de Lisboa* para fazer editoriais e não os posso fazer. Diga lá ao senhor Lopes do Souto que vou-me embora”, recordou Saramago na longa entrevista com João Céu e Silva.

O seu regresso aos jornais, em março de 1975, fica marcado pela sua entrada para o quadro diretivo do *Diário de Notícias* enquanto diretor-adjunto, partilhando a direção com o jornalista Luís de Barros. A experiência não dura um ano, acabando em finais de novembro de 1975. No entanto, a sua colaboração enquanto diretor-adjunto e enquanto cronista deste diário foi das mais marcantes da sua carreira jornalística.

Daniel Ricardo lembra o papel de José Saramago enquanto diretor-adjunto daquele jornal. “Ele era do partido comunista português e (...) tinha um peso muito grande na direção”³³. José Jorge Letria em entrevista a Pedro Gomes, partilha da mesma opinião, afirmando que “José Saramago era mais político”. “Era o ideólogo, tinha uma visão política muito estruturada e uma visão muito clara do papel que lhe tinha sido atribuído para produzir ideologia num momento de revolução”, diz. A ideia de que Saramago “orientava o *Diário de Notícias* no sentido daquilo que se considerava na altura ser a defesa dos ideais, dos princípios, dos valores da revolução de abril”, é também defendida por Daniel Ricardo.

Tendo iniciado a sua colaboração no *DN* como chefe de redação, Daniel Ricardo recorda alguns episódios protagonizados pelo então diretor-adjunto do jornal. “O *DN* tinha uma tiragem muito grande, muito para cima de 100 mil exemplares. A impressão demorava muito tempo e de maneira que todo aquele processo de produção do jornal andasse mais depressa, eu insisti muito no sentido do *DN* fechar mais cedo. Mas muitas vezes o Saramago estragava-me o arranjinho. Vinha pelo corredor fora acompanhado dos oficiais do exército, dizendo ‘manda parar o jornal, temos outra primeira página! Estão aí a preparar-se uns complôs contra o 25 de abril’. Ele estava sempre atento a esses complôs (...). Era geralmente o Saramago que mandava parar as máquinas para

³³ Entrevista realizada pela autora

alterar a primeira página, noticiando alguma coisa que pudesse estar a passar-se”³⁴, comentou.

Para João Céu e Silva, trabalhar com o escritor não devia ser fácil. “Ele era uma pessoa muito exigente, (...) uma pessoa muito séria. E mesmo como editorialista, quando escrevia os seus editoriais, ele tinha a particularidade que normalmente os jornalistas não têm: (...) ele começava a escrever e o texto era escrito e ficava definitivo. Depois se o interrompiam, ele parava, ia fazer não sei o quê durante uma hora e quando voltava continuava da mesma palavra e escrevia como se não tivesse sido interrompido. Portanto ele era uma pessoa que tinha as ideias muito definidas na cabeça e que sabia o que é que queria escrever”³⁵. Esta ideia é também defendida por Zeferino Coelho, editor literário na editora Caminho e que trabalhou diretamente com José Saramago. “Ele era uma pessoa muito séria, uma pessoa muito organizada e fazia o trabalho dele com muito método. (...) Ele previa em que alturas teria o trabalho pronto”³⁶, disse.

José Saramago escreveu 95 crónicas no *Diário de Notícias*. Sob o título “Os Apontamentos”, os também editoriais do jornal tanto teciam elogios a Vasco Gonçalves, como criticavam Mário Soares e os saudosos do fascismo. Nestas crónicas, José Saramago retrata as realidades do 25 de Abril de 1974 e os desenvolvimentos do processo revolucionário em curso (PREC). Quase todas sobre política, as suas crónicas têm uma “escrita inflamada”, cheia de perguntas retóricas, muitas metáforas e comparações. Estes editoriais não estão assinados (à semelhança do que aconteceu no *Diário de Lisboa*) e aparecem na primeira página do jornal. “Não há exagero, portanto, em dizer que estes textos foram produto de uma determinação coletiva, que a alguém caberia dar forma”, (Saramago, 1990: 193), escreveu no “Prefácio à 1ª edição” no seu livro *Os Apontamentos*.

³⁴ Entrevista realizada pela autora

³⁵ Entrevista realizada pela autora

³⁶ Entrevista realizada pela autora

2.2.3. A polémica dos saneamentos no *Diário de Notícias*

Durante o curto período em que estive no *Diário de Notícias*, Saramago viveu intensamente os saneamentos políticos que decorreram no “Verão Quente” de 75. Diretor-adjunto do jornal foi considerado o principal motor do despedimento de 24 jornalistas. “(...) as decisões de suspender e posteriormente sanear os jornalistas do *DN* foram tomadas em reuniões de trabalhadores (...) nas quais José Saramago foi um activo interveniente”, escreve Pedro Marques Gomes (2011). Este foi um caso controverso que levou a que José Saramago acabasse por abandonar o jornalismo. Os motivos prenderam-se não só pelo golpe de Estado do 25 de novembro, mas também por, no entender do cronista, o jornalismo enquanto intervenção social ter acabado. “Quando eu me balanço com o *Manual de Pintura e Caligrafia* até à fase de ficção em que ainda me encontro, o jornalismo – entendido como se queira entender – já tinha ficado longe. Estávamos em 1977 e o jornalismo para mim tinha acabado em 1975, um certo jornalismo, uma certa circunstância política, social e histórica, um jornalismo como arma de transformação da sociedade porque eu não estava – e creio que alguns dos meus colegas também não tinham esse sentimento – nos jornais só para ganhar a vida, mas porque pensávamos que podia ser um instrumento de mudança” (Silva, 2009: 308).

Em entrevista a João Céu e Silva, José Saramago defende-se. “Criou-se essa ideia de que eu saneei uma quantidade de jornalistas do *Diário de Notícias*, o que simplesmente não é verdade” (Silva, 2009: 55). O processo dos saneamentos começou com a entrega à administração do *Diário de Notícias* de um comunicado assinado por vários jornalistas que trabalhavam no jornal, dizendo que não concordavam com a orientação editorial que a direção Luís de Barros-José Saramago estava a imprimir. Os jornalistas denunciavam “o ‘crescente descrédito’ sobre o jornal (...). A ‘acentuada dificuldade e risco’ que os jornalistas encontram quando, no âmbito do seu trabalho, necessitam de contactar a população, ‘que não lhes esconde a sua hostilidade’ quando identificam o jornal para o qual trabalham’ (...). O ‘evidente sectarismo’ (...). O ‘gravoso silêncio com que o «Diário de Notícias» tem apoiado, implicitamente, o documento «Correia Jesuíno»’ (...). O ‘evidente desprezo que as cúpulas da Redacção têm manifestado pelo Estatuto Editorial do *Diário de Notícias*’. A ‘orientação deste jornal que o povo paga do seu bolso’”, (Gomes, 2011: 44).

Esta problemática é também abordada no livro de Miguel Gonçalves Mendes (2011), realizador do documentário *José e Pilar*. Saramago fala sobre o tempo do *Diário de Notícias*, mais especificamente sobre os saneamentos e o seu papel nesta questão. “Estamos em mil novecentos e setenta e cinco, e portanto em pleno verão quente da revolução. (...). Estamos, salvo erro, em agosto, eu era então diretor-adjunto do jornal, e um dia o diretor propriamente dito, o Luís de Barros, estava de férias no Algarve, e portanto eu tinha toda a responsabilidade do jornal... e numa manhã entram-me pela porta dentro no gabinete quatro ou cinco jornalistas, gente muito ligada à direita e à extrema-direita, que também a tínhamos lá dentro (...). E aparecem com um papel em que, segundo diziam, representavam trinta e não sei quantos jornalistas³⁷ – que depois passaram a ser vinte e dois ou vinte e três – e queriam, exigiam, publicar esse papel que tinham escrito, na edição do dia seguinte” (Mendes, 2011: 24). Saramago continua a sua reconstituição desses momentos, dizendo que esta questão teria que ser levada a Conselho Geral de Trabalhadores e eles é que decidiriam o que fazer. “O que aconteceu é que lhes saiu o tiro pela culatra a todos eles, porque os trabalhadores suspenderam os jornalistas e ordenaram que se lhes movesse um processo disciplinar a todos eles” adiantou Saramago (Mendes, 2011: 24). “O resultado daquilo foi que uns quantos foram demitidos, e a culpa tenho-a eu”, ironiza. (Mendes, 2011: 25).

Miguel Gonçalves Mendes continua esta conversa com o escritor e Saramago insiste que não foi o responsável pelos saneamentos. “É o Conselho Geral de Trabalhadores que decide suspendê-los da sua atividade, eu não tinha nada que ver com isso”, conclui. (Mendes, 2011: 25).

O papel desempenhado por José Saramago no processo de saneamentos do *DN* divide opiniões. Em conversa telefónica, Maria Teresa Horta não hesita em responsabilizar José Saramago, uma vez que este estava à frente do jornal nessa altura.³⁸ João Céu e Silva, tem uma opinião diferente. “Não o acho culpado. Acho que não se

³⁷ Segundo Pedro Gomes (2011) os jornalistas que assinaram o «documento dos 30» foram: Acácio Franco, António Gonçalves Mendes, António Pereira Alves, Alberto Gonçalves dos Santos, Alda Esteves Mafra, Álvaro Gomes, Adelino Alves, Cordeiro Pereira, Francisco Alberto Máximo, João Mendes, João Filipe Salvado, João Diogo Garin, Jorge Soares, Jorge Tavares Rodrigues, José Simões Ilharco, José Sousa Barros, José Valente, José Sampaio, Luís Oliveira Nunes, Mário da Silva Costumélias, Mateus Boaventura, Manuel Luís Rodrigues, Manuel Pereira Rodrigues, Manuela Saraiva de Azevedo, Maria Manuela Ferreira, Manuel Andrade Guerra, Raul Duarte de Nascimento, Rui Osório Tovar, José Estevão Santos Jorge e Rui Manuel do Nascimento Homem.

³⁸ Luís de Barros, marido de Maria Teresa Horta e diretor do jornal, encontrava-se de férias no Algarve e Saramago ficou, então, à frente do *DN*.

consegue chegar a uma conclusão sobre isto”, afirma, acrescentando que os saneamentos políticos são próprios da época que se vivia. “Muitas vezes as pessoas não compreendem o ano de 75. O ano de 75 tem que ser isolado da realidade porque o que se vivia era uma realidade muito politizada e política, portanto não tinha nada a ver com o que seria antes e o que foi depois”³⁹, sublinha João Céu e Silva.

A importância do contexto político em que ocorrem os saneamentos é, também, enfatizada por Violante Saramago. Assumindo uma leitura mais política sobre o ocorrido, a filha de José Saramago relaciona a questão com o PCP (onde Saramago estava filiado desde 1969), salientando a luta política que se travava na altura. “Tudo isto acontece em 1975, o clima político na altura era de um enorme confronto entre o PCP e o resto. (...) Do ponto de vista da oposição era aquele [o PCP] que (...) tentou, e eu não tenho qualquer espécie de dúvida em relação a isso, tentou um golpe de Estado. Tentou apoderar-se do poder e uma das áreas era a comunicação social, naturalmente”. A filha de Saramago continua: “do meu ponto de vista, aquilo que se travava no *Diário de Notícias* era também uma luta de classes. Simplesmente, o meu pai sempre me disse – e eu acredito, porque não tenho razões para julgar que fosse qualquer coisa diferente disto – que a sua responsabilidade direta no afastamento dos jornalistas nunca existiu. Onde é que eu acho que está a safadeza? Está no seguinte: o PCP abandonou-o completamente. Traiu-o”⁴⁰. Violante acrescenta que o dever do PCP era ter apoiado um membro do seu partido e não servir-se dele “para tentar dominar o *DN*”, afirmou. Além disso, “este comportamento do PCP tornou-o [Saramago] culpado”⁴¹.

Daniel Ricardo apresenta também a sua leitura dos acontecimentos. “(...) o que se dizia na altura em que entrei para o *Diário de Notícias*⁴² era que ele tinha tentado pôr água na fervura, tentado evitar aquele despedimento coletivo. Para mim, isso não é estranho porque ele era subdiretor do jornal, ele tinha que fazer sair o jornal todos os dias e, de repente, uma redação que nem sequer era muito grande ficar sem 24 jornalistas... O Saramago (...) tentou ali uma solução... Mas isto era o que se dizia. Eu não assisti!”⁴³. Daniel Ricardo acredita, então, que Saramago não foi o culpado pelo

³⁹ Entrevista realizada pela autora

⁴⁰ Entrevista realizada pela autora

⁴¹ Entrevista realizada pela autora

⁴² Daniel Ricardo entrou para o *Diário de Notícias* mais ou menos ao mesmo tempo que o início do processo dos saneamentos político. Como tal, o ambiente já era muito tenso e já se sabia que havia divergências entre alguns jornalistas e a direção do jornal.

⁴³ Entrevista realizada pela autora

despedimento dos jornalistas. Apesar de ouvir muitas versões sobre o assunto e não saber onde está, exatamente, a verdade, defende que “quem decidiu o despedimento não foi o Saramago, foi o plenário”.

Segundo José Jorge Letria, o comunicado “era muito violento, agressivo, provocatório, até um bocado insultuoso, afirmando que o jornal era completamente manipulado pelo partido comunista, que não havia liberdade de expressão e, portanto, exigia a reposição das liberdades”⁴⁴. José Jorge Letria adiantou, ainda, que quando um documento daquele calibre chega às mãos da direção e da administração, há uma atitude a tomar: “ou se aceitava aquilo e não se respondia e ficávamos todos em silêncio ou havia uma resposta política, que foi o que aconteceu”. José Saramago conduziu, então, essa resposta política falada por Letria, “naturalmente em articulação com o partido comunista”⁴⁵, acrescenta o jornalista.

A redação do *DN* tinha, no total, 62 jornalistas e quase metade subscreveu o “documento dos 30”. Para ser o mais plural possível, como justificaram os jornalistas, o documento era assinado por elementos de direita, esquerda e extrema-direita. Para José Saramago, o “documento dos 30” é “baseado na mentira, na desonestidade intelectual e política e no impudor mais absoluto em relação ao que seja ou deva ser ou se entenda que possa ser a relação entre as pessoas” (Gomes, 2011; 65)⁴⁶.

Dos 30 jornalistas, alguns acabaram por desistir, com receio das consequências que poderiam advir da iniciativa. No fim, apenas 24 subscreveram o documento. “(...) vários foram incentivados, pelas hierarquias superiores do jornal”, enquanto outros, conta João Fragoso Mendes a Pedro Marques Gomes, desistiram por “‘falta de coragem’, outros porque ‘se arrependeram sinceramente’ da atitude que haviam tomado e ainda os que ‘perceberam que aquilo ia tomar um rumo que eles não imaginaram quando subscreveram’ o documento” (Gomes, 2011: 87).

Os saneamentos não só eram um reflexo da crise interna que o jornalismo estava a viver, como também deixavam patente a instabilidade que se vivia por todo o país em

⁴⁴ Entrevista realizada pela autora

⁴⁵ Entrevista realizada pela autora

⁴⁶ Em entrevista a João Céu e Silva, José Saramago afirma que o “documento dos 30” foi entregue por Luís de Oliveira Nunes, Raul Nascimento e Mateus Boaventura. O desejo destes jornalistas era o de publicar o documento, mas Saramago afirmou que primeiro teria que passar pelo Plenário dos Trabalhadores, devido às críticas ao estatuto editorial.

todos os níveis. Aliás, o *Diário de Notícias* “tomava posições tão firmes e tão claras em defesa da revolução”⁴⁷, comentou Daniel Ricardo. A situação de crise é salientada por José Jorge Letria. “Os saneamentos no *Diário de Notícias* vieram radicalizar a situação social e política em Portugal”, contou. “Quando as pessoas sabem que 24 jornalistas são saneados, dizem ‘isto afinal está com a corda esticada e pode partir a qualquer momento’”⁴⁸, continua.

O documento é concluído a 12 de agosto de 1975 e, dois dias depois, é entregue à Administração do *DN*. No dia seguinte é divulgado no jornal *Expresso*, o que gera bastante controvérsia. Durante este processo, uma das maiores críticas esteve relacionada com a rapidez na divulgação do documento a outros meios de comunicação, sem, primeiro, ter sido debatido a nível interno. Pedro Marques Gomes conclui, na sua tese de mestrado, que “a ideia de que os jornalistas do «Grupo dos 30» deveriam discutir as críticas feitas à direcção do *DN* no seio da ENP⁴⁹ antes de divulgarem externamente o seu documento é amplamente explorada pela direcção do jornal e pelos trabalhadores que não concordaram com a luta dos «30», figurando, ao longo de todo o processo, como a principal justificação para os saneamentos dos jornalistas. Saliente-se que essa questão gerou divisões no grupo inicial de subscritores do documento, havendo jornalistas que dizem ter sabido e concordado com a divulgação do documento, existe também quem diga que o assunto não foi discutido pelo grupo e ainda quem afirme que a divulgação externa foi uma precipitação” (Gomes, 2011: 167).

No decurso da crise dos saneamentos, o caso foi exposto à Assembleia Constituinte, ao Sindicato dos Jornalistas e até ao Partido Socialista. Este processo arrastou-se até ao 25 de novembro de 1975, altura em que se assistiu “a uma inversão de posições, com a suspensão da administração, direcção e mais 12 jornalistas do *DN*” (Gomes, 2011: 169). A participação de José Saramago no jornalismo acaba nesta altura.

⁴⁷ Entrevista realizada pela autora

⁴⁸ Entrevista realizada pela autora

⁴⁹ Empresa Nacional de Publicidade, detentora do *Diário de Notícias* na época

III Parte

3. Os jornais por onde Saramago passou

3.1. A *Seara Nova*

Fundada a 15 de outubro de 1921 por Raúl Proença, António Sérgio e Jaime Cortesão, a revista *Seara Nova* surge “determinada na defesa da República”, segundo escreve Manuel Fitas (2010). Da mesma opinião é Raquel Souza (2008) que afirma que a *Seara Nova* surgiu em Lisboa com o objetivo de “discutir e problematizar a situação da pátria, através da análise dos problemas nacionais e da proposição de soluções para a crise daquela nação” (Souza, 2008: 126).

No primeiro número, publicado em outubro de 1921, Raúl Proença escreve que “a *Seara Nova* representa o esforço de alguns intelectuais, alheados dos partidos políticos, mas não da vida política, para que se erga, acima do miserável circo onde se debatem os interesses confessáveis das clientelas e das oligarquias plutocráticas, uma atmosfera mais pura em que se faça ouvir o protesto das mais altivas consciências, e em que se formulem e imponham, por uma propaganda larga e profunda, as reformas à vida nacional” (Raúl Proença, 2008: 138).

Apresentando-se como uma revista doutrinária, a *Seara Nova* é, ainda hoje em dia, considerada “um dos mais importantes documentos sobre a nação lusitana e como uma das publicações que exerceram maior influência sobre ‘a cultura portuguesa’ durante os longos anos da sua existência e, principalmente, entre 1921 e 1926” (Souza, 2008: 126).

Inicialmente, na sua primeira fase que coincidiu com o período republicano, começou por ter uma periodicidade quinzenal (outubro 1921- maio 1922), no verão de 1922 passou para o regime mensal (julho 1922-julho 1925) e, posteriormente, semanal (outubro 1925 - julho 1926).

Na primeira fase da revista, esta contava com 25-30 páginas. O nome *Seara Nova* pode ser interpretado de duas maneiras: “Seara” pode remeter para a espiga, logo, para questões agrícolas e essa analogia pode ser visível no título da publicação como também no logotipo e nalgumas capas da revista, como explica Raquel Souza. Pode ser uma “extensão da terra semeada, cultivada; e esse sentido conduz o leitor ao campo

semântico da agricultura, da terra, do trabalho e do trabalhador rural” (Souza, 2008: 147). A palavra “nova” pode “parecer demonstrar um posicionamento ideológico dos seareiros que buscavam opor a sua atitude diante da realidade nacional, o seu programa de restauração do país a outros projectos de vertente mais tradicionalista em Portugal, apresentando-se como uma proposta de renovação no país” (Souza, 2008: 148).

Segundo António Reis, esta revista foi “uma fonte e um testemunho imprescindíveis para a compreensão das causas do fracasso da experiência liberal republicana, das vicissitudes do oposicionismo democrático, da evolução doutrinária da intelectualidade republicana de esquerda e até das ilusões suscitadas pelo processo revolucionário no período que se seguiu ao 25 de abril” (Reis, 1999: 22). Para além de assumir um carácter revolucionário, a *Seara Nova* surge com uma consciência crítica. Esta publicação “(...) destaca-se facilmente como o principal órgão periódico do campo de oposição democrática. Em rigor, porém, era mais que uma revista mensal. Esta era, sobretudo, o rosto visível de um grupo de «intelectuais políticos» - para utilizar a feliz expressão de Raúl Proença, um dos seus fundadores em 1921 -, que procurava intervir na vida política através de um estilo próprio” (Reis, 1999: 22). A *Seara Nova* procurava afastar-se das ligações partidárias e políticas e tinha “um espírito de diálogo e solidariedade interna” (Reis, 1999: 22).

As seções da *Seara Nova* não eram fixas e, por vezes, a revista destinava uma seção chamada “Fins de Página” a textos de escritores e filósofos. Esses textos iam ao encontro dos ideais da revista. Com as mesmas características, a publicação dedicava-se à Política, Ciência, Administração Portuguesa, Educação, Crítica Literária e Artística, Poesia, Prosa e questões sociais.

A revista ficou marcada por alguns acontecimentos da época. Os seus primeiros anos de existência foram atribulados. Depois do sidonismo (1917-1918), a República sofre um golpe mortal com o 28 de maio de 1926. Segundo Manuel Fitas, este período (1921-1939) pode ser caracterizado como o “período mais doutrinário da Revista” (Fitas, 2010:15), numa altura em que a *Seara Nova* esteve mais focada numa luta tanto política como ideológica. Segundo Raquel Souza, “predominam nessa publicação entre 1921 e 1926, a análise da situação portuguesa e propostas de soluções para os problemas da nação, centrados, principalmente, nas questões económicas, políticas – reforma da República – e educacionais” (Souza, 2008: 168). Esta fase é ainda marcada

pela demissão de António Sérgio, em 1939, que abandonou a revista por “incompatibilidades de ordem pessoal, administrativa e financeira, com Luís da Câmara Reis e ideológicas ocorridas com alguns redactores e colaboradores, a quem acusa de desvios e infracções ao espírito doutrinário preconizado pela revista” (Fitas, 2010: 32).

Em 1931 Raúl Proença afasta-se da direção da revista por motivos de saúde. O seu lugar é ocupado por Câmara Reis. Aliás, nos primeiros anos da revista, o quadro diretivo era composto por diversas pessoas. O chamado “Grupo da Biblioteca Nacional” era composto por Raúl Brandão, Aquilino Ribeiro, Câmara Reis, Raúl Proença, Faria de Vasconcelos, Augusto Casimiro, Jaime Cortesão, Ferreira de Macedo e José de Azevedo Perdigão. A partir de abril de 1923, achou-se que apenas alguns eram necessários para a orientação da publicação, ficando, assim, a direção sob a alçada de António Sérgio, Faria de Vasconcelos, Raúl Proença, Câmara Reis e Jaime Cortesão.

A partir daí, um novo rumo foi dado à revista. “A atracção que a *Seara* exerceu sob a nata da intelectualidade portuguesa, sobretudo dos simpatizantes do neo-realismo, foi enorme, até meados da década de 40, não só pelo prestígio da revista, mas também pelo desaparecimento dos principais órgãos de comunicação, em 1940, que tinham acolhido as suas teorias, *O Diabo* (Lisboa) e *Sol Nascente* (Porto)” (Fitas, 2010: 19).

Durante as décadas de 1940 e 1950, a revista sofreu algumas mudanças no que dizia respeito à sua publicação. “Os primeiros anos desta década, até cerca de 1943, foram para a *Seara* como que uma espécie de minimização dos efeitos causados pela saída de António Sérgio e de outros vultos, igualmente importantes, como Mário Azevedo Gomes, Agostinho da Silva, Castelo Branco Chaves e Álvaro Salema” (Fitas, 2010: 18). A revista passou a ter um carácter mais revolucionário e a abranger um público mais generalista.

Nesse sentido, “a década de 40 e 50, transportou-nos para uma realidade repleta de acontecimentos que iriam alterar o curso do mundo, em geral, e de Portugal, em particular” (Fitas, 2010: 71).

Por volta de 1959 a revista mudou o grafismo e abriu portas a novos colaboradores, como, por exemplo, Rui Cabeçadas, Mário Ruivo, Veiga Pereira, Manuel Sertório, Lopes Cardoso, entre outros.

António Reis afirma que “com o marcelismo e a nova dinâmica de afirmação da oposição democrática em torno da campanha eleitoral de 1969, o papel do grupo Seara Nova e da revista tornam-se mais visíveis e influentes, precipitando um segundo momento de renovação e alargamento de colaboradores, com imediato reflexo na variedade de secções da revista e na intensidade do movimento editorial” (Reis, 1999: 23).

Esta foi uma revista que veio mudar o panorama jornalístico. Dedicou-se, em grande parte, à literatura e à crítica literária⁵⁰, algo que não era costume existir nas publicações. “Ficou provado que a *Seara Nova* acolheu as ideias neo-realistas. Foram vários os escritores que viram as suas obras recenseadas pelos críticos da Revista e, ao mostrarem-se equidistantes da ideologia que enformou o movimento, provocaram polémicas com as considerações que teceram sobre a teorização ideológica e sobre as próprias obras que vinham a lume” (Fitas, 2010: 72).

O último número da revista foi publicado em 1979, apesar de, anualmente, ter continuado a chegar às bancas de forma a que o título não caísse no esquecimento. Teve este ritmo até 1985. Atualmente é uma revista trimestral.

3.2. A *Capital*

A 21 de fevereiro de 1968 nasceu na Rua do Século, número 34, em Lisboa, o jornal *A Capital*, um nome que já não era novo. Fundado por Manuel Guimarães, o primeiro jornal com este nome surgiu dias antes da proclamação da República em outubro de 1910, mas apenas durou 16 anos, acabando pouco tempo depois do golpe de Estado de 28 de maio de 1926. Quando este vespertino voltou às ruas portuguesas, tinha, no editorial do primeiro número o título “Continuidades”. Aqui, lê-se que “num gesto de compreensão, de amizade e de confiança que muito nos desvanece, cederam por escritura pública a propriedade desse título aos actuais director e director-adjunto de *A Capital* que, por sua vez, transmitiram esse direito para a sociedade que se constituiu a fim de assegurar a publicação deste vespertino” (in *A Capital*, 21/02/1968). Além disso, este editorial acrescenta que “ao reatar a publicação de «A Capital», um único

⁵⁰ José Saramago entrou para esta revista para ser crítico literário, chegando a escrever sobre livros da Agustina Bessa Luís, Urbano Tavares Rodrigues, Jorge de Sena, Júlio Moreira, etc.

propósito nos move: servir o País em tudo quanto esteja ao nosso alcance e prestigiar a Imprensa portuguesa na medida das nossas forças. Somos um jornal independente, livre de hipotecas financeiras e políticas” (in *A Capital*, 21/02/1968). O objetivo dos seus diretores era que este periódico fosse lido por todo o país e não apenas na capital e “não deixará de interessar, quer pelo conteúdo de ideias que se empenhará em debater, quer pela natureza dos problemas que se propõe analisar, toda a gama de leitores a que se destina e toda a extensão das regiões que procurará servir” (in *A Capital*, 21/02/1968), lê-se nesta primeira edição da segunda fase do jornal.

A Capital regressou pelas mãos de Norberto Lopes, Mário Neves (diretor e diretor-adjunto respetivamente) e Maurício de Oliveira (chefe de redação). Norberto Lopes e Mário Neves abandonaram o *DL* em finais de 1967. Os dois, juntamente com José Estevão Santos Jorge, Fernando Soromenho, Manuel Nunes, Álvaro Salema, Carlos Machado e Maurício de Oliveira, saíram de um jornal que ajudaram a fundar e no qual trabalharam largos anos, para fundar *A Capital*. Segundo Ana Cabrera, “estes jornalistas imprimem ao *A Capital* o estilo de trabalho e a organização da informação idêntica ao que antes praticavam no *Diário de Lisboa*” (Cabrera, 2006: 164).

Em 1968, este jornal “tinha 32 páginas a 6 colunas, mais um suplemento de ‘Literatura e Arte’ com 16 páginas”, (Lemos, 2006: 161). Este suplemento, coordenado por Álvaro Salema e Maria Teresa Horta, contava com a colaboração de diversos nomes conhecidos na época, como o caso de Matilde Rosa Araújo, Isabel da Nóbrega, Mário Cesariny, António Gedeão, José Saramago, entre outros.

À semelhança deste suplemento, o jornal publicava, também, o «Extra», «Economia e Técnica», «A Semana», «Eles e Elas», «Viajar» e ainda o «Desportivo».

Segundo Carla Baptista e Fernando Correia, este jornal e o *Diário de Lisboa* vieram mudar a paisagem jornalística nacional. “Foram eles que funcionaram como motores de mudança, introduzindo e desenvolvendo alterações a nível jornalístico, mas também empresarial (...) e mesmo tecnológico, que influenciaram (...) o conjunto da imprensa diária e mesmo da restante empresa” (Baptista, Correia, 2007: 105)⁵¹. Além disso, salientam, “o facto de se tratar de jornais da tarde, com uma hora de fecho que dificultava a sua chegada antes do princípio da noite do próprio dia às regiões mais

⁵¹ Os autores dão igualmente o exemplo do *Diário Ilustrado* (1956), de *A Bola* (anos 60) e do *Diário Popular* (1942)

afastadas da capital, fez deles jornais essencialmente lisboetas ou, melhor dizendo, metropolitanos” (Baptista, Correia, 2007: 109). Tendo, então, um público-alvo mais alargado, os jornais apostaram na inovação. No caso do jornal *A Capital*, apostou-se numa linha mais sensacionalista.

A Capital foi, inicialmente, um jornal com muito êxito, com uma tiragem diária de 50.000 exemplares. No entanto, progressivamente, o sucesso de vendas foi decrescendo, fazendo com o que o jornal apresentasse uma base financeira pouco segura. “Não existia uma cultura de grande dinamismo. Nos suplementos, o ambiente era mais solto e arejado mas, na redacção, os mais novos sentiam-se muitas vezes desencorajados pelos mais velhos, que os forçavam a repetir fórmulas de escrita ultrapassadas” (Baptista, Correia, 2007: 201).

Para além das debilidades económicas, *A Capital* vê-se também a braços com a concorrência, nomeadamente do *Diário Popular* e do *Diário de Lisboa*, com os quais tem que disputar a atenção do público. Assim, o novo jornal de Norberto Lopes tem dificuldade em posicionar-se no mercado, como refere Ana Cabrera. O reduzido sucesso de vendas, faz com que o jornal fique ainda mais instável. “À medida que os problemas económicos aumentam, acendem-se tensões entre o núcleo de sócios fundadores e ampliam-se as pressões para que vendam as suas acções. Finalmente Queiroz Pereira e outros empresários criam a SEGE – Sociedade de Estudos e Gestão de Empresas e chegam a um acordo com os accionistas maioritários” (Cabrera, 2006: 164). O jornal acaba por ser comprado, em 1970. Norberto Lopes e Mário Neves demitem-se.⁵²

O cargo de diretor é atribuído a Maurício de Oliveira que, em 1969, vende a sua posição na empresa, mas regressa ao jornal após a demissão de Mário Neves e Norberto Lopes. “Maurício de Oliveira viria a revelar-se uma solução transitória que se concluiu em Novembro de 1971 com a sua substituição por José Manuel Homem de Mello” (Cabrera, 2006: 165). Porém, Homem de Mello trouxe alguma controvérsia no seio de alguns jornalistas do jornal. “Era grande a desconfiança por parte dos jornalistas que estavam a par das condições em que tinha assumido o cargo” (Cabrera, 2006: 165).

⁵² O Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, decidiu intervir no jornal *A Capital*, devido ao agravamento da situação económica do vespertino. Desta forma, o jornal deixou de seguir a sua linha independente, afastada dos partidos políticos que o caracterizavam. O que Marcelo Caetano fez foi solicitar a intervenção de Manuel Queiroz Pereira, seu primo, e membro da Sociedade de Estudos e Gestão de Empresas) para “comprar as quotas dos fundadores de *A Capital*, já então desavindos e a braços com uma crise financeira que ameaçava fechar o jornal” (Baptista, Correia, 2007: 202).

Homem de Mello abandona o *A Capital* em 1974 e é substituído por Henrique Martins de Carvalho.

Após a saída de Norberto Lopes e Mário Neves, *A Capital* mudou-se para a Avenida Joaquim António Aguiar e preparava-se para um novo rumo. Nesta altura, José Saramago demitiu-se da sua função de colaborador. A sua saída não tem qualquer ligação com a dos diretores.

De facto, muito mudou no jornal após a demissão de Norberto Lopes e Mário Neves. O jornal alterou o seu grafismo, assemelhando-se mais a um formato tabloide, mais apelativo, com mais destaque para a reportagem e para os temas sociais e também uma maior dedicação aos temas culturais e desportivos. Com melhores condições, também no que dizia respeito à tipografia⁵³, “*A Capital* ganhou um certo desafogo económico e inovações técnicas que até aí eram raras e pertença de só de alguns eleitos, como a generalização das máquinas de escrever, os telexes a debitar as notícias das agências noticiosas e uma frota de carros para fazer a distribuição do jornal e conduzir os redactores aos serviços” (Baptista, Correia, 2007: 207).

O panorama da profissionalização jornalística n’*A Capital*, entre 1970-1974, mudou. Foi o jornal que contratou mais estagiários e mais jovens com formação universitária. Carla Baptista afirma que estes jovens “aparecerem com competências novas. Têm formação universitária, têm um grau de politização muito grande, fizeram algumas leituras do jornalismo que já são diferentes dos clássicos da literatura que constituíam a base de conhecimento dos jornalistas mais conservadores em Portugal”. E acrescenta, salientando que estas características eram comuns nos jovens jornalistas da época: “há toda esta geração que chega e que vai refrescar o jornalismo. (...) Estes jovens veem o jornalismo como forma de intervenção cívica e política nos estreitos limites que a censura permitia. Mas eram movidos por um espírito de missão, de entreatura”⁵⁴.

⁵³ Em entrevista, Daniel Ricardo conta a Carla Baptista e a Fernando Correia que no “velho” jornal, o jornalismo era igual àquele que se via nos filmes, “do tempo dos cowboys”. “Escrevíamos nos chamados linguados fornecidos pela tipografia e que eram desperdícios das bobines, eram papéis sobre o comprido. Às vezes, recebíamos um rolo desses desperdícios e tínhamos que o cortar e colar para podermos escrever” (Daniel Ricardo apud Baptista e Correia: 2007; 207).

⁵⁴ Entrevista realizada pela autora

Para além dos jovens, este vespertino também acolheu mulheres na sua redação, modificando a ideia de que o jornalismo era uma profissão exclusivamente masculina. Tornando-se dinâmico, este periódico veio mudar o jornalismo em Portugal.

3.3. O *Jornal do Fundão*

O *Jornal do Fundão* nasceu a 27 de janeiro de 1946 e o seu primeiro diretor foi António Paulouro. Caracterizado pelo diretor, no editorial do primeiro número, como um jornal “sem ódios nem ambições”, surge em Portugal numa altura em que a Europa ainda sofria com as consequências da II Guerra Mundial. Nessa “hora de divisões abertas e ódios recalcados”, propunha-se a enveredar pelo “trilho difícil que leva ao cumprimento dos deveres simples, ao amor da Terra Mãe, à solidariedade que devemos ao Homem nosso irmão, é tarefa não isenta de dificuldades e canseiras”, (in *Jornal do Fundão*, 27/01/1946). Porém, o jornal desde cedo definiu os seus objetivos. “Sem ódios nem ambições, com a clara noção do que podemos querer, procuraremos servir o Concelho, firmes na ideia de que servi-lo não é apenas conseguir a satisfação de realizações materiais, mas sim a valorização espiritual, física e material dos seus habitantes”, diz o diretor do jornal no 1º número. Toda esta política de intervir na sociedade, de praticar um jornalismo mais social, interventivo, fez com que o *Jornal do Fundão* não só atraísse mais leitores e, conseqüentemente, mais assinantes, como passasse a ser visto como um jornal de referência no jornalismo nacional, especialmente no âmbito regional.

Apesar de terem existido outros jornais na Beira, como por exemplo a *Sentinela da Liberdade*, fundada em 1865, e *Estrela da Beira*, que surgiu mais ou menos na mesma altura, é o *Jornal do Fundão* que é lembrado e considerado o representante desta zona do país. “(...) esta publicação acaba, também, por contribuir para a história da imprensa em Portugal, servindo como exemplo vivo do poder do jornalismo na transformação social, na vigilância dos poderes instituídos, mas sobretudo, na defesa dos cidadãos e na amplificação das suas vontades e ideias” (Alves, 2009: 54). Este jornal oposicionista tinha como objetivo resistir ao salazarismo e ao marcelismo.

O jornalismo interventivo que este jornal praticou, torna-o numa das publicações mais importantes a nível nacional, não só no seio dos jornais regionais como nos de

proximidade. Dedicado a várias causas sociais e humanas, o *Jornal do Fundão* fez inúmeras campanhas para angariar dinheiro para os mais pobres, brinquedos para crianças desfavorecidas na altura do Natal e ainda fundos para a Páscoa. “O papel do jornal fica aqui bem vincado pela sua capacidade de reverter os acontecimentos e mudar as práticas de actuações instituídas” (Alves, 2009: 99).

Este jornal funciona também como um elo de ligação com a comunidade emigrante. Esta é uma das linhas caracterizantes desta publicação. Ao estabelecer esta ponte, criou-se uma espécie de entidade social. Aliou-se, pois, às raízes da população e passou a ser a “voz e meio de comunicação entre os membros desta região e os seus emigrantes” (Alves, 2009: 9).

Uma das principais temáticas abordadas pelo jornal é a política. No entanto, a área a que é dada mais importância é a cultural. O *Jornal do Fundão* tinha oito páginas no seu primeiro número, sendo que uma delas era dedicada à cultura. José Saramago integra o jornal, em 1971, como cronista.

3.4. O Diário de Lisboa

O *Diário de Lisboa* nasceu na Rua do Mundo, em Lisboa (Rua da Misericórdia). As instalações do *DL* começaram por ser num edifício onde antes existia o jornal *A Pátria*. Só a 8 de novembro de 1921 passou a ter instalações próprias, na Rua Luz Soriano, onde se manteve até ao dia da última publicação, a 30 de novembro de 1990.

O primeiro número foi publicado a 7 de abril de 1921 por Joaquim Manso, o diretor. Apresenta-se ao público como “um jornal moderado para todos os que na pressa de avançar para o porvir tomam como estrela os vagos fulgores de uma utopia. A muitos, porém, parecerá revolucionário porque [...] algumas vezes, para falar pura verdade, terá de ser violento, duro mesmo” (*Diário de Lisboa*, 7/4/1921, p.1).⁵⁵ Segundo Carla Baptista e Fernando Correia (2007), de acordo com um Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas, de dezembro de 1941, o fundador deste jornal foi Alfredo Vieira Pinto. No entanto, a ideia de criar este vespertino era partilhada por

⁵⁵ http://fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=05739.003.00364&bd=IMPRESA
[Consultado a 13 de julho de 2014]

diversos jornalistas. “Esta «convergência de interesses» assentava, em grande parte, num núcleo de jornalistas do *Diário de Notícias* e, também, de *O Século*, descontentes com as orientações e formas de trabalho nestes matutinos” (Baptista, Correia, 2007: 159).

Designado por Carla Baptista e Fernando Correia de “vespertino dos intelectuais”, o *Diário de Lisboa* inaugurou um novo estilo de publicação em Portugal. Quando surgiu, tinha oito páginas e custava 10 centavos. Contava com uma caricatura que figurava na primeira página e tinha uma página chamada “Província”, outra “Artes e Letras” e duas intituladas “Cidade”. As outras páginas destinavam-se a notícias de fora do país e de última hora.

O *Diário de Lisboa* saiu para as bancas durante 70 anos. Na década de 1960, cerca de 40 anos depois de ser publicado o primeiro número, o fecho de edição ocorria por volta da hora de almoço, de maneira a ser possível chegar às várias zonas do país ao fim da tarde. Durante o tempo em que fez parte da leitura diária dos portugueses, o vespertino sofreu algumas alterações mas manteve-se “fiel à sua herança republicana” (Baptista, Correia, 2007: 177). Os investigadores acrescentam que o *DL* “(...) foi mais tarde liberal e progressista, (...). Tentou ser um jornal independente e descomprometido com o poder político e económico dentro dos limites, porventura ainda mais estreitos (...)” (Baptista, Correia, 2007: 177).

O vasto número de colaboradores que passaram pelo jornal, como por exemplo, Aquilino Ribeiro, Mário Dionísio, Alexandre O’Neill, Fernando Pessoa, Mário Sacramento, José Saramago, José Régio entre outros, fez do *Diário de Lisboa* o jornal preferido da burguesia e o mais próximo da classe mais letrada, atingindo os 50 000 exemplares por dia. “«Os leitores não eram necessariamente de esquerda ou comunistas. Eram pessoas da média burguesia, cultos, engenheiros, advogados, médicos, professores, se calhar até eram relativamente conservadores mas gostavam da independência do *DL*»”, afirmou António Pedro Ruella Ramos em entrevista a Carla Baptista e a Fernando Correia (2007). O diretor do vespertino entre 1967 e 1989 admite, ainda, que este diário não se comprometia com o regime e era isso que fazia dele o favorito das massas mais cultas.

O tipo de jornalismo que se praticava neste jornal era o do “realiza-se hoje”, segundo afirmou José Manuel Tengarrinha, citado por Carla Baptista e Fernando Correia (2007: 165). A par disso, a maioria dos textos eram assinados, ao contrário do que acontecia, por exemplo, no *Diário de Notícias*. Assinar o texto fazia com que passasse a haver uma espécie de “jornalismo existencial”, era dar aos jornalistas um “«direito de autoria, um direito moral»”, afirmou José Carlos de Vasconcelos a Carla Baptista e Fernando Correia (2007: 167). O *Diário de Lisboa* trouxe para a história da imprensa um jornalismo de referência.

3.5. O *Diário de Notícias*

3.5.1. Eduardo Coelho, o fundador

Desde cedo ligado à arte da tipografia, Eduardo Coelho interessou-se pela escrita e pelas notícias. Ao longo dos anos foi colaborando com pequenos jornais da época, depois de a mãe o ter mandado para Lisboa para começar a trabalhar na área comercial. O interesse pela tipografia começou, mais ou menos, na mesma altura e fez com que Eduardo Coelho se interessasse mais pelas questões sociais e, conseqüentemente, pela informação. O *DN* surgiu pelas suas mãos em 1864. Com algumas dificuldades económicas, Eduardo Coelho conseguiu, ainda assim, juntar-se a Tomás Quintino, dono da *Tipografia Universal*. Quintino passou a ser sócio de Coelho e cofundador do *Diário de Notícias*.

Diferente dos jornais a que Portugal estava acostumado, o *Diário de Notícias* lançou o seu primeiro número a 29 de dezembro de 1864 e foi logo elogiado pelo aspeto da paginação, pelo estilo das notícias, que era claro e conciso, pela dimensão e pelo preço. O seu objetivo, explicado logo no primeiro número, era ser imparcial nas lutas políticas, tentar ter uma linguagem cuidada mas simples, relatar os acontecimentos sem deixar de lado a veracidade dos mesmos. Além disso, deveria interessar a todos os leitores e ser acessível a todas as bolsas.

3.5.2. O nascimento e o novo estilo jornalístico

O *Diário de Notícias (DN)* é fundado em 1864, num momento em que por toda a Europa os meios de comunicação conheciam novos dinamismos. Baseia-se no modelo do francês *Le Petit Journal*, de 1863, e do espanhol *La Correspondencia de España*.

O *Diário de Notícias* foi considerado por muitos o jornal popular português. No entanto, Jorge Pedro Sousa (2011) afirma que antes dele, outros jornais foram preparando o terreno, como foi o caso do *Periódico dos Pobres no Porto*, em 1834, o *Jornal Utilidade Pública*, de 1841 e o *Dez Réis: Jornal de Utilidade* também no mesmo ano. No entanto, estes projetos ficariam comprometidos com a publicação da nova legislação sobre a imprensa em 1837.

O fim da Lei das Rolhas, juntamente com a Revolução Industrial, impulsionou o nascimento de novos jornais. Exemplo disso foi o surgimento do *Diário de Notícias*, em 1864. “Daí para cá, a história do jornal confunde-se com a História do País: atravessou dois séculos, conheceu a monarquia e deu vivas à República, testemunhou guerras, respirou em liberdade e viveu em ditadura, criou a reportagem (...)”, afirma João Figueira (2007: 95). Esta ideia é reforçada por Ana Cabrera, que salienta que o *Diário de Notícias* é “o mais antigo jornal português que sobreviveu a diversos regimes políticos: a Monarquia, a República, o Estado Novo e a Democracia” (Cabrera, 2006: 196)

O *Diário de Notícias* começou por se instalar na Rua dos Calafates, no Bairro Alto, em Lisboa. Anos mais tarde mudou-se para a Avenida da Liberdade, onde ainda permanece nos dias de hoje. O nascimento deste jornal veio impulsionar a “fase do jornalismo industrial”⁵⁶, ou a chamada *penny press*, em Portugal. Nascida na década de 30, a *penny press* veio mudar o jornalismo. Até então, o jornalismo comercial era caro, o que atraía muito poucos leitores. A partir de 1830, deu-se uma revolução comercial e os jornais começaram a ser vendidos a um *penny*, tornando-se, assim, baratos e

⁵⁶ A que é considerada a fase industrial do jornalismo arranca por volta do século XIX quando há uma grande evolução nos meios de comunicação social, com a introdução de dispositivos tecnológicos que modernizam a imprensa. Começam a surgir o telégrafo e as agências noticiosas, bem como a eletricidade e o modelo da pirâmide invertida

acessíveis a todas as bolsas. A par disso, muitos dos “*penny papers*” queriam independência política, deixando de lado eventos políticos e passando a dar mais atenção a temas populares e locais.⁵⁷ Segundo Michael Shudson (1978), a *penny press* foi impulsionada por uma visão de mercado mais democrática, bem como a evolução na literacia, um maior interesse por histórias humanas e o avanço na tecnologia.

Neste sentido, Jorge Pedro Sousa afirma que “o *DN* transfigurou, assim, a imprensa portuguesa, tendo sido o grande responsável pela reconversão modernizadora do jornalismo em Portugal, que, com ele, para o bem e para o mal, entrou na sua fase industrial e profissionalizada” (Sousa, 2011: 82).

O *DN* tentou aproximar-se de uma técnica jornalística própria, inaugurando no nosso país “um novo modelo jornalístico” (Baptista, 2012: 75). Esta ideia é corroborada por Jorge Pedro Sousa que complementa dizendo que “(...) as técnicas de redação rapidamente foram contaminadas pela busca da factualidade, pela separação entre informação e opinião, pelo predomínio do objeto sobre os sujeitos que o enunciam (...). Essa opção editorial foi incrementada quer pela omnipresença do telégrafo, que incitava à manutenção de um estilo factual, simples e sintético, quer pela atividade das agências noticiosas, que davam, então, os primeiros passos” (Sousa, 2011: 60).

Carla Baptista e Fernando Correia (2007) explicam que o *Diário de Notícias* existia num formato de *broadsheet*, ou seja, um formato de larga dimensão, ligado ao jornalismo de referência.⁵⁸ Rondando as 12-16 páginas, tinha alguns conteúdos fixos mas a sua organização não era exemplar. “O facto de ao alto de uma página aparecer o título de uma rubrica não impedia o aparecimento de notícias que não tivessem nada a ver com essa rubrica” (Baptista, Correia, 2007: 263). Os autores acrescentam, ainda, que “não havia página que não tivesse publicidade, sendo normal aparecerem pequenos anúncios no meio das colunas, entre as notícias” (Baptista, Correia, 2007: 263).

Para Carla Baptista, o *Diário de Notícias* foi um dos periódicos que “levou a sério a dupla missão de informar e educar o povo” (Baptista, 2012: 34). A autora adianta que “o *DN* foi o jornal que melhor organizou a sua memória futura, promovendo a edição de várias ‘histórias’ destinadas a assinalar efemérides, assim contribuindo para que, em

⁵⁷ In <http://historyofjournalism.onmason.com/2009/12/02/schudson-chapter-1-the-penny-press/> [consultado a 13 de julho de 2014]

⁵⁸ Este formato caracteriza-se, também, pelas longas páginas verticais. Atualmente este modelo pode ainda ser visto, em Portugal, no semanário *Expresso*.

alguns casos, lhe seja atribuída a ‘paternidade’ de vários feitos que já eram praticados por outros periódicos” (Baptista, 2012: 34).

Na época, o *Diário de Notícias* foi um exemplo a seguir. “O modelo jornalístico do *Diário de Notícias*, financiado pelo crescente afluxo de publicidade, que, ademais, dava bom retorno aos investidores, foi imitado e o seu sucesso contribuiu para o desaparecimento de muitos pequenos jornais doutrinários, que lhes viram fugir assinantes, compradores e anúncios publicitários” (Sousa, 2011: 82).

O modelo gráfico do *DN*, o seu aperfeiçoamento da técnica jornalística, a abrangência de conteúdos e o acesso facilitado por parte do mais variado tipo de público, fez com que outros jornais acabassem por seguir os seus passos e, a partir dele, criassem os seus modelos. *O Século*, em 1881, foi um dos exemplos e acabou por, mais tarde, superar o *Diário de Notícias* em termos de tiragens (80 mil exemplares por dia, ao passo que o *DN* se ficava pelos 70 mil). Esta questão das tiragens fez com que o jornalismo adquirisse contornos de negócios, muito também por culpa da profissionalização dos jornalistas e da industrialização.

Sem filiação partidária, o *DN* era um jornal barato e popular. Recorria aos folhetins para fidelizar leitores, bem como à venda direta e através dos ardinas. A par disso, o público começou a preferir uma informação mais objetiva, deixando de lado o jornalismo de opinião. O sensacionalismo foi igualmente uma das preferências do público.

Trazendo à sociedade a figura do ardina, uma criança entre os 7-8 anos que apregoava nas ruas os títulos mais importantes do jornal para atrair compradores, o *Diário de Notícias* acabou por ser objeto de negócio. Segundo Jorge Pedro Sousa, “pode dizer-se que o liberalismo político, a alfabetização, a publicidade, a urbanização, os processos técnicos, a aparição das agências de notícias, a abolição das taxas e de outros entraves ao desenvolvimento da imprensa noticiosa comercial e popular tornou esta última num negócio industrial apetecível em toda a Europa” (Sousa, 2011: 57).

IV Parte

4. As crónicas de José Saramago (*A Capital, Jornal do Fundão, Diário de Lisboa e Diário de Notícias*)

“Crónicas, que são? Pretextos, ou testemunhos” (José Saramago)

Durante o período em que trabalhou nos jornais (1968-1975), começando no vespertino *A Capital* e terminando no *Diário de Notícias*, José Saramago foi essencialmente cronista e editorialista. As suas crónicas encontram-se, agora, publicadas nos livros *Deste Mundo e do Outro* (1ª edição publicada em 1971), *A Bagagem do Viajante* (1ª edição publicada em 1973) e *Os Apontamentos* (1ª edição publicada em 1977) que incluem *As Opiniões que o DL Teve*. A análise das crónicas que apresentamos nesta parte baseou-se nos jornais e também nestas três compilações. O caso do *Diário de Lisboa* revelou-se, no entanto, mais complexo que o esperado. No prefácio do livro *Os Apontamentos*, Saramago chama a nossa atenção para dois aspetos importantes. Desde logo o livro não reúne todas as suas crónicas dado que “muito do que então” escrevera “não ultrapassa o nível do circunstancial, e por isso não tem cabimento neste livro” (Saramago, 1990: 19). Paralelamente, alerta para o facto de todas as crónicas que foram publicadas no jornal serem da sua autoria. A dificuldade em detetar quais as crónicas que efetivamente foram escritas por Saramago (dado que não são assinadas), optámos por cingir o nosso corpus de análise às que se encontram publicadas no livro.

Uma vez que as crónicas de Saramago se inserem no jornalismo de opinião, iniciaremos este capítulo com uma breve introdução ao tema. Também vamos fazer uma breve referência ao jornalismo cultural, devido à especificidade dos textos escritos para o vespertino *A Capital* e o *Jornal do Fundão*, tal como já tinha sido referido anteriormente.

4.1. Jornalismo de Opinião

Esteban Morán Torres (1988) diz que o público necessita, cada vez mais, de explicações e de ferramentas que o ajudem a ter uma opinião sobre determinado

assunto. Nesse sentido, os artigos de opinião acabam por ter um papel fundamental na implementação de ideias, contribuindo para a formação de uma opinião pública. “A influência que os meios de comunicação exercem sobre o público, tão importante que lhes valeu a classificação de ‘quarto poder’, é feita através dos géneros de opinião perante a enunciação de factos, ou seja, de informação”⁵⁹ (Torres, 1988: 11). E, salienta Esteban Torres, “a opinião pública situa-se nas áreas que determinam os meios de comunicação, tão grande é a sua influência e, conseqüentemente, a sua responsabilidade”⁶⁰ (Torres, 1988: 11).

O também académico e jornalista Gonzalo Martín Vivaldi (1986) explica que a opinião pública é “uma espécie de consenso colectivo sobre certos problemas que provocam uma determinada atitude mental”⁶¹ (Vivaldi, 1986: 142). O autor evidencia a ideia projetada por Esteban Torres, acima citada, dizendo que os meios de comunicação são responsáveis por dar aos leitores/espetadores/ouvintes a informação que eles precisam para formular uma opinião mais consistente.

Um dos subgéneros do jornalismo é o jornalismo de opinião e uma das categorias deste tipo de jornalismo é a crónica, largamente analisada neste trabalho. A origem da palavra provém de «cronos», ou seja, «tempo». Nesse sentido, é usual este género jornalístico incorporar dados cronológicos, segundo explica Rafael Yanes Mesa (2004). Da mesma opinião é Martín Vivaldi que diz que a crónica é, para além de um género de comunicação por excelência, “um género literário em virtude do qual o cronista relata factos históricos, segundo uma ordem temporal”⁶² (Vivaldi: 1986, 123).

Contendo algo mais que informação, a crónica continua a ser pensada como um género informativo, uma vez que tem por base um facto ou uma notícia. “O cronista tem a missão de informar sobre o sucedido, de contá-lo, mas, a diferença da crónica para a

⁵⁹Traduzido do original, em espanhol, “La influencia que ejercen los medios de comunicación sobre el público, tan importante que les ha valido colectivamente la calificación de «cuarto poder», se ejerce a través de los géneros de opinión con mucha más eficacia que mediante la simple enunciaci3n de los hechos, es decir, la informaci3n”

⁶⁰Traduzido do original, em espanhol, “La opini3n p3blica, o lo que es lo mismo, el sentir de las masas, se sitúa en las áreas que determinan los medios de comunicaci3n, tan grande es su influencia, tan grande, por lo tanto, su responsabilidad”

⁶¹Traduzido do original, em espanhol, “Es, como decimos, una especie de consenso colectivo sobre ciertos problemas que provocan en ‘la gente’ una determinada actitud mental”. O autor também adianta que uma opini3n p3blica generalizada nem sempre existe, havendo, pois, alguns estados de opini3n.

⁶²Traduzido do original, em espanhol, “(...) un género literario en virtud del cual el cronista relata hechos históricos, según un orden temporal”

notícia, é que comenta segundo o seu ponto de vista”⁶³ (Yanes Mesa, 2004: 181). Isto é, a crónica imprime a interpretação de quem a escreve. Assim, este género jornalístico pode ser informação e valorização.

É de notar que a crónica e a reportagem apresentam diferenças assinaláveis. A crónica “não é reportagem pura porque esta – em princípio e salvo casos excepcionais – não admite o comentário, pois o que impera é o relato dos factos. Não é reportagem interpretativa ou ‘em profundidade’ porque neste tipo de reportagem, a interpretação não é dada pelo repórter, mas sim pelos elementos que demonstram que existe uma valorização de um facto. Muito menos é um artigo literário porque, no caso do cronista, este tem a obrigação de informar, de narrar, de contar algo que tenha acontecido. O escritor elabora uma ideia em torno de um facto. O que importa verdadeiramente num artigo é o juízo de valor do autor, o seu pensamento. A crónica, género ambivalente, vale tanto pelo relato de factos noticiosos, como pelo juízo de valor do cronista. Pelo contrário, a reportagem e o artigo, sendo informativos, podem ter notícias”⁶⁴ (Vivadi, 1986: 129). Se a crónica não tiver notícia, adianta Martín Vivaldi, deixa de ser jornalística, transformando-se, assim, num relato histórico.

O investigador Rafael Yanes Mesa destaca outra característica fundamental da crónica: a crónica enquanto “género de autor” (Yanes Mesa, 2004: 183). “É informação, embora devido à subjetividade que supõe a interpretação do cronista e devido ao seu estilo ameno com que está escrito, pertence ao jornalismo de opinião”⁶⁵ (Mesa, 2004: 183). Contendo um estilo livre, a crónica tem que supor os elementos éticos e deontológicos do próprio jornalismo de opinião, isto é, apesar de ter a interpretação do autor, não deve distorcer a notícia que está integrada ao longo do texto. “De ponto de vista formal, o estilo da crónica jornalística tem de ser claro, simples, conciso;

⁶³Traduzido do original, em espanhol, “El cronista tiene la misión de informar sobre el sucedido, de contarlo, pero, a diferencia de la noticia, lo comenta desde su punto de vista”

⁶⁴Traduzido do original, em espanhol, “No es reportaje puro porque en éste – en principio y salvo casos excepcionales – no se admite el comentario, sino que impera el relato escueto de los hechos. No es reportaje interpretativo o ‘en profundidad’ porque en este tipo de reportaje la interpretación no la da el reportero, sino los elementos que se aportan para la debida valorización de un hecho. No es tampoco artículo literario porque, a diferencia del articulista, el cronista tiene la ineludible obligación de informar, de narrar, de contar algo que ha sucedido. El articulista elabora una idea en torno a un hecho. Lo que vale fundamentalmente en el artículo es el juicio del autor, su pensamiento. La crónica, género ambivalente, vale en tanto que relato de hechos noticiosos y en cuanto que juicio del cronista. En cambio, el reportaje y el artículo, aun siendo informativos, pueden carecer de noticias”

⁶⁵Traduzido do original, em espanhol, “Es información, aunque por la subjetividad que supone la interpretación del cronista y por el estilo ameno con el que está escrito, pertenece al periodismo de opinión”.

revelador, enfim, de uma ‘mensagem’ que se comunica a alguém. Aqui todos os recursos estilísticos são válidos: a comparação, a metáfora, a ironia, o paradoxo, a hipérbole; (...) E, além disto, seria imperdoável distorcer os factos, deformar a realidade para servir interesses”⁶⁶ (Vivalvi, 1986: 133).

Yanes Mesa afirma que existem dois tipos de crónicas: a informativa e a valorativa. A crónica informativa, é “aquela em que a componente informativa é a base fundamental do texto”⁶⁷ (Yanes Mesa, 2004: 189). O texto, apesar de ser maioritariamente informativo, contém pequenos apontamentos interpretativos, que o distinguem das notícias. Relativamente à valorativa, “é aquela em que prevalece a interpretação de um autor sobre os factos que relata. É informação, pois em caso contrário seria um artigo, mas a função interpretativa é a que domina em todo o texto”⁶⁸ (Yanes Mesa, 2004: 192). A interpretação do cronista é o que é central neste tipo de crónica, adianta o autor. Em nosso entender, a maioria das crónicas de José Saramago são valorativas, uma vez que, apesar de algumas delas conterem informação, normalmente estão recheadas de ironia, metáforas e comparações, o que deixa bem claro o ponto de vista do autor, tal como iremos ver ao longo deste trabalho.

4.2. Jornalismo Cultural

Para a investigadora Dora Santos Silva, o trabalho de Saramago, no *Jornal do Fundão* e no jornal *A Capital* integra o jornalismo cultural, como vimos anteriormente. Nestes jornais, as crónicas do autor são maioritariamente autobiográficas ou sobre temas que não estão relacionados com o contexto social e político que se vivia, abordando sobretudo, temas soltos. Estas crónicas estão, pois, mais ligadas à componente literária, ponto de partida do jornalismo cultural.

A nível mundial, o jornalismo cultural nasceu com a revista *The Expectator*, em 1711. Os colaboradores desta publicação eram escritores e não jornalistas, que queriam

⁶⁶Traduzido do original, em espanhol, “Desde un punto de vista puramente formal, el estilo de la crónica periodística ha de ser claro, sencillo, conciso; revelador, en suma, de un contenido objetivo, de un ‘mensaje’ que se comunica a alguien. Aquí valen todos los recursos estilísticos: la comparación, la metáfora, la ironía, la paradoja incluso, la hipérbole mesurada (...) Y, sobre todo y ante todo, sería imperdonable desvirtuar lo hechos, deformar la realidad para servir a unos intereses determinados”

⁶⁷Traduzido do original, em espanhol, “Es aquella en la que el componente informativo es la base fundamental del texto”.

⁶⁸Traduzido do original, em espanhol, “Es aquella en la que prevalece la interpretación de su autor sobre los hechos que relata. Es información, ya que en caso contrario se trataría de un artículo, pero la función interpretativa preside el texto”.

levar para a esfera pública os assuntos que se debatiam na esfera privada, muito ligados à moda e à crítica literária. No caso português, os precursores do jornalismo cultural foram a *Gazeta Literária* e *Notícias Exactas dos Principais Escritos Modernos*, conforme identifica Dora Santos Silva (2011). “O jornalismo cultural nasceu muito aliado à crítica literária. A literatura começou por ser o tema por excelência do jornalismo cultural. E essa crítica era feita por escritores e não por jornalistas”, salienta Dora Santos Silva, em entrevista. De acordo com a investigadora, quando o jornalismo cultural adquire um carácter mais noticioso, após superar a dicotomia entre artigos mais críticos e opinativos, e uma vertente mais associada à cultura enquanto notícia, verifica-se um aumento de jornalistas-escritores que chegam às redações para mostrarem os seus trabalhos, como foi o caso de Eça de Queirós e também de José Saramago.

Para a investigadora, as crónicas de Saramago podem ser consideradas jornalismo cultural uma vez que, justifica, no início do século XX começou a existir o chamado jornalismo narrativo, muito baseado nesta geração de jornalistas-escritores que atribuíam características literárias às reportagens. “Obviamente que eram jornalismo literário porque não pegavam na ficção, só pegavam em factos, mas atribuíam-lhes um carácter narrativo, como se as pessoas estivessem a ler um romance. E o jornalismo cultural também teve uma relação muito próxima com isso. Daí que, para mim, seja muito fácil olhar para as crónicas de José Saramago como um género do jornalismo cultural”⁶⁹, diz.

Para Raymond Williams (1998), um dos fundadores dos *Cultural Studies*⁷⁰, existem três categorias gerais no que diz respeito à definição de cultura e que estão interligadas: a) documental (dimensão documental da cultura, que se prende com a capacidade de arquivar a cultura; b) ideal (exploração dos valores, trabalho e vidas das pessoas); c) social (tradições, linguagens e modos de vida). Esta visão tripartida da definição de cultura é igualmente sublinhada por Dora Santos Silva: “a dimensão do próprio desenvolvimento intelectual e espiritual, a dimensão do modo de vida, do *ordinary life*, do quotidiano e depois a questão artística”, conta. Para Raymond Williams, a dimensão social é a mais importante e é a que mais se relaciona com o

⁶⁹ Entrevista realizada pela autora

⁷⁰Os *Cultural Studies* são um campo académico que se dedica ao estudo da forma como a humanidade constrói o seu quotidiano. Por essa razão, os *Cultural Studies* envolvem diversos campos de estudos, como por exemplo Filosofia, História, Teoria Política, Teoria dos Media, Ciências da Comunicação, Teorias Feministas, entre outros.

jornalismo. Isto é, para este intelectual, o jornalista é um produtor de cultura e um agregador de informação, enquanto o escritor está mais ligado à vertente criativa e não tem qualquer compromisso com a factualidade.

Este é o caso que vamos observar no trabalho de José Saramago: jornalista e escritor, cujas crónicas através de uma via mais subjetiva, vão dar uma informação noticiosa.

4.3. As Primeiras Crónicas Jornalísticas: *A Capital* e o *Jornal do Fundão*⁷¹:

“Um dia tinha que chegar em que contaria estas coisas” (José Saramago)

José Saramago entrou para *A Capital* em março de 1968. Neste vespertino escreveu cerca de 70 crónicas, sendo que muitas são autobiográficas. Assinadas e sob as rubricas “Rua Abaixo, Rua Acima” e “Deste Mundo e do Outro”, geralmente eram publicadas à quinta-feira. Constituem exceção a esta regra sete crónicas, que foram publicadas à sexta-feira.

A colaboração de José Saramago no *Jornal do Fundão* tem início em 1971 e prolonga-se até 1972. Neste jornal da oposição, escreveu cerca de 34 crónicas, também na rubrica “Deste Mundo e do Outro”.

O levantamento das crónicas dos periódicos *A Capital* e do *Jornal do Fundão* foi feito através dos jornais na Biblioteca Nacional, uma vez que os livros onde estas se encontram - *Deste Mundo e do Outro* e *A Bagagem do Viajante* – não organizam as crónicas de acordo com a sua data de publicação ou o órgão de comunicação em que foram publicadas. Desta forma, é mais difícil perceber quais as que pertencem a um jornal e quais pertencem a outro.

As tentativas que encetamos para solucionar esta questão revelaram-se infrutíferas. Antes de mais porque a Biblioteca Nacional não possui todos os números do *Jornal do Fundão*. Assim, não temos a garantia de que foram analisadas todas as

⁷¹A decisão de juntar estes dois jornais deveu-se ao facto de, em ambos, José Saramago escrever o mesmo tipo de crónicas. Neste sentido, pareceu-nos melhor agrupá-los pois, assim, conseguimos enquadrar mais que uma crónica na mesma temática.

crónicas. Em segundo lugar, o total de crónicas identificadas foi significativamente mais baixo do que o esperado. No livro *A Bagagem do Viajante*, José Saramago afirma que incluiu crónicas de ambos os jornais. Porém, a pesquisa que efetuamos nestes jornais, conduziu-nos a uma conclusão diferente: nenhuma das crónicas de *A Capital* pertence a este livro, figurando apenas na obra *Deste Mundo e do Outro*. Nesse sentido, optámos por ter apenas em conta as 34 crónicas do *Jornal do Fundão* que se encontram nos jornais que estão na Biblioteca Nacional.

Nesta fase do seu percurso pelos jornais, 1968-1972, José Saramago escrevia sobre os mais variados temas, contando até pequenas histórias. Este é um tipo de escrita muito diferente daquele que irá, mais tarde, desenvolver no *Diário de Lisboa* (1972-1973) e no *Diário de Notícias* (1975). As crónicas que escreve, tanto no jornal *A Capital* como no *Jornal do Fundão*, apresentam um estilo bastante idêntico àquele que Saramago irá imprimir nos seus romances. “Quando andei por [os jornais], mesmo antes de trabalhar dentro das redações, exprimia já as mesmas ideias que exprimo hoje. De uma maneira geral a literatura que hoje faço, continua ligada a esse tipo de textos” (José Saramago in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa nº 50, 18 de janeiro de 1983)

Para Dora Santos Silva, estes textos são jornalismo cultural. “(...) grande parte das crónicas têm como base temas culturais, mesmo que sejam autobiográficas. Ele parte muito de símbolos, do quotidiano cultural, pega em temas históricos. Então, podemos enquadrar as crónicas num jornalismo cultural”⁷², disse a investigadora.

Por exemplo, as crónicas “Carta para Josefa, minha avó”, de 14 de março de 1968 e “O meu avô, também”, 19 de dezembro de 1968, publicadas no vespertino *A Capital*, apresentam uma visão antropológica, enquadrando-se no que Raymond Williams define como uma das vertentes centrais do jornalismo cultural: a *ordinary life*. Nelas, em especial na “Carta para Josefa, minha avó”, o autor retrata uma geração a partir da descrição que faz da avó e do seu quotidiano. “Não sabes nada do mundo. Não entendes de política, nem de economia, nem de literatura, nem de filosofia, nem de religião. Herdaste umas centenas de palavras práticas, um vocabulário elementar. Com isto viveste e vais vivendo” (Saramago: 1997: 28).

Simultaneamente, estas duas crónicas podem ser consideradas autobiográficas, por remeterem para as memórias que Saramago tem dos avós. “A gente, na verdade,

⁷² Entrevista realizada pela autora

habita a memória”, disse o autor (José Saramago in *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 de setembro de 1996. Entrevista a José Castello). “Mas porquê, avó, por que sentas tu na soleira da tua porta, aberta para a noite estrelada e imensa, para o céu de que nada sabes e por onde nunca viajarás, para o silêncio dos campos e das árvores assombradas, e dizes, com a tranquila serenidade dos teus noventa anos e o fogo da tua adolescência nunca perdida: «O mundo é tão bonito, e eu tenho tanta pena de morrer!»” (Saramago, 1997: 29).

Esta ideia de caracterizar uma geração é novamente referida pelo autor na crónica “O meu avô, também”. “Vem cansado, o velho. Arrasta consigo setenta anos de vida difícil, de desconforto, de ignorância” (Saramago, 1997: 32). E continua: “E era um homem. Um homem igual a muitos desta terra, deste mundo, um homem sem oportunidades, talvez um Einstein perdido sob uma camada espessa de impossíveis, um filósofo (quem sabe?), um grande escritor analfabeto” (Saramago, 1997: 32).

Ao ler estas crónicas, apercebemo-nos que o autor tem uma grande admiração pelos avós, com quem passou imenso tempo da infância e da adolescência. No seu discurso de aceitação do Prémio Nobel da Literatura, em 1998, os avós e os pais são constantemente referidos como as pessoas que fizeram com que Saramago viesse a ser quem foi. “Ao pintar os meus pais e os meus avós com tintas de literatura, transformando-os, de simples pessoas de carne e osso que haviam sido, em personagens novamente e de outro modo construtores da minha vida, estava, sem o perceber, a traçar o caminho por onde as personagens que viesse a inventar, as outras, as efectivamente literárias, iriam fabricar e trazer-me os materiais e as ferramentas que, finalmente, no bom e no menos bom, no bastante e no insuficiente, no ganho e no perdido, naquilo que é defeito mas também naquilo que é excesso, acabariam por fazer de mim a pessoa em que hoje me reconheço: criador dessas personagens, mas, ao mesmo tempo, criatura delas” (Saramago in discurso na cerimónia de entrega do Prémio Nobel⁷³).

Estas não são as únicas crónicas em que o autor recorre às suas memórias. “Retrato de antepassados” (sem data), “É também naqueles dias” (23 de abril de 1972), “O melhor amigo do homem” (sem data) e “Uma noite na Plaza Mayor” (sem data), são outros textos que demonstram essas recordações.

⁷³O discurso da entrega do prémio encontra-se, na íntegra, no Anexo 1.

Em “Retrato de antepassados”, publicada no *Jornal do Fundão*, o autor diz nunca ter sido afeto a essa vaidade necrófila que leva tanta gente a pesquisar o passado e os que passaram, buscando os ramos e os excertos da árvore que nenhuma botânica menciona – a genealógica” (Saramago, 1997: 9). A figura do avô Jerónimo é novamente recuperada apresentando-o como “aquele avô”, uma figura que lhe é tão próxima que, segundo conta, lhe bastaria estender a mão para “a sua lembrança carnal, a cara seca e a barba crescida, os ombros magros que em mim se repetiram”. É “aquele avô guardador de porcos, de cujos pais nada se sabia, posto na roda da Misericórdia, homem toda a vida secreto, de mínimas falas, também delgado e alto como uma vara”, (Saramago, 1997: 11) conta o autor identificando as semelhanças entre eles. Para Saramago, os avós e os pais sempre foram a sua grande inspiração e referência, tal como escreve no final desta crónica: “Um dia tinha de chegar em que contaria estas coisas. Nada disto tem importância, a não ser para mim. Um avô berbere, um outro avô posto na roda (filho oculto de uma duquesa, quem sabe?), uma avó maravilhosamente bela, uns pais graves e formosos, uma flor no retrato – que mais genealogia me importa? a que melhor árvore poderei encostar-me?” (Saramago, 1997: 12).

“E também aqueles dias” é outra crónica autobiográfica. Publicada no *Jornal do Fundão*, a 23 de abril de 1972, nela pode ler-se que Saramago recorda um dia em que ajudou o tio na sua atividade de pastor. “Começámos a jornada a meio da tarde, meu tio atrás, com o cuidado de não deixar perder nenhum báculo, eu à frente, levando a marrã nos calcanhares” (Saramago, 1997: 23).

Também em “O melhor amigo do homem”, do mesmo jornal, o escritor recorda a infância e um professor da sua escola primária que falava, frequentemente, do cão, apresentando-o como o melhor amigo do homem. Porém, Saramago não tinha uma relação com esta espécie animal. “Os cães que conheci de perto sempre mostraram uma espécie de vingativa animadversão pela minha tímida pessoa. Ou porque farejassem o susto ou porque os ofendesse o atrevimento com que eu procurava disfarçá-lo – sempre houve entre mim e os cães, quando não guerra aberta, pelo menos um estado de paz desconfiada” (Saramago, 1997: 70). O cronista lembra o dia em que um cão lhe mordeu. “Ficou-se este caso de aviso, tão certo é que não há melhor mestre que a experiência” (Saramago, 1997: 70). Ao longo da crónica, José Saramago refere ainda como se

confrontou com um cão, tempos depois. “Desde então deixei de acreditar na bondade dos cães, se alguma vez para aí me inclinei” (Saramago, 1997: 71).⁷⁴

“Uma noite na Plaza Mayor”, publicada no *Jornal do Fundão*, é outro texto que faz com que Saramago recorra às suas memórias. Nela fala de viagens a Madrid, Veneza e Florença. “Vai não vai, surgem-me na memória imagens doutros lugares e doutros dias, casos de viagem, atmosfera, visões rápidas ou demoradas contemplanções” (Saramago, 1997: 235). Porém, observa que “infelizmente, nem tudo pode ser recuperado. Mesmo que eu volte cem vezes a Florença, mesmo que escolha o dia e a luz, não tornarei a sentir o arrepio físico (...) que me percorreu da cabeça aos pés diante da entrada da Biblioteca Lourenciana que Miguel Ângelo projectou e construiu. (...) E não tornarei a ver no caminho de Veneza aquele sol suspenso, entre uma neblina de azeite, donde irradiavam as cores do arco-íris” (Saramago, 1997: 236).

Estas seis crónicas aqui apresentadas remetem para as memórias e para a autobiografia do autor e, igualmente, para a questão do quotidiano levantada por Raymond Williams e por Dora Santos Silva. É através destes textos que ficamos a conhecer um pouco melhor o dia-a-dia de José Saramago e as memórias que conservou durante tantos anos.

José Saramago faz, no seu trabalho, alusão a outros objetos que podem ser símbolos culturais. Por exemplo, na crónica “São asas...”, publicada na *Capital* a 20 de junho de 1968, a referência do autor é a estátua de Luís de Camões, com quem parece estabelecer uma espécie de relação de consanguinidade, segundo Dora Santos Silva. De acordo com esta investigadora, é possível detetar nesta crónica a “relação de parentesco que nós temos com os nossos símbolos culturais”⁷⁵, continua. E o próprio Saramago que desvenda esta ideia: “Chamam-lhe Luís de Camões, e está morto. Desde 1580 que está morto, vai fazer quatrocentos anos. Quando os fizer, haverá comemorações especiais, cortejos cívicos, récitas populares ou não, discursos – talvez um banquete (...). Este homem, no fundo, não é nosso parente” (Saramago, 1997: 63).

Saramago retorna às questões do património cultural em “Os portões dão para onde?” (sem data) e “Ir e voltar” (*Jornal do Fundão*, 7 de novembro de 1971). Na primeira crónica, o autor confessa ser “grande consumidor de museus, catedrais, pontes

⁷⁴A título de curiosidade, no documentário *José e Pilar*, Saramago tem um cão chamado Camões.

⁷⁵Entrevista realizada pela autora

romanas, conímbrigas e ruínas em geral” (1997: 81). Na segunda, observa como a sua ligação ao património é uma forma de inserção na sociedade e na sociedade. “Este meu gosto de museus e pedras velhas, que no parecer de alguns denunciará uma suspeita tendência para evasões, é, pelo contrário, o sinal mais certo de uma viva radicação no mundo em que estou. De facto, não creio que alguém possa, com verdade, dizer-se do seu tempo, se não se sentir envolvido num todo geral que abarque o mundo como ele é e como ele foi” (Saramago, 1997: 187)

As preocupações do cronista com a realidade que o circundava estão bem presentes nas crónicas que escreveu no jornal *A Capital* e *Jornal do Fundão*.

Na crónica “Teatro todos os dias”, publicada a 28 de novembro de 1971, no *Jornal do Fundão*, é, na prática, uma pequena peça de teatro⁷⁶, que conta com a participação de dois personagens: o “Primeiro Actor” e o “Segundo Actor”. O “Primeiro Actor”, traz ao peito um cravo e o “Segundo Actor” está com adesivo na boca. Durante toda a peça, o “Segundo Actor” tenta tirar o adesivo da boca, enquanto o primeiro continua a falar, dirigindo-se a ele, referindo que achava que ele já tinha morrido ou comentando que pensava que a plateia estava cheia e afinal ainda existiam alguns lugares vazios. O “Segundo Actor” continua a tentar arrancar o adesivo da boca, o que leva o “Primeiro Actor” a pedir ajuda ao público. “Levantam-se da primeira fila três homens vestidos de cinzento. Sobem ao palco, aproximam-se do Segundo Actor, de modo a escondê-lo da vista do público. Há uma certa agitação no grupo. Quando os homens se retiram, o Segundo Actor aparece com uma tira de adesivo ainda mais larga” (Saramago, 1997: 127). O “Primeiro Actor”, sorri, indignado, e pergunta, com sarcasmo, o que fazer numa situação destas. “Na plateia discute-se. Formam-se ajuntamentos. Dois rapazes precipitam-se para o palco, mas são violentamente arrastados para fora do teatro” (Saramago, 1997: 127). Entretanto, o “Segundo Actor” consegue descolar um bocadinho da fita adesiva e, aos poucos, os espectadores ficam em silêncio, à espera do que poderá acontecer. Pouco tempo depois, “o Primeiro Actor aproxima-se, indeciso, do Segundo Actor. Estende a mão num gesto indefinido, mas retira-a rapidamente. O Segundo Actor escorrega, cai no chão, e ali, a torcer-se todo, luta com o adesivo. (...) Num último esforço, o Segundo Actor arranca o adesivo” (Saramago, 1997: 127). E quando, finalmente, consegue falar, sobre o encorajamento do

⁷⁶Anos mais tarde viria a escrever a peça “A Noite” que retrata a noite numa redação de um jornal na madrugada de 24 para 25 de abril de 1974.

Primeiro Actor e sob o olhar atento do público, diz: “Pátria!”. “Nos bastidores soa outra vez o gongo. Acabou a peça?” (Saramago, 1997: 128).

Paradoxalmente, esta crónica passou o crivo da censura, apesar de a mensagem que pretende passar e do simbolismo que carrega. Nela é possível ver o desejo do povo de ter liberdade de expressão, desejo esse que é personificado pelo “Segundo Actor”. Quando este grita “Pátria”, a representação termina e soa um gongo. O “Primeiro Actor” poderá ser uma representação do Governo, uma entidade que provoca o povo, a testar os seus limites e controla todas as suas ações.

É, também, de salientar algumas premonições existentes nesta crónica. Em 1971, Saramago escreveu que o “Primeiro Actor, “entra pela direita alta” – fazendo uma alusão ao regime que imperava em Portugal – e “traz um cravo na lapela” – o cravo que, três anos depois, ficou conhecido como o símbolo da Revolução de 25 de abril de 1974 que derrubou a ditadura. Por outro lado, o “Segundo Actor” entra “pela esquerda baixa” (Saramago, 1997: 125). O nome da crónica, “Teatro todos os dias”, remete para um país que vive sob o olhar censório ao longo de várias décadas e que não consegue desprender-se dessas amarras.

Apesar de “Teatro todos os dias” ter escapado à mão censória, o mesmo não aconteceu com duas das crónicas de Saramago. “As palavras”, publicada a 17 de maio de 1968, na rubrica “Rua Acima, Rua Abaixo”, apenas foi censurada no último parágrafo. Neste texto, Saramago apoia-se nas palavras enquanto símbolo cultural para mostrar como se vivia na época marcelista, uma época que herdou muito da natureza do salazarismo, arrastando consigo a falta de liberdade de expressão e de imprensa. Ao longo da crónica, o autor explica o que são as palavras e que estas podem ser boas, podem ser más, podem acariciar e ofender. Elas “(...) aconselham, sugerem, insinuem, ordenam, impõem, segregam e eliminam. São melífluas ou azedas” (Saramago, 1997: 59). Em conjunto, as palavras elaboram discursos “(...) onde se comemora, se inaugura, se abrem e fecham sessões, se lançam cortinas de fumo ou dispõem bambinelas de veludo. São brindes, orações, palestras e conferências” (Saramago, 1997: 60). Contudo, no último parágrafo, Saramago apresenta o oposto da palavra: o silêncio. A censura intervém e corta. “Há também o silêncio. O silêncio, por definição, é o que não se ouve. O silêncio escuta, examina, observa, pesa e analisa. O silêncio é fecundo. O silêncio é a terra negra e fértil, o húmus do ser, a melodia calada sob a luz solar. Caem sobre eles as

palavras. Todas as palavras. As palavras boas e más. O trigo e o joio. Mas só o trigo dá pão” (Saramago, 1997: 61).

Analisando esta crónica, é possível interpretá-la de duas maneiras: A primeira, e talvez a mais óbvia, remete para o silêncio imposto pela censura, isto é, a falta de liberdade de expressão. Deste modo, faz sentido que a parte cortada pela mão censória tenha sido aquela que foca o papel da censura: o de não deixar passar o que estiver contra o regime. Por outro lado, no momento em que nos apropriamos das palavras, assimilamos o seu sentido, mas, depois, não se pode verbalizar o que depreendemos delas. Assim, Saramago estabelece um duplo sentido por dois caminhos que não podem ser mais antagónicos, ou seja, a censura e a liberdade de pensamento e, conseqüentemente, de expressão.

A crónica “Esta palavra esperança” foi censurada na totalidade, sendo, contudo, possível lê-la na obra *Deste Mundo e do Outro*. Nela, o autor discorre sobre a utilização da maiúscula em palavras como Dever, Humanidade, Prática. Saramago quis colocar a maiúscula na palavra Esperança. Como explica, “pondo ali a letra grande, é como se prendêssemos melhor a correnteia esperança aos nossos bons desejos” (Saramago, 1997: 172). Todavia, as maiúsculas, como diz Saramago, ocupam demasiado espaço na cabeça das pessoas que não pensam unicamente por elas próprias. E acrescenta: “Pois esta palavra esperança, com maiúscula ou sem ela, o melhor é riscá-la do nosso vocabulário. Só os exilados e os desterrados que se conformaram com o desterro e o exílio a devem usar, à falta de melhor. Dá-lhes consolo e alívio. Os não conformados têm outra palavra mais enérgica: vontade. Que, aliás, também se pode escrever com maiúscula. Com o que estarei de acordo, se isso vos ajuda” (Saramago, 1997: 173).

Nesta crónica, o que Saramago diz é que quem usa a palavra “Esperança” é quem não se preocupa em fazer algo para mudar o que está mal no país; quem a usa são os que se acostumaram ao regime no qual vivem. Pelo contrário, quem não se conformou, deve ligar-se à palavra “vontade”. Assim, o autor dá a entender que é através do inconformismo que se pode reunir forças para alterar o curso político-social do país.

4.4. A censura à imprensa

A censura à imprensa foi um dos pilares do Estado Novo. Segundo Alberto Arons de Carvalho (1999), baseando-se no artigo 3º do Decreto-Lei nº 22 469 de 11 de abril de 1933, a censura tinha por objetivo moldar o que era dito relativamente ao regime, tal como mudar mentalidades, de modo a que os pensamentos e as ideologias dos cidadãos estivessem em sintonia com o que o regime queria.

A censura foi instituída pela Ditadura Militar, com o fim de evitar que a imprensa fosse utilizada como “arma política contra a realização do seu programa de reconstrução nacional, contra as instituições republicanas, contra o bem-estar da Nação” (Cabrera, 2006: 25).

José Tengarrinha (2006) explica que a relação entre o governo e a comunicação evoluiu em três fases. Primeiramente, do golpe 28 de maio de 1926 a 1931, a preocupação central da Ditadura foi a seleção da informação, sem que, existissem “critérios suficientemente definidos e estabilizados” (Tengarrinha, 2006: 178). A fase de 1931 até 1950 foi dominada pela “preocupação central de afirmação do regime, segundo linhas de orientação bem identificadas, com o objectivo último de criar uma opinião pública favorável” (Tengarrinha, 2006: 178). E, por fim, de 1950 a 1974, o objetivo era impedir comentários desfavoráveis ao regime. Em suma, a relação existente entre a Imprensa e o Poder passa “a ser encarada não apenas no sentido de evitar a publicação de opiniões e informações que se pensava pudessem perturbar a ordem política e social, mas com o objectivo fundamental de, pela positiva, ‘construir’ opinião favorável ao regime” (Tengarrinha, 2006: 179).

O corte em textos dos jornais era uma constante no período salazarista e marcelista. “O estilo de algumas ‘notas do dia’ dos vespertinos, o ‘elogio crítico’ nelas contido, marcam uma forma característica de abordagem dos problemas nacionais que, pelo tom simultaneamente metafórico e moderado – onde pouco se pede e nada se exige -, não tem sido particularmente visado pelo lápis censório, tanto mais que representam a crítica tida como ‘bem intencionada’, ‘construtiva’ e ‘integrada’, marcadamente contrastante com a ironia ‘destrutiva’, ‘dissolvente’ ou ‘contestatária’” (Arons de Carvalho: 1999: 46-47). Estes elementos estavam presentes nas duas crónicas de José Saramago que foram censuradas.

Segundo Irene Pimentel, “muitos jornalistas utilizaram frequentemente a arma do humor e alguns subterfúgios, para tornearem os rigores da censura, especialmente, no período «marcelista»” (Pimentel, 2007: 59).

Quando Marcelo Caetano sobe ao poder, em setembro de 1968, os portugueses ansiavam por mudanças, sobretudo no que dizia respeito à liberdade de expressão. “Ao aludir às ‘liberdades que se desejava ver restauradas’ à desejável ‘generalização de um espírito de convivência em que a recíproca tolerância das ideias desfizesse ódios e malquerenças’ e ao ‘desejo sinceríssimo de um regime em que caibam todos os portugueses de boa vontade’, Marcello Caetano dava o primeiro passo para a introdução na vida política portuguesa do fenómeno ‘liberalização’ que tanta controvérsia iria levantar, e correspondia às esperanças daqueles que viam na simples mudança do primeiro-ministro, razão suficiente para acreditarem numa significativa alteração na vida política portuguesa” (Arons de Carvalho, 1999: 57).

Esta ideia é realçada por António Reis que afirma que “há sectores da oposição liberal que manifestam, então, alguma esperança numa evolução do regime, enquanto os sectores de esquerda permanecem cépticos, embora atentos às possibilidades de explorar ao máximo, em seu proveito, as eventuais aberturas” (Reis, 1986: 48). Irene Pimentel também aborda esta questão, afirmando que, “no campo socialista, houve por um breve período a esperança de que a alteração na chefia do governo desse lugar a um processo de democratização” (Pimentel, 2014: 497).

Pouco tempo depois de tomar posse como presidente do Conselho, Marcelo Caetano decide convocar eleições legislativas, em 1969. O seu objetivo estratégico “é claro: trata-se de fazer do acto eleitoral de Novembro de 1969 um plebiscito do seu Governo e da sua liderança que lhe dê a margem de manobra necessária para levar a cabo um projecto de reformas modernizantes, neutralizando ao mesmo tempo uma oposição de direita e uma oposição de esquerda” (Reis, 1986: 48).

A subida de Marcelo Caetano ao poder traduziu-se, de facto, em algumas mudanças. Segundo Graça Franco, “(...) à PIDE foram retirados alguns dos seus plenos poderes, moderada a sua actuação, e diminuída a arbitrariedade que a acompanhava desde a sua formação. A Secretaria de Estado criada em torno do ex-SNI perderia igualmente muito do seu carácter propagandístico e a Censura seria também alterada de imediato (...)” (Franco, 1993: 146).

Ciente da importância dos órgãos de comunicação social para a sua estratégia política, Caetano planeava, ainda que a médio prazo, substituir a censura pela assessoria de comunicação. Neste sentido, propunha-se a suavizar a censura. De acordo com Irene Pimentel “na fase ‘liberalizante’ do marcelismo, entre 1969 e 1971, a Censura apresentou uma certa abertura, possibilitando a referência na imprensa de temas anteriormente proibidos” (Pimentel, 2014: 525). Esta fase de mudança no início do regime de Caetano (1968-1971) ficou conhecida como “primavera marcelista”. A expressão vulgarizou-se de tal forma, que passou a ser usada em diversos comentários políticos, onde se fez referência a elementos primaveris, como por exemplo “chuviscos”, “andorinhas”, “flores”, entre outras, como salienta Alberto Arons de Carvalho. “A utilização destas expressões, normalmente enquadradas numa visão esperançosa da situação, beneficiavam, como se compreenderá sem dificuldade, de fácil consentimento da censura e do regime” (Arons de Carvalho, 1999: 58).

Em 1969, Marcelo Caetano quer implementar uma Lei de Imprensa que se traduziria no “fim do arbitrário e do discricionário que a censura representava” (Arons de Carvalho, 1999: 60). Porém, isto não aconteceu. As crónicas de Saramago “As palavras”, censurada no último parágrafo, e “Esta palavra esperança”, censurada na totalidade, mostram que, na realidade, pouco tinha mudado. Esta última crónica foi censurada em outubro de 1968, um mês depois de o novo Presidente do Conselho subir ao poder e substituir Salazar.

Contudo, ao contrário de Salazar, Caetano está muito presente na imprensa, pois considera que os meios de comunicação são um instrumento importante para quem governa, não só por estes serem meios de difusão da mensagem política, mas também porque ajudam a criar uma imagem do Presidente do Conselho, como sendo alguém mais próximo da população e mais liberal. “O Governo marcelista está muito mais atento ao crescente poder dos órgãos de informação. Utilizando preferencialmente a televisão, não descuida porém a Imprensa. Esta está, porém, limitada e cloroformizada por uma censura prévia que a desprestigia. (...) Se o regime não pode passar sem censura, e a maioria dos próprios jornais e respectivas empresas proprietárias estão nisso de acordo, ela torna-se, no mínimo, menos evidente: dá-se-lhes um novo nome – “Exame prévio” – esconde-se-lhe a acção – proibida a frase “Visado pela Censura” -, promete-se a sua limitação ‘no tempo e nos assuntos’, reafirma-se o seu carácter de transitoriedade motivado pela continuação dos conflitos ultramarinos e consequente

declaração do estado de subversão, e confere-se-lhe na própria lei de Imprensa um carácter excepcional e secundário perante um contexto assente nas repressões administrativa e judicial” (Arons de Carvalho, 1999: 70-71).

Graça Franco contradiz Arons de Carvalho (1999), apontando que “como o Estado Novo pusera fim ao espaço em branco mas não à Censura, deixando no público uma ténue referência, o marcelismo poria fim inclusivamente a esta última, mantendo contudo a instituição. Em termos de opinião pública, a acção censória era cada vez mais diluída” (Franco, 1993: 168). A autora também alerta para o facto de, durante o marcelismo os Serviços de Censura deixarem “de depender da Presidência do Conselho, passando a depender do Secretário de Estado da Informação (antigo Secretário Nacional), que em períodos anteriores fora já determinante na definição da política censória” (Franco, 1993: 167).

Todavia, quanto ao trabalho da censura em si, aparentemente poucas coisas mudaram: “as referências apostas em carimbo no visto das provas e que (pretendendo visivelmente convencer os jornalistas de que algo mudara) deixavam de utilizar as palavras «autorizado», «autorizado com cortes», «suspensão» ou «retido» e «cortado», para utilizar as seguintes: «autorizado», «autorizado parcialmente», «demorado» e «proibido». Evitara-se ostensivamente utilizar a palavra *corte*, cujo conteúdo estava demasiado conotado com métodos repressivos. Por outro lado, o carimbo «demorado» indicava, como os anteriores, «suspensão» ou «retido», isto é, os censores tinham tido dúvidas sobre o procedimento a adoptar (...)” (Franco, 1993: 167). Irene Pimentel acrescenta que, “apesar das expectativas de uma liberalização do regime, com a chegada de Marcello Caetano à chefia do governo, o subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, César Moreira Baptista, apressou-se a emitir, logo em 14 de Outubro de 1968, um despacho com as novas «Normas a Observar pela Direcção dos Serviços da Censura (DSC)».” (Pimentel, 2007: 61). De acordo com estas normas, não era permitido divulgar comentários, notícias, crónicas ou artigos que: ofendessem representantes diplomáticos, órgãos de soberania, figuras do Estado; que “vissem directamente, de modo isolado ou em campanhas, a alteração da política adoptada quanto ao Ultramar Português”, “que ofendam a moral cristã tradicional do país”, que pretendam “criar um clima de agitação social” (Pimentel, 2007: 61).

Em suma, aparentemente o marcelismo é diferente do salazarismo. Na prática, apenas mudam os nomes e as caras.

4.5. O *Diário de Lisboa*

Iniciando a sua colaboração com o *Diário de Lisboa* por volta do mês de fevereiro de 1972, José Saramago não só participou no “Suplemento Literário”, caderno especial do jornal, como ficou responsável por escrever os editoriais do vespertino. Sob o título “As opiniões que o *DL* teve”, Saramago escreveu, pelo menos, 88 crónicas⁷⁷, sobre os mais variados temas (“Política”, “Sociedade”, “Cultura”, “Economia”, “Média”), tal como estão representados no Quadro 1.

Quadro nº 1 – Crónicas de José Saramago no DL (fevereiro de 1972 – dezembro de 1973)

<u>Secções</u>	<u>Número</u>
Sociedade	44
Política	23
Economia	9
Cultura	6
Média	6
Total	88

Como se pode observar no Quadro 1, metade das crónicas escritas por Saramago incidiram sobre temas de “Sociedade”⁷⁸. Outros dos seus temas de eleição foram “Política”, com 23 crónicas, “Economia” com nove crónicas e, ainda, “Cultura” e “Média” que contam com seis textos cada. Estas foram as secções com maior número de crónicas, pelo que a nossa análise irá recair sobre elas.

Contrariamente ao que se vai verificar no *Diário de Notícias* há pouca repetição de crónicas sobre a mesma temática. Por esse motivo, foi-nos mais difícil enquadrar os assuntos das crónicas nas respetivas secções. Na categoria “Sociedade” incluímos crónicas relacionadas com incêndios, soluções para a vida agrária, questões raciais, prevenção de acidentes, falta de água, de bacalhau e também de gasolina, emancipação

⁷⁷Tal como foi referido no início do capítulo, esta contagem foi feita apenas com base no livro *Os Apontamentos*, onde se integram as crónicas que o autor escreveu neste jornal. Por serem anónimas e por Saramago ter dito que nem todas as que apareciam no jornal eram suas, achámos que, desta forma, tínhamos a certeza que estávamos a analisar o trabalho ao autor.

⁷⁸ Aquilo que denominamos por “secções” são os temas-macro. As “temáticas” são os assuntos que se inserem em cada secção.

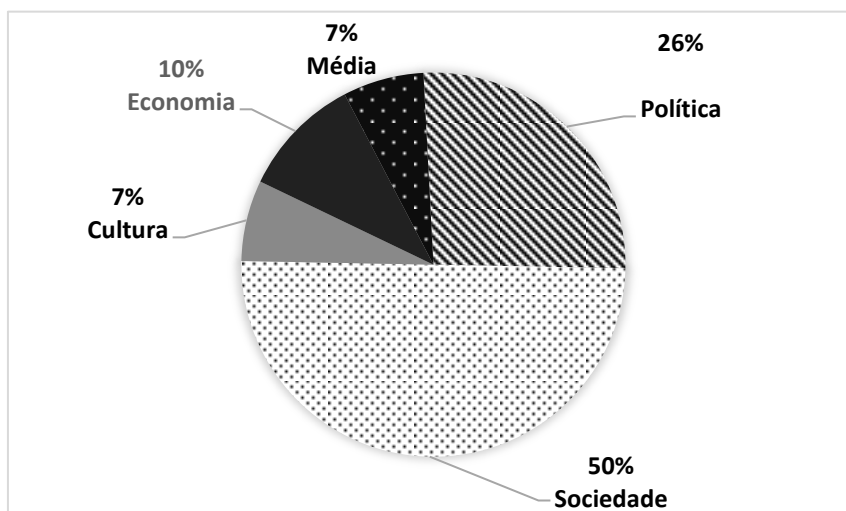
feminina e problemas das cidades. Nesta seção, também se incluem temas relacionados com a “Educação”, em específico a reforma do sistema educativo.

Na seção “Política”, incluímos as crónicas que abordam questões como o recenseamento eleitoral, campanhas eleitorais e apelos a uma maior participação na vida política. Outras recaem sobre diversos temas, como a comemoração do 5 de outubro (nas quais Saramago tem uma postura crítica) e o destaque para uma mulher que foi eleita vice-presidente de uma autarquia, entre outros.

Relativamente à “Economia”, onde se contabilizam nove crónicas, o maior destaque vai para a emigração e também o comércio externo. Decidimos incluir a “emigração” na seção de “Economia” e não de “Sociedade” porque, segundo Saramago, os motivos que levam à emigração são, sobretudo, económicos. A seção “Média”, engloba as crónicas que retratam a censura à imprensa e questões relativas à liberdade de expressão. Por fim, a “Cultura” abrange diversas expressões e realidades culturais (museus, bibliotecas, teatros, etc).

O Gráfico 1 permite-nos perceber o peso destes assuntos nas crónicas de Saramago que, como já referimos, são também os editoriais do jornal. Facilmente constatamos que 50% das crónicas pertencem à seção de “Sociedade”, uma seção que também engloba os textos sobre “Saúde”, “Ambiente” e “Educação”. A segunda seção com mais peso é a de “Política”, com 26% dos conteúdos. Esta realidade poderá ser justificada pelo contexto em que estas crónicas foram escritas, coincidente com a última fase do marcelismo.

Gráfico 1- Percentagem de crónicas por seção (DL)



Os dados apresentados no Gráfico 1 permitem-nos avançar com a ideia de que José Saramago praticava um jornalismo interventivo, *engagé*, comprometido com a sociedade e empenhado na sua transformação. Em entrevista a João Céu e Silva, José Saramago fala precisamente deste “certo jornalismo, uma certa circunstância política, social e histórica, um jornalismo como arma de transformação da sociedade” (Silva, 2009: 308).

O elevado número de crónicas levaram-nos a uma opção metodológica. Assim, vamos centrar a nossa análise nas crónicas que mais se destacam nas seções de “Sociedade” e de “Política”. A nossa escolha recaiu ou no assunto da crónica e/ou na forma como foram escritas.

Sociedade

Em “Sociedade”, duas das crónicas falam dos incêndios. Intituladas “Um regulamento a favor do povo” e “Malhar em ferro frio”, publicadas a 12 de junho de 1972 e 23 de março de 1973, respetivamente, o cronista centra a sua atenção nos bombeiros, procurando sensibilizar os leitores para o trabalho que desempenham e, ainda, alertando para o facto de não só o fazerem no território onde estão sediados, mas ainda serem chamados para outras terras. Exemplifica: “Após algumas dificuldades de comunicação, e graças à intervenção de terceiras pessoas, foi possível chamar os [os bombeiros] da vila próxima. Também se recorreu aos serviços dos bombeiros de outra vila, a de Oleiros, mas o comandante destes disse que «não podia mandar deslocar os seus homens para concelho diferente, sem que o comandante dos bombeiros do concelho onde havia o sinistro os requisitasse» (...). Ficaram os combatentes voluntários e paisanos à espera do que viesse, mas nada se conseguiu” (Saramago, 1990: 50-51). A pretexto destes casos, José Saramago tece críticas a quem escreveu o regulamento que impedia bombeiros de um concelho trabalharem noutra: “Enquanto os pinheiros de Boga de Cima ardiam, enquanto as gentes da terra se afadigavam a lutar por bens que só a poucos pertenciam um artigo de regulamento impedia o auxílio que deveria poder ser dado por uma corporação de bombeiros, mas que não foi porque o concelho era outro...” (Saramago, 1990: 51).

As críticas de Saramago continuam na crónica “Malhar em ferro frio”, quando diz que são necessários matérias e meios para ajudar os bombeiros a combater o fogo. “Mas

os bombeiros protestam e queixam-se, pedem material moderno, eficiente, à altura das suas responsabilidades e da tarefa que lhes é exigida. Quem responde? Ninguém. Quem dá providências? Não se sabe. O silêncio que paira sobre as montanhas carbonizadas não é maior que o das repartições onde estes casos deveriam encontrar pronta solução” (Saramago, 1990: 98). Em “Um regulamento a favor do fogo”, José Saramago também comentou a quantidade de bombeiros existentes e aqueles que realmente cumprem a sua função quando são necessários, criticando, desta forma, o governo pela má gestão dos seus recursos: “Estranhos casos se passam em Portugal! Muito mais estranhos ainda quando nos lembramos de que, durante a recente visita do presidente do Conselho a Castelo Branco, um dos mais brilhantes números dos festejos foi um longuíssimo desfile de bombeiros, com dezenas de viaturas. Vindos de muitos quilómetros e concelhos em redor... E não havia fogo” (Saramago, 1990: 51).

Outro assunto desta seção de “Sociedade” é a falta de bens essenciais como água, gasolina e bacalhau. Sobre a água escreveu “A água que (não) falta”, a 3 de julho de 1973 e “Tarde e a más horas”, a 20 de setembro de 1973. Quanto ao bacalhau, escreve a crónica “Com o rabo de fora”, publicada a 17 de novembro de 1973. Relativamente à escassez de gasolina, o autor publicou “As sementes e o gasóleo” (29 de novembro de 1973) e “A gasolina e outras coisas” (4 de dezembro de 1973).

Na primeira crónica referida, “A água que (não) falta”, José Saramago denuncia a fragilidade das infraestruturas existentes. “A maior parte das infra-estruturas, estudadas e instaladas para necessidades de um quase ruralismo que se tingia de pretensões citadinas, estalam todas ao mesmo tempo, denunciando a sua final precariedade, a sua inadequação a tempos e a populações mais exigentes” (Saramago, 1990: 128). Ao longo da crónica, o autor faz sucessivas interrogações retóricas, apelando, indiretamente, a uma reflexão por parte dos leitores. “Por que razão não há água? (...) Por que se fazem bichas diante de velhos fontanários ou à volta de poços pouco menos que suspeitos? Será que se esgotaram os caudais na origem?” (Saramago, 1990: 128). E acrescenta: “Estas perguntas são de pura intenção retórica” (Saramago, 1990: 128). Mas é o próprio autor que dá as respostas. Para além de reafirmar que a Companhia das Águas não se foi habituando às mudanças demográficas que foram ocorrendo em Lisboa, comenta que o que falta é “a competência para a levar [a água] pontualmente a casa dos consumidores, que somos todos nós em Lisboa e arredores” (Saramago, 1990: 129).

Dois meses e meio depois, publica a crónica “Tarde e a más horas” (*Diário de Lisboa* 20 de setembro de 1973). Socorre-se da nota emitida pelo Ministério das Obras Públicas que veio explicar, “tarde e a más horas”, que a falta de água que ocorreu entre junho e agosto não foi, efetivamente, falta de água, mas sim “deficiências no abastecimento” como justificou o Ministério das Obras Públicas. “Durante longas e torturantes semanas, os jornais pediram explicações que ninguém acudiu a dar”, critica Saramago (1990: 148).

Relativamente à escassez de bacalhau, Saramago escreve uma crónica com o sugestivo título “Com o rabo de fora”. Nela salienta, em tom exagerado, que “faltar a carne ou o peixe (fresco, congelado ou seco), se não é desastre nacional, é pelo menos não saber o que se há-de comer, o que de desastre pouco difere... Não se modificam hábitos alimentares de uma hora para a outra” (Saramago, 1990: 173). Ao longo do texto, Saramago apresenta uma espécie de soluções para se saber se há ou não bacalhau, concluindo que, afinal, é possível que haja bacalhau, mas que não está a ser posto à venda por os comerciantes não saberem que preço aplicar.

Outra falta durante este verão que foi salientada na imprensa foi a da gasolina. Em plena crise petrolífera, Saramago escreve “As sementes e o gasóleo” (29 de novembro de 1973) e “A gasolina e outras coisas” (4 de dezembro do mesmo ano), que se traduzem num pedido claro, de intervenção, por parte dos agentes competentes. “Governar, dizem, é também prever, e nunca o foi tanto como nestes tempos que inventaram a nova ciência (...) da futurologia. Prever os acontecimentos e organizar o tempo de resposta. E isto, que imediatamente tem que ver com os problemas do petróleo e dos seus derivados, também tem aplicação no caso doméstico” (Saramago, 1990: 179). O assunto continua na crónica seguinte, de 4 de dezembro, intitulada “A gasolina e outras coisas”. A falta de gasolina é uma situação que fragiliza o país, como descreve Saramago, e, ao mesmo tempo, mostra como os portugueses estão dependentes do resto do mundo: “Foi preciso faltar a gasolina para que o português médio descobrisse a que ponto está dependente do mundo, ele que tinha sido ensinado a considerar-se auto-suficiente...” (Saramago, 1990: 182). Esta crítica do autor quanto à autoproclamada autossuficiência de Portugal, um dos bastiões do regime salazarista, faz com que, segundo salienta, os portugueses se apercebam que o que é necessário é reestabelecer a ordem das coisas, de modo a ser encontrada uma solução para a falta do petróleo “na

exacta época em que começávamos a avançar pelos caminhos da industrialização” (Saramago, 1990: 182).

Na seção “Sociedade”, incluímos as crônicas de “Educação”. Assim, vamos analisar “Justiça tardia e tempo perdido”, de 21 de março de 1973, “Quem tem medo da cultura?”, publicada a 10 de abril de 1973, “Abrir e fechar parêntesis”, de 14 de abril de 1973 e “Saudável, ou perigoso?” e “A concordância dos desacordos”, publicadas a 17 de abril e a 26 de abril do mesmo ano, respetivamente. Em foco está, sobretudo, a reforma no sistema educativo, um dos elementos centrais da propaganda da reforma marcelista.

A reforma no sistema educativo é “uma tarefa de gerações”, segundo afirmou o ministro da Educação Nacional, citado na crónica “Justiça tardia e tempo perdido”. Veiga Simão disse que a reforma no sistema educativo era importante uma vez que isso iria permitir aos alunos uma vida mais instruída e mais livre. “Mas este sempre foi o programa desejável de uma educação que respeitasse os direitos do homem”, comenta Saramago (1990: 106), na crónica “Quem tem medo da cultura?”. Na crónica “Saudável, ou perigoso?”, Saramago questiona novamente Veiga Simão, que afirmou que a reforma do sistema educativo era “saudável e perigosa”. “Em recente sessão da Assembleia Nacional, referiu um deputado que «o ministro Veiga Simão, na sua sessão de trabalhos na comissão da Educação [...] disse que esta reforma é um verdadeiro desafio, nalguns pontos altamente perigoso, mas saudável». Fica registado. Por nós, passando sobre a palavra «desafio», hoje uma espécie de modismo, teríamos preferido que se ficasse pelo «saudável». Em boa verdade, há o direito de perguntar por que entende o principal responsável da Reforma do Sistema Educativo que esta representa, em alguns pontos, um «desafio altamente perigoso»...” (Saramago, 1990: 109).

Nesta questão da Educação, o cronista escreve “Abrir e fechar parêntesis”, destacando os debates sobre a reforma na Educação. A sua primeira crítica recai sobre a falta de comparência de alguns deputados às sessões da Assembleia Nacional. Os que lá aparecem representam um número “(...) que pouco além vai daquele mínimo regimental” (Saramago, 1990: 106). Fazendo uso de um excerto do discurso de um deputado na Assembleia, Saramago aponta-o, irónica e acidamente, como justificativo para o grande número de ausências de deputados na Assembleia. Assim, o autor conclui que “(...) na verdade, deve ser profundamente deprimente ouvir alguém louvar-se num dito de mau gosto para significar uma preferência explicitamente aristocrática, onde os

burros e os cavalos têm os seus lugares marcados, para sempre, até ao fim dos séculos...” (Saramago, 1990: 108). Desta forma, Saramago encontra no teor do discurso do deputado a justificação para a sua primeira crítica. É de apontar que ao longo do texto, o cronista abre e fecha parêntesis, consoante o tema que se refere: a falta de deputados ou o sistema educativo.

Em “A concordância dos desacordos”, de 26 de abril de 1973, Saramago continua a acompanhar o debate da reforma do sistema educativo, questionando o valor da discussão travada na Assembleia Nacional. Em seu entender, “pode desde já assegurar-se que a redacção derradeira [do documento] não se afastará da que foi proposta pela Comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais”. A ironia leva-o a utilizar imagem culinária: “(...) poderemos dizer que a iguaria está servida e que a Assembleia Nacional se limitará a colocar o seu raminho de salsa... (Será preciso acrescentar que não há nestas palavras a mínima intenção de desrespeito)” (Saramago, 1990: 110-11).

Na opinião de Saramago, a reforma do sistema educativo não vai mudar nada de fundamental, apesar de ele considerar que esta mudança é necessária. Saramago aponta mesmo que o anterior sistema de ensino “(...) se considera deficiente e se pretende afastar, mas que foi «racional» em relação à «sociedade» portuguesa de ontem, na medida em que escrupulosamente a servia, melhor dizendo, na medida em que ia servindo opções de tipo tradicionalista que, afinal, em nada estavam servindo os interesses e as necessidades educativas da sociedade portuguesa, tomada como um todo, como país, como povo...” (Saramago, 1990: 111).

Apesar de assumir um tom mais crítico na seção de “Política”, como iremos ver em seguida, Saramago aborda, nesta seção, questões sociais relevantes – como os incêndios e a escassez de produtos alimentares. Além disso, chama a atenção para as medidas tomadas pelo executivo para solucionar este tipo de problemas.

Política

Com um total de 23 crónicas, “Política” é uma das seções mais importantes. Um dos temas recorrentes, nomeadamente nos editoriais do *Diário de Lisboa*, é a participação dos cidadãos na vida política. A ela dedica, por exemplo, a crónica “Fazer

política, ou fazer políticos”, de 1 de agosto de 1972, onde aprecia a mudança de paradigma que, aparentemente, se começa a verificar em Portugal: “Hoje fala-se muito de politização. Também noutros tempos se falava dela, mas para carrega-la de acusações, para a condenar aos infernos. Actualmente, pelo contrário, a franqueza vai ao extremo de lamentar a sua ausência” (Saramago, 1990: 61). O artigo, percorrido por um discreto tom crítico, conclui: “Diversos problemas sérios esperam solução, e este da «prática política» não é, seguramente, o menos importante. Mas os políticos (por mais que venham a ser) não bastam para resolvê-lo” (Saramago, 1990: 61-62)

Sobre o mesmo assunto, Saramago escreve “O direito e o dever”, publicado a 2 de março de 1973. Recorrendo à ironia o autor observa que “dizer que o cidadão tem o dever de participar na vida pública será útil quando esse mesmo cidadão, por diversíssimas razões, foi tentado a esquecer o seu direito de o fazer” (1990: 90). E salienta, em jeito de crítica, “só em momentos de crise, afinal, vem invocar-se o que deveria ser tão comum como o pão na mesa, só por essas ocasiões, quando os factos esmagam as entidades que têm poder de decisão, o cidadão é chamado a depor, e a tomar conta da sua quota-parte da responsabilidade... Melhor seria, repetimos, se essa responsabilidade lhe pertencesse mais como um direito do que como um dever” (Saramago, 1990: 90-91). Porém, Saramago põe o “dever” e o “direito” lado a lado e, com base nisso, define o que é, exatamente, a participação. “Encará-la como um dever, não apresenta grandes atractivos nem capacidades de aliciamento. Afirmá-la como um direito, não basta se o conteúdo e amplitude desse direito não forem, por sua vez, objecto de definição. Por outro lado, quais são os órgãos através dos quais se exprimirá essa participação?” (Saramago, 1990: 92).

Na crónica “A adesão e a participação”, a 3 de março de 1972, critica a atitude do governo de apelar à participação da população nos momentos em que deve falar de questões relacionadas com o seu trabalho e a sua responsabilidade, Saramago observa que esta atitude das entidades oficiais “leva-nos a pensar que, em outros tempos, o interesse da população não só não era solicitado, como infelizmente se encarava com desconfiança e algum temor, como se a motivação das pessoas constituísse, por si só, uma ameaça às instituições...” (Saramago, 1990: 26). O autor sublinha, novamente, que a população não precisa que o governo lhe dirija apelos para participar na vida política.

José Saramago fala, também, de recenseamentos eleitorais. A primeira crónica que escreveu no *Diário de Lisboa*, de 8 de fevereiro de 1972, intitula-se “Aberto até 15

de Março...” e é referente a este assunto. Diz o autor que, “foram os portugueses avisados, por meio de editais afixados nos lugares do costume, lidos na Rádio e reproduzidos na Imprensa, de que está aberta, até 15 de Março próximo, a inscrição no recenseamento eleitoral com vista às eleições de deputados à Assembleia Nacional” (Saramago, 1990: 22). Os cidadãos estavam informados sobre o prazo para as inscrições. No entanto, o aviso parecia não surtir o efeito desejado: a inscrição. Para José Saramago, esta convocatória pode dar a ideia de que se está a forçar o recenseamento eleitoral, nesta forma de “rotina enfastiada”, como classifica. “O fastio leva inelutavelmente à abstenção, a omissão pode causar situações que rocem o cómico, como a de um candidato a deputado ser riscado da lista para que fora convidado, porque, ó céus, não estava inscrito nos cadernos eleitorais!...” (Saramago, 1990: 22). Apesar de criticar a convocatória, é o próprio cronista que no fim do texto apela: “«Inscreva-se no recenseamento eleitoral!...»”.

Na crónica “Recenseamento com história”, publicada a 14 de dezembro de 1972, os recenseamentos voltam a ser focados. Este texto complementa o anterior, acima analisado, uma vez que o cronista volta ao tom de obrigatoriedade que é imposto nos apelos aos cidadãos. “(...) a verdade é que o recenseamento tem vindo a ser, entre nós, um acto que facilmente se esquece ou se cumpre desatentamente. O Estado, ao divulgar a habitual informação, considera que cumpriu o seu dever limitando-se a aguardar que, dentro dos prazos fixados na lei, os cidadãos procedam às diligências que a mesma lei considera indispensáveis” (Saramago, 1990: 69-70). Porém, o autor acredita que esta maneira de divulgar a informação já não chama a atenção dos eleitores e sugere que se usem meios mais eficazes para, desta forma, haver uma maior adesão e participação na vida política. Isto porque, “(...) o recenseamento não é em si mesmo, e sobretudo no nosso país, uma obrigação cívica suficientemente mobilizadora” (Saramago, 1990: 70). Para que é que os cidadãos se vão recensear? Com que objetivos? Questiona o autor, colocando-se na posição de quem lê estes apelos e convocatórias.

“Será o recenseamento um acto político?”, de 12 de março de 1973, é outra crónica que vem reforçar o assunto do recenseamento eleitoral. Citando um inquérito, onde está explicado que apenas 4% dos cidadãos não recenseados na altura das eleições de 1969 - aquelas que foram um dos objetivos de Marcelo Caetano após a sua subida ao poder, em 1968 -, é que se encontram inscritos nos ditos cadernos eleitorais. “Dois meses e meio de esforços, de incitamentos, de estímulo, de persuasão, saldaram-se por um

resultado insignificante que vem demonstrar, se mil outros factos o não demonstrassem a toda a hora, que o grau de despolitização a que chegou o povo português roça o desconforto do zero...”, critica o cronista (1990: 93). O autor salienta que os recenseamentos eleitorais têm perdido o sentido e que se “alguma coisa neste nosso país deveria ser despolitizada, essa seria o recenseamento eleitoral. Não é política o registo do nascimento do cidadão, nem o da sua morte ou do casamento, ou dos diversos casos que ao Registo Civil interessam. Não é política a declaração de rendimentos ou de salários, que as Finanças não dispensam. Não é política a licença camarária, a carta de curso, a taxa de portagem. Ou tudo isto o é, mas só em segundo grau. Por que o terá de ser o recenseamento, se pode haver recenseamento e não haver política?” (Saramago, 1990: 94). Uma vez mais nota-se a crítica de José Saramago que questiona a utilidade do recenseamento e do seu impacto na vida política de Portugal.

Outra crónica importante é “O eufemismo como política”, de 2 de junho de 1972. Nela o autor tenta, através da linguagem, dar argumentos para convencer os leitores das suas ideias, como é, aliás, costume fazer ao longo das suas crónicas. Definindo o que é o eufemismo, - “figura de retórica que consiste em abrandar pela expressão a crueza de certas ideias ou de certos factos, e que chega mesmo, com a antífrase, ao ponto de empregar uma palavra ou uma locução num sentido contrário à sua significação real” (Saramago, 1990: 46) – o cronista adianta que “a escolha da linguagem nunca é inocente” (Saramago, 1990: 47). Desta forma, expõe ao leitor o discurso do secretário de Estado da Informação sobre o Estatuto da Imprensa, discurso que foi dito por palavras suaves, deixando “a margem necessária a possíveis rectificações posteriores” (Saramago, 1990: 46). Atentando no detalhe com que o secretário de Estado da Informação elaborou o seu discurso, Saramago adianta que, recorrendo a esta figura de estilo, “pretendeu-se aparar as asperezas, amortecer o choque, fazer esquecer que muito mais do que a compressão, se tratava de constrangimento, ou abafamento, ou sufocação, ou opressão, tudo situações radicalmente negativas, sem equívoco possível...” (Saramago, 1990: 47).

Apesar de o discurso ter evitado palavras mais duras, percebeu-se, segundo Saramago qual era a mensagem a passar: de que “os direitos e as garantias individuais dos portugueses se encontravam comprimidos” (Saramago, 1990: 47).

4.6.A política nos jornais

Até à chegada de Marcelo Caetano ao poder, em setembro de 1968, a política era pouco tratada nos jornais. Segundo Schwabach, citado por Carla Baptista, esta temática ficaria a cargo do diretor do jornal: “Política? Queríamos lá saber dela (...) Isso era um mundo à parte, sem graça nenhuma, a cargo único do diretor” (Schwabach apud Baptista, 2012: 19).

A política era um assunto que merecia a atenção do diretor do jornal, pois era isso que definia a linha partidária do órgão de comunicação. A política acabava por regular os “timings” jornalísticos: “a tipografia esperava pelo fundo que o chefe partidário escrevia já depois da meia noite; pelo fim da reunião importante onde se delineavam as estratégias das intervenções parlamentares ou definia o sentido do voto no debate agendado para a manhã seguinte” (Baptista, 2012: 426). Em suma, “as rotinas da política determinavam as do jornalismo” (Baptista, 2012: 426).

Em termos históricos, a entrada da política nos jornais foi impulsionada pela aproximação dos jornalistas aos partidos políticos, o que fez com que se desenvolvessem mais conteúdos relacionados com assuntos parlamentares. Esta tendência começa a ser evidenciada por volta dos anos 50, quando o *Primeiro de Janeiro* ainda mantinha algum jornalista na Assembleia Parlamentar para relatar o que lá se passava, ao contrário dos outros jornais. Era o chamado “redator político”, como explica a investigadora. (Baptista, 2012: 88).

Segundo Carla Baptista, a figura do jornalista vai progressivamente adquirindo novos contornos. “A permanência assídua de jornalistas nos lugares de poder, na qualidade de observadores encarregues de produzir relatos mais ou menos exatos sobre o teor das declarações e resoluções proferidas, contribuiu para uma progressiva profissionalização do trabalho jornalístico” (Baptista, 2012: 88). Desta forma, o jornalista começa a ser um mediador entre os jornais e os políticos, fazendo com que começasse a existir uma nova ligação entre os jornais e o público, que passou a preferir certo órgão de comunicação consoante as simpatias políticas. Segundo Diana Andringa, “comprar o *Diário de Lisboa* ou o *Diário Popular*, o *O Século* ou o *Diário de Notícias*, era um ato de escolha – e cada um dos títulos tinha os seus fiéis leitores, que um perfil comum unificava” (Andringa, 2008: 8).

O modo como os meios de comunicação abordavam a política mudou durante o salazarismo. Ainda que inicialmente mostrasse ser mais tolerante e flexível, Marcelo Caetano dá continuidade à censura. Porém, é possível assinalar uma diferença significativa entre os dois presidentes do conselho: Caetano dava mais liberdade para os jornalistas lhe fazerem perguntas promovendo não só a sua imagem pública, mas também dando aos jornais maior espaço para alargar o conteúdo político nas suas páginas. A política voltava, então, a ter uma maior presença nas páginas dos jornais portugueses.

Assim, é a partir de 1969 que os jornais dedicam mais tempo e espaço à política. Segundo Carla Baptista, existem quatro “pontos de fuga”, que impulsionam uma cobertura a nível político mais abrangente: a) uma agenda política diversificada bem como a entrada de Caetano no Governo, juntamente com outros ministros, possibilitou uma maior interação entre jornalistas e políticos; b) as eleições legislativas de 1969, que deram a oportunidade de novos atores políticos entrarem na paisagem informativa portuguesa; c) uma maior dinâmica no que diz respeito à cobertura jornalística, devido às diversas iniciativas da Ala Liberal na Assembleia Nacional; d) mais iniciativas de carácter político para além daquela que já existia dentro das instituições. (Baptista, 2012: 239)

Esta forte ligação à política é bastante evidente. A investigadora e professora universitária Carla Baptista refere, em entrevista, que “antes do 25 de abril havia uma grande dificuldade em escrever sobre política. A política era uma zona interdita, uma espécie de tabu”. A nível de conteúdos, os jornalistas procediam à quase “transcrição dos discursos que eram entregues [pelo Governo] para os jornalistas copiarem, literalmente”. Esses mesmos discursos tinham que reger-se por um padrão comum; “tinham que ser sempre contados da mesma maneira e sempre num tom favorável às grandes figuras do Estado e às suas grandiosas obras em prol do bem comum”,⁷⁹ conta a investigadora.

Os jornais fizeram “pressão para modificar o clima político, exigindo maior liberdade de expressão e reivindicando a possibilidade de poderem cumprir a sua ‘missão jornalística’, entendida como a mediação crítica entre os políticos e a opinião pública” (Baptista, 2012: 249).

⁷⁹ Entrevista realizada pela autora

Economia

A emigração e o comércio externo são dois temas recorrentes. Ao primeiro, José Saramago dedicou crónicas como “Os emigrantes, hoje e sempre”, de 22 de março de 1972, “Todos precisos outra vez”, publicado a 22 de outubro de 1973. No que diz respeito à exportação, destaca-se a crónica “As perspectivas de Mofina Mendes”, de 19 de julho de 1972.

Em “Os emigrantes, hoje e sempre”, o autor salienta, sarcasticamente, que nos tornamos muito bons no uso de eufemismos, ou seja, que conseguimos dizer verdades incómodas como se fossem situações boas. Para ilustrar esta realidade, Saramago cita um excerto do discurso de abertura da Reunião Regional Europeia sobre Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, apontando-a como um bom exemplo dos eufemismos. No entanto, ao passo que esse excerto tenta inculcar à emigração portuguesa um sentido de aventura, Saramago afirma, perentório, que este, “(...) se existe, conta tão-somente como factor propiciatório. O espírito de aventura fará turistas, mas não emigrantes, se habitar em pessoa economicamente tranquila e protegida...” (Saramago, 1990: 34). O autor conclui, afirmando que não se pode tratar esta emigração como algo inócuo e não importante e comenta que as causas que levam os portugueses a sair do país “(...) são sérias de mais e antigas de mais para caberem em fórmula tão inócua: chamam-se baixo nível de vida, carência, desconforto na própria terra” (Saramago, 1990: 34).

Em “Todos precisos outra vez”, o cronista procura deslindar as motivações de quem saiu de Portugal, salientando que ninguém deve censurar os emigrantes por isso: “Censurá-los pelo que fizeram, seria absurdo: o patriotismo é muito mais fácil quando o ventre está satisfeito, e se a pátria (esta ou qualquer outra) tardiamente se lembra ou lhe convém apelar para o emigrante, este tem o direito de perguntar-lhe: «Que fizeste tu por mim, quando eu de ti precisava e para ti trabalhava?»” (Saramago, 1990: 171). José Saramago mostra, claramente, que apoia os emigrantes e critica quem os censura pela atitude que tiveram. “(...) muita gente prefere esquecer as condições em que se processou o irresistível movimento migratório”, salientou (1990: 171), movimento que fez com que, de facto, começasse a existir a tal desertificação que o ministro de Estado para o Planeamento Económico referiu na palestra abordada na crónica “Um presente e

dois passados”, de 3 de julho de 1972. Esta desertificação compromete, claro, o desenvolvimento do país. E, agora, as mesmas pessoas que criticaram o movimento migratório, são as primeiras a dizer que os emigrantes são precisos novamente em Portugal. Porém, ao longo do texto, Saramago continua a mostrar estar do lado dos emigrantes, apesar de reconhecer que eles fazem falta ao país. “Mas também faz muita falta a franqueza no reconhecimento dos erros, das falhas, das incapacidades” (Saramago, 1990: 172), critica.

O outro assunto desta secção é o do comércio externo. “As perspectivas de Mofina Mendes”, publicada a 19 de julho de 1972, aborda uma reunião que decorreu no Porto na delegação do Fundo de Fomento de Exportação e onde se debateu a exportação de produtos portugueses para a Austrália. No entanto, este parece ser um assunto frágil, como expõe Saramago: “Que esses produtos possam ser colocados em qualquer parte do mundo, é premissa que não se discute, hipótese mais ou menos realizável, susceptível portanto de exame e discussão, mas um mínimo sentido das realidades deveria estar sempre presente em reuniões como estas, para que não se criem falsas esperanças que terão como fruto amargas desilusões...” (1990: 55).

Os produtos referidos foram os da indústria química, os têxteis e a maquinaria, que são precisos no mercado australiano. Contudo, “sobre este decidido optimismo, logo foi lançada a água fria de uma outra realidade: a de que o mercado australiano necessita de importar, principalmente, matérias-primas ou semimanufacturadas, o que não é rigorosamente a mesma coisa...” (Saramago, 1990: 55). Ao longo da crónica Saramago aborda o assunto com alguma ironia. O vinho foi outro produto que, ao que parece, é um sucesso no mercado de exportações. Todavia, na realidade, as coisas não funcionam bem assim. Na realidade, a distância entre Portugal e a Austrália é demasiado grande e existem poucos barcos que possam aguentar a travessia. No fundo, este optimismo acaba por prejudicar a realização de tarefas e análise de situações como esta. “Perdemos mercados, temos em alguns uma presença simbólica, lutamos por defender dois ou três produtos tradicionais (...). Mas, com este incorrigível optimismo, tão fatalista como a negra tristeza em que também facilmente caímos, pensamos em conquistar a Austrália com máquinas, têxteis e vinhos. Longe, sem barcos e com os concorrentes já instalados. Estaremos realmente acordados?” (Saramago, 1990: 56).

Nesta crónica, o autor é muito crítico relativamente ao otimismo dos portugueses e à eficácia destas reuniões. Conclui que os portugueses têm uma enorme ambição de se

tornar um dos melhores mercados de exportação. Contudo, analisando os recursos disponíveis, apercebemo-nos que não há, de todo, maneira de se conseguir ser um dos melhores neste sector.

Média

Outro dos temas fortes das crónicas de José Saramago é a censura à imprensa. Nesse sentido, vamos analisar “Para maiores de quantos anos?”, publicada a 30 de maio de 1972, “Sim em França, não em Portugal”, de 1 de junho de 1972 e “As regras da convivência”, de 5 de junho de 1972.

Na primeira, Saramago explica que “a comunicação lida pelo secretário de Estado da Informação aos diretores dos jornais nada veio a acrescentar de novo aos textos legais que passam a condicionar a actividade da Imprensa no nosso país” (Saramago, 1990: 39). O autor cita a comunicação do secretário de Estado da Informação que resume a ideia de que existem certos conteúdos que não poderão ser publicados em Portugal, mas que noutros países não há nenhuma objeção quanto a isso. E Saramago critica: “Ao consentir que uma publicação (dita especializada) inclua matérias que a outra são proibidas, aposta-se, com a certeza de ganhar, na probabilidade de que essas matérias não chegarão ao conhecimento do grande público. As publicações especializadas destinam-se, em regra, a um sector especializado de leitores, logo restrito, logo pouco numeroso, logo já informado, logo (...) circunscrito e neutralizado” (Saramago, 1990: 39). No entanto, refere, ao se escolher que conteúdos saem num país e não noutro, passa a existir “(...) uma outra forma de censura, menos directa, menos visível e do mesmo modo dependente de arbítrio que os presentes legais pretendem afastar” (Saramago, 1990: 40).

No mesmo sentido, “Sim em França, não em Portugal”, publicada a 1 de junho de 1972. O autor volta a refletir a censura nas revistas em diferentes países, e afirma que “estamos colocados perante uma diferença de tratamento da Imprensa portuguesa, consoante se publique para consumo interno ou para uso das fronteiras, situação cujo ilogismo é de todo evidente. Seja qual for o conteúdo das publicações assim privilegiadas, não pode a Imprensa metropolitana deixar passar sem protesto uma excepção que uma vez mais a minoriza. Por outro lado, teremos de concluir que os portugueses que vivem no estrangeiro, têm, só por essa circunstância, acesso a uma

informação muito mais livre (...)” (Saramago, 1990: 43). A crítica de Saramago é evidente. Primeiro acusa o Governo de ter dois pesos e duas medidas. Depois, acusa-o de colocar a Imprensa numa situação insustentável e ilógica, ao ter dois critérios diferentes, uma vez que a Informação para ser consumida dentro de portas era censurada.

Poucos dias depois, José Saramago retoma o tema em “As regras da convivência”. Com base naquilo que o Estado demonstrou serem crimes de Imprensa, Saramago diz que “(...) dificilmente encontramos justificação para a permanente e ampla intervenção da censura verificada e sofrida ao longo de tantos anos” (Saramago, 1990: 49). O autor sublinha que foram apresentadas um conjunto de regras pelo Secretário de Estado da Informação aos diretores regionais e analisa-as, para chegar à conclusão que não só o DL dá “(...) garantia de que nenhuma das intervenções que a censura se achou obrigada a fazer na elaboração quotidiana do nosso jornal correspondeu a qualquer tentativa nossa de praticar um só que fosse dos delitos enunciados. Por aqui se verá se não temos motivos para nos declararmos perplexos...” (Saramago, 1990: 49). Por fim, o cronista questiona qual o espaço de manobra que se abre para a imprensa com as novas regras de censura e chega à conclusão “ficámos sabendo que não se abre maior campo do que aquele que já estava aberto. Sendo assim, onde está a diferença?” (Saramago, 1990: 49).

Cultura

Relativamente à seção de “Cultura”, Saramago escreveu “Ter pouco e desbaratar”, a 2 de junho de 1972, onde afirma que existem poucas obras de arte em Portugal, referindo-se não aos grandes monumentos, mas àqueles mais discretos, mas de igual valor. Esta é uma crítica do autor em relação ao património cultural. “Estarão convenientemente protegidos os grandes monumentos, as grandes obras de arte, mas o mesmo não se poderá dizer da pequena obra, da escultura maneirinha, do azulejo anónimo, da pintura de mestre secundário, que alargam sobre o País uma rede mediana, mas preciosa” (Saramago, 1990: 45). Saramago continua a crítica, dizendo que quando se descobre algumas ruínas, por exemplo, “sobe-nos o acontecimento à cabeça e pouco falta para nos considerarmos mais ricos do que ninguém. Mas o tempo passa, desce rapidamente a emoção ao rés do quotidiano, e o achado lá fica, exposto ao tempo (...), exposto quantas vezes aos atentados, às depredações, às violências, aos roubos. Então

levantam-se umas vozes tímidas, uns protestos desanimados, logo abafados no grande alheamento geral. E o empobrecimento continua” (Saramago, 1990: 45). Contrapondo esta ideia, está a crónica “Servir para nada” de 21 de agosto de 1973.

Quanto à crónica “O teatro e as estruturas”, de 5 de julho de 1972, o autor lamenta que existam muitas peças de teatro escritas, mas muito poucas representadas. Esta afirmação baseia-se num folheto distribuído pela Secretaria de Estado da Informação e Turismo intitulado “O Teatro Português no Pós-Guerra”. Esta crónica de Saramago vem criticar a leviandade com que este folheto de 32 páginas é escrito, uma vez que afirma que, de facto, muitas peças não são representadas, mas não explica o porquê de isso acontecer. “Fica também afirmada a persistência dos escritores portugueses, a quem se consente que publiquem as suas peças, mas a quem se opõem dificuldades na representação delas, as quais dificuldades, se algumas vezes vêm do conservadorismo dos empresários, muitas mais vezes são fruto da «acção restritiva da censura»...” (Saramago, 1990: 54). O autor critica a Secretaria de Estado de Informação e Turismo por ter atribuído a culpa à censura, sem sequer pensar nos seus atos e responsabilidades.

Também sobre o teatro, e seguindo um pouco a linha do outro texto, o cronista escreve, a 22 de setembro de 1973, “O teatro do costume”, chamando a atenção para a fragilidade do sector. “E por que não há teatro em Portugal? Não nos respondam que não há público: o melhor teatro amador prova precisamente o contrário” (Saramago, 1990: 152). De acordo com o autor, existem, em Portugal, todas as condições para haver mais peças de teatro, mas o que verdadeiramente se passa é parecer que se quer “transformar o teatro em categoria arqueológica” (Saramago, 1990: 152). Há uns anos, relembra, havia vários anúncios à chamada “era do S. Luís”, como refere Saramago, mas “e agora, que temos? Literalmente, nada”, continua (1990: 153).

Ainda na secção da “Cultura”, o autor alerta os leitores para a crónica “Livros, leitores e leitura”, publicada a 10 de fevereiro de 1973. O ponto essencial desta crónica é o aumento de leitores nas bibliotecas municipais. No entanto, o número apresentado (186 460 pessoas) não é correto. “(...) teoricamente foi como se um quinto da população de Lisboa tivesse beneficiado do convívio dos livros...” (Saramago, 1990: 81). Adianta o autor “(...) é claro que muitos dos frequentadores das bibliotecas utilizaram mais do que uma vez os serviços respectivos” (Saramago, 1990: 81). Esta crónica revela ainda mais números, referentes às publicações periódicas e aos livros consultados e, isso dá a ideia de que a autarquia lisboeta promove bem a cultura. Porém,

corrige Saramago, “(...) enquanto os serviços camarários responsáveis não se decidirem a averiguar quantas pessoas, de facto, lêem, quais os livros e publicações lidos, por quem, graças a que circunstâncias, impulsos e motivações, qual o grau de qualidade cultural do que é procurado, enquanto não se dispuserem a considerar os números dados, não como balanço final, mas como ponto de partida, permitir-nos-emos pôr em séria dúvida a sua acção como promotores de cultura. Tal como as coisas se apresentam, a Câmara Municipal de Lisboa administra, pura e simplesmente, um depósito de livros...” (Saramago, 1990: 82).

As crónicas que José Saramago escreve no *Diário de Lisboa* são diferentes das que vai escrever no *Diário de Notícias*. Esta diferença é, sobretudo, acentuada pela ação da censura nos anos finais da ditadura, altura em que o autor estava no *DL*. Aliás, segundo Carla Baptista, “o que é que um intelectual dos anos 60/70 com desejo de intervenção podia fazer para expressar-se? Não podia ser fora dos jornais. Podendo aceder aos jornais de alguma maneira, isso seria sempre uma via privilegiada de combate politico-ideológico”, afirma⁸⁰.

4.7 O *Diário de Notícias*

No *Diário de Notícias*, José Saramago escreveu 95 crónicas. Mais de metade (65) inserem-se na seção de “Política”, como se pode comprovar pelo Quadro n.º2.

Quadro n.º 2 – Número de crónicas correspondente a cada secção (*DN*)⁸¹

Crónicas de José Saramago no <i>Diário de Notícias</i> (abril a novembro de 1975)	
<u>Secções</u>	<u>Número de crónicas</u>
Política	65
Sociedade	13
Internacional	7
Média	6
Economia	4
Total	95

⁸⁰ Entrevista realizada pela autora

⁸¹ No anexo 2 é possível identificar o nome de todas as crónicas e a sua respetiva seção.

Além da sua expressão numérica (65), estas crónicas ganham relevo se tivermos em conta o contexto em que são escritas e a postura militante que José Saramago assume na sua função de jornalista. Para além da “Política”, José Saramago também deu algum enfoque à seção “Sociedade”, onde se inserem 13 crónicas. Ainda que presentes, as seções “Internacional”, “Média” e “Economia” são pouco abordadas. Por fim, notamos que a seção “Cultura” não é focada nas crónicas do autor no ano de 1975. Este facto, em nosso entender, é facilmente explicável se tivermos em conta o conturbado período que o país atravessava – o Processo Revolucionário em Curso (PREC) -, bem como o lugar que Saramago ocupava no quadro diretivo do *DN*: o cargo de diretor-adjunto do jornal.

Ainda que algumas crónicas incidam sobre mais do que um tema, optou-se por escolher o dominante para se proceder à classificação das mesmas: No entanto, vamos explicar o que decidimos incluir na seção “Sociedade” por ser a segunda com maior número de crónicas.

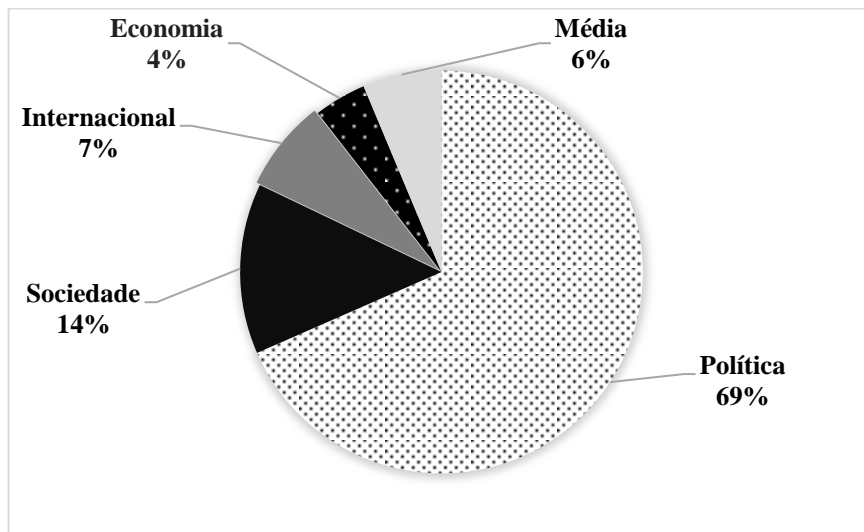
Em “Política”, englobámos os assuntos relacionados com eleições e, mais especificamente com o dever de voto e a polémica questão do “voto em branco”. Incluímos ainda nesta categoria todos os artigos que falavam do “caminho para o socialismo” ou da “via socialista portuguesa”, temática que parece dominar a vida política nacional depois do 11 de março e que, por isso, merece também a atenção de José Saramago. Os golpes de Estado de 28 de setembro e de 11 de março, a descolonização, o Processo Revolucionário em Curso (PREC) o papel dos embaixadores (em especial o do embaixador norte-americano Frank Carlucci), o “fascismo” e os “fascistas”, Vasco Gonçalves e Costa Gomes, a fuga de 89 funcionários da pida da prisão e ainda os Governos Provisórios, são outros dos assuntos que fazem parte da seção de “Política”.

Quanto à seção “Sociedade”, pareceu-nos pertinente nela incluir as crónicas que abordavam o impacto social do 25 de abril de 1974, manifestações⁸², campanhas de solidariedade, mudança de mentalidades e o micro tema “Religião”.

O Gráfico nº 2 pretende mostrar, em percentagem, a relevância que cada seção tem no jornal.

⁸² Esta escolha baseou-se no facto de, hoje em dia, na maioria dos jornais, a cobertura das manifestações fazer parte da seção “Sociedade”.

Gráfico n.º 2 – Relevância das seções no jornal (DN)



Como se pode observar pelo Gráfico nº 2, a “Política” é a seção mais destacada, apresentando 69% os conteúdos escritos por José Saramago, seguida, a uma considerável distância de “Sociedade” (14%).

Notámos que a partir de 15 de agosto há um maior número de crónicas sobre “Política” (21), porventura impulsionado pela crise política que se vivia no momento – rutura no seio do MFA, crise do V Governo Provisório, ambiente socialmente instável – e ainda pelo processo dos saneamentos políticos que ocorreram no *Diário de Notícias* no “Verão Quente” de 1975. Estes fatores podem ter influenciado esta maior atenção do autor por este tipo de assuntos.

O elevado número de crónicas sobre “Política” obrigou-nos a refletir um pouco sobre o significado e importância do jornalismo especializado e do jornalismo político.

4.8. O jornalismo especializado e a vertente política

O jornalismo especializado foi ganhando relevância nos jornais em meados de 1970-1980. O conceito de nicho adquiriu maior importância e isso impulsionou os jornalistas a arranjar um meio onde se especializar e consolidar os seus conhecimentos nas áreas onde tinham maior interesse. De acordo com Carolina Abiahy “o desenvolvimento do jornalismo especializado está relacionado a essa lógica económica que busca a segmentação do mercado como uma estratégia de atingir os

grupos que se encontram tão dissociados entre si. Muito além de ser uma ferramenta mais eficaz de lucro para os conglomerados mediáticos, o jornalismo especializado é uma resposta a essa demanda por informações direcionadas que caracteriza a formação das audiências específicas” (Abiahy, 2000: 5). Estas ideias são corroboradas por Frederico Tavares (2009) para quem “a especialização periodística/jornalística está associada, na sua maioria, à evolução dos meios de comunicação e à formação de grupos sociais consumidores de média cada vez mais distintos” (Tavares, 2009: 177).

Outros autores como Richard Orange e Barry Turner (2013), chamam a atenção para o facto de “as ferramentas de especialização” derivarem “de estudos especializados pertencentes a outras áreas educacionais” e também de “experiências empíricas”⁸³ (Orange e Turner, 2013: 2). Independentemente da sua origem cumpre destacar que “a especialização representa uma importante ferramenta de trabalho científico e intelectual”⁸⁴ (Del Moral e Ramiréz, 1996: 52). O jornalismo especializado tem como principal objetivo explorar os conteúdos e dar-lhes uma outra visão, uma visão mais aprofundada com maior pormenor. Por outras palavras, o jornalista especializado apropria-se de diversas ferramentas e áreas do conhecimento para abordar os conteúdos em que é especialista.

Existem diversos tipos de jornalismo especializado, como o jornalismo desportivo, o jornalismo de moda, o jornalismo económico, o jornalismo internacional, o jornalismo político ou o jornalismo científico. No caso do trabalho desenvolvido por José Saramago, parece-nos não existir qualquer dúvida em classifica-lo como jornalismo político. Segundo Kevin Rafter (2013), no jornalismo político, os profissionais da informação “(...) são participantes importantes no processo político (...). O seu trabalho tem um impacto bem como influencia o debate político”⁸⁵ (Rafter, 2013: 36)⁸⁶. O jornalismo político é também marcado, como observa Diogo Ribeiro (2012) “pela tendência para a interpretação, sobretudo desde a década de 1970. É comum os repórteres misturarem factos com análises próprias, questionarem as decisões dos políticos ou as suas intenções, inferirem possíveis causas e consequências,

⁸³ Traduzido do original, em inglês: “Common sense dictates that specialist skills are derived from either educational study (such as knowledge of the law) or from first-hand experience (for example ‘coalface’ politics)”.

⁸⁴ Traduzido do original, em espanhol: “(...) la especialización representa una importante herramienta de trabajo científico e intelectual”.

⁸⁵ Traduzido do original, em inglês: “Journalists are important participants in the political process (...). Their work has an impact upon – and influences – political debate”.

⁸⁶ Rafter, Kevin (2013), “Political journalism”, in *Specialist Journalism*. London: Routledge

colocando-se como analistas daquilo que observam” (Ribeiro, 2012: 27). No Portugal revolucionário, o exercício do jornalismo e da política era “uma espécie de espaço Schengen, no qual uns e outros circulavam e se exprimiam sem problemas de identidade” (Figueira, 2007: 21).

4.9. As crónicas de Saramago

Saramago chega ao *Diário de Notícias* um ano após o derrube da ditadura. Afastado António de Spínola e, com ele, algumas das resistências a uma mudança mais rápida e profunda, a Revolução procurava novos rumos. Em causa, estava o modelo político a implementar tendo em vista a construção do novo Portugal.

Militante do PCP desde 1969, José Saramago entra, em 1975, para o *Diário de Notícias*, jornal no qual se podiam notar já várias tentativas de tomadas de posição de vários quadrantes políticos. É, contudo, através de José Saramago que este jornal assume, por fim, o seu papel enquanto ator político na revolução. As suas crónicas são, pois, o meio através do qual o autor está ativo politicamente e elas são igualmente úteis para compreender o processo revolucionário. Para uma melhor compreensão das mesmas, pareceu-nos pertinente identificar, em primeiro lugar, quais os assuntos presentes nos seus textos, demonstrado no Quadro nº 3.

Quadro nº 3 – Assuntos abordados nas crónicas políticas de José Saramago

Assuntos da secção “Política”	Número de crónicas
Socialismo	15
Governos Provisórios	12
Eleições	6
MFA	4
Golpes de Estado (28 de Setembro e 11 de Março)	3
Total	40

Ao analisar as noventa e cinco crónicas escritas por José Saramago no período em que esteve no *Diário de Notícias* (abril 1975 – novembro 1975), detetamos que existem

temas recorrentes, que são objeto de análise do cronista. Como é demonstrado no Quadro nº 3, o assunto que merece mais atenção do então diretor-adjunto do *DN* é aquilo que o próprio chama “o caminho para o socialismo”. A ele dedica crônicas como: “Cuidemos do que é nosso” (16 de abril de 1975), “Varinha de condão, não!” (18 de abril de 1975), “Oficioso, mas não dessa maneira” (5 de maio de 1975), “Sobre o fio da navalha” (9 de maio de 1975), “Donde somos nós?” (2 de junho de 1975), “O jogo da nossa vida” (2 de julho de 1975), “As cartas na mesa” (12 de julho de 1975), “A mão do imperialismo” (18 de julho), “Alguém está a mais” (25 de julho de 1975). “Salvar a Revolução” (28 de julho de 1975), “Poupar o inimigo” (1 de agosto de 1975), “Carta aberta a Salvador Allende” (7 de agosto de 1975), “Uma semana decisiva” (20 de outubro de 1975), “Os três discursos” (27 de outubro de 1975) e “O quarto discurso” (28 de outubro de 1975).

Sobre os Governos Provisórios, Saramago escreveu “O nosso não é representativo” (29 de abril de 1975), “O espírito de militância” (15 de maio de 1975), “Um governo menos provisório” (6 de agosto de 1975), “Ser ou não ser Vasco” (23 de agosto de 1975), “E o exército do PPD?” (3 de outubro de 1975), “A grave comunicação” (15 de outubro de 1975) “O humor triste” (23 de outubro de 1975) “O inútil reconhecimento” (12 de novembro de 1975), “Que grande minoria!” (17 de novembro de 1975), “Aviso prévio para golpe?” (19 de novembro de 1975), “Falemos de golpes” (21 de novembro de 1975) e ainda “Hoje há Conselho” (24 de novembro de 1975).

“O voto dos bispos” (17 de abril de 1975), “O branco em discussão” (22 de abril de 1975), “O povo contra o medo” (23 de abril de 1975), “Votados e explicados” (28 de abril de 1975), “Somar esquerda e esquerda” (7 de maio de 1975) e “O fascismo ao colo” (12 de agosto de 1975) são as crônicas cujo tema principal são as eleições.

O MFA merece também a sua particular atenção tendo-lhe dedicado crônicas como “Os caminhos e as saídas (23 de maio de 1975), “O justo interesse” (28 de maio de 1975), “Discursos, programa e pacto” (5 de junho de 1975) e “As grandes manobras” (21 de agosto de 1975).

José Saramago comenta os Golpes do Estado 28 de setembro de 1974 e de 11 de março de 1975 em três crônicas: “Os relatórios da vergonha” (24 de abril de 1975),

“Uma nova provocação” (20 de maio de 1975), “O minuto das decisões” (23 de junho de 1975).

O autor analisou outros temas quentes da atualidade nacional, como por exemplo, a descolonização, o trabalho desenvolvido pelos representantes diplomáticos de Portugal noutros países, a fuga dos Pides da prisão de Alcoentre, entre outros. Apesar da importância destes assuntos, achámos que a pouca abordagem do autor não justifica uma análise mais detalhada da nossa parte.

Como vimos no Quadro nº 3, os temas aos quais Saramago deu mais atenção totalizam 40 crónicas. No entanto, e por haver repetição de assuntos, destacámos apenas aquelas que, ou pela maneira como estão escritas, ou pela forma como o autor deixa passar a sua posição, nos pareceram mais relevantes.

4.9.1 A instabilidade político-social: a visão de Saramago

Os primeiros meses após a Revolução dos Cravos (maio a setembro de 1974) foram dominados pelo braço de ferro entre António de Spínola e a Comissão Coordenadora do MFA. Em causa estavam os seus diferentes pontos de vista relativamente à descolonização, mas também ao processo de transição para a democracia. Como pano de fundo, Portugal assiste a uma vaga de greves, manifestações, e outras ações normais de um país que, após 40 anos sob um regime ditatorial pode, finalmente, se expressar. A política torna-se um tema dominante e atinge, inevitavelmente, os *media*. Numa primeira fase, a preocupação parece ser a de sanear as estruturas dos órgãos de comunicação social, afastando-os do que ainda os pode ligar à ditadura. “Acusadas de colaboracionismo com o regime deposto, as direcções e administrações de grande parte dos jornais nacionais, bem como das principais emissoras de rádio e da Radiotelevisão Portuguesa são substituídas” (Rezola e Marques, 2014: 10).

À medida que a Revolução avança, os partidos mostram ter mais interesse nos *media*. Esta “obsessão” é realçada por Mário Mesquita que afirma que houve uma luta entre “governantes inexperientes, divididos entre si e (mais ou menos) temerosos das energias populares”, “partidos recém-criados, sequiosos de acesso à opinião pública” e

ainda “militares experimentados em campanhas de «acção psicológica» nas colónias” (Mesquita, 1988: 96-7).

Os *media* assumem-se, cada vez mais, como atores políticos e participam ativamente no processo revolucionário. A par disso, começam a verificar-se mudanças em termos de estrutura do poder. O principal objetivo do MFA, após o golpe do 28 de setembro, é o de definir o seu papel e lugar na estrutura do Estado (Rezola, 2006). É nos finais de dezembro que o MFA anuncia a sua intenção de se institucionalizar. Nesta altura, o Movimento dispunha já de posições importantes, visto que dominava o III Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves.

O ano de 1975 acentua ainda mais as divergências que existiam entre o PCP e o PS.

O fracasso do golpe do 11 de março cria as condições propícias para que a revolução acelere o seu passo. Uma das suas primeiras consequências será a constituição do Conselho de Revolução (CR), organismo que herda “as competências antes atribuídas à Junta de Salvação Nacional, ao Conselho de Estado e ao Conselho de Chefes Estados-Maiores das Forças Armadas”, e que, “enquanto órgão representativo do MFA, passa a ocupar um lugar de destaque na estrutura constitucional revolucionária” (Rezola, 2002 :46).

Para além da institucionalização e formalização do poder militar, o golpe do 11 de março impulsionou a nacionalização de companhias de seguro e da banca, bem como o desencadeamento da Reforma Agrária. Estas medidas têm por base um modelo de socialismo dirigista, aproximando-se em larga medida ao modelo de socialismo soviético, aquele com o qual Saramago se identifica.

Consagrado como “órgão supremo do processo revolucionário” (Rezola, 2010: 224), o CR assume-se como o “motor da revolução”. Quando foi criado, aparenta ser um organismo forte e consensual. Na crónica “Os caminhos e as saídas”, publicada a 23 de maio de 1975, José Saramago realça a ideia do apartidarismo do movimento, enquanto ator fundamental para superar as divisões político-partidárias e os problemas delas decorrentes. O autor interroga se o MFA pretende isolar-se dos partidos. “Ao querer estabelecer o máximo de ligações directas com as massas populares através de órgãos espontâneos que os representem, o MFA delimita-se dos partidos” (Saramago, 1990: 237). E questiona, ainda, se “(...) é possível construir o socialismo sem os

partidos políticos? Referimo-nos, claro está, àqueles que estiverem realmente interessados na construção... Ou terá o MFA de transformar-se em partido político?”, pergunta Saramago. (Saramago, 1990: 238).

No entanto, a imagem de consenso que se construía, numa primeira fase, em torno do CR rapidamente se desvanece. Do grande leque de fatores destacam-se dois acontecimentos de extrema importância para o rumo do processo revolucionário: as eleições para a Assembleia Constituinte, no mês de abril, e a luta entre os partidários da legitimidade revolucionária e a legalidade revolucionária. Sobre a realização das eleições para a Assembleia Constituinte, em abril de 1975, Saramago tem uma posição muito clara. A crónica “O povo contra o medo”, publicada a 23 de abril, pode ser considerada uma espécie de chamamento, um apelo aos portugueses para não se absterem. Porque, como observa, “o medo do povo serve aos Caetanos, Tomases, Spínolas e acólitos, serve aos capitalistas (...), serve ao banditismo fascista, que mudou de nome e de cara segundo as lições dos seus mestres, serve à conjuntura internacional que olha o nosso país como um perigo para o planeta, serve ao neofascismo, que levanta a cabeça na Europa, serve enfim, para tudo dizer numa palavra, aos inimigos do povo” (Saramago, 1990: 209). O exercício do direito ao voto, depois de 40 anos de ditadura, era uma forma de liberdade e luta contra os opressores. O medo do povo interessava a um pequeno grupo que ainda sonhava com o regresso ao “fascismo” e as eleições representavam uma forma de contrariar esta vontade por parte de alguns grupos.

As eleições de abril de 1975 para a Assembleia Constituinte foram um sucesso: 92% dos portugueses votaram naquelas que são as primeiras eleições livres com sufrágio universal realizadas em Portugal. O povo lutou “contra o medo”.

Ainda sobre este assunto, Saramago escreve “Votados e explicados” a 28 de abril de 1975. Para além de salientar a grande participação popular, Saramago destaca os resultados eleitorais. A vitória recaiu sobre o PS, com cerca de 38% dos votos. Segundo o cronista do *DN*, estas eleições realizadas um ano depois do derrube da ditadura, mostraram, sobretudo, a vontade que os portugueses tinham de mudar o país. “Votando maioritariamente nos partidos de esquerda, com especial relevância para o Partido Socialista, o povo português, mesmo quando confusamente votou na Revolução. Votou, sobretudo, contra o passado, votou a favor do futuro. (...)”, (Saramago, 1990: 212). O autor conclui dizendo que “(...) próximas eleições, dizíamos, acentuarão ainda mais o nosso caminho para a esquerda” (Saramago, 1990: 213).

A luta entre os defensores da legitimidade revolucionária e os partidários da legalidade eleitoral acentua-se a partir do mês de maio, altura em que o PS sai à rua para contestar o poder militar. Há já algum tempo que se verificavam hesitações quanto ao rumo político que o país devia seguir. A partir de então, são cada vez mais evidentes as diferentes conceções de “via socialista portuguesa”. Não havia consenso no tipo de socialismo a implementar em Portugal. O socialismo que o PS idealizava exigia um sistema parlamentar multipartidário, ao passo que o PCP e os setores militares *gonçalvistas* apostavam na Aliança Povo-MFA, tendo em vista a constituição de um regime socialista em muito semelhante ao então, em vigor nos países da Europa de Leste. Posto isto, “o amplo debate que então se começa a travar, acerca da via socialista a definir, deixa transparecer as dificuldades de estabelecer com clareza os seus parâmetros (...)” (Rezola, 2002: 48-9).

Saramago toma posição neste debate, assumindo a defesa de um “caminho para o socialismo” na crónica “Cuidemos do que é nosso”, publicada a 16 de abril. “Ultrapassando erros, hesitações, excessos porventura, as massas trabalhadoras nunca perderam o sentido da orientação fundamental, como o barco à vela, forçado por ventos contrários, a navegar à bolina. Esse sentido conduzia e conduz ao socialismo. Nenhum outro destino serve o Povo Português, porque todos seriam modos disfarçados de manter a exploração capitalista” (Saramago, 1990: 199). Esta ideia é realçada na crónica “Varinha de condão, não!”, publicada a 18 de abril, onde José Saramago afirma que “o socialismo é o caminho único, mas não é uma avenida larga por onde possa avançar o País inteiro levando as suas bandeiras e cantando os seus hinos de vitória” (Saramago, 1990: 202). Para Saramago o socialismo não é “(...) uma varinha de condão, que por obra de sobrenatural mudasse o feio em bonito, o mau em bom ou o pouco em muito. (...) Deve em termos claros ser explicado ao País, ao Povo Português, que vai ser preciso trabalhar duramente, que vai ser preciso trabalhar já, para que Portugal continue e o socialismo se construa” (Saramago, 1990: 203).

Em pleno verão, o assunto volta a ser tema de duas crónicas de Saramago. São elas “A mão do imperialismo” (18 de julho de 1975) e “Carta aberta a Salvador Allende” (7 de agosto de 1975). A primeira crónica surge no dia de uma importante assembleia do MFA, onde se aprova a constituição de um diretório - e no seguimento do pedido de dois países, França e Alemanha, de que o apoio económico que estavam a dar a Portugal fosse retirado. Em “A mão do imperialismo” Saramago salienta que

“nenhuma dúvida é já possível: ou Portugal cai sob a repressão de um regime neofascista capaz de rivalizar com o Chile de Pinochet e seus mandantes, ou cede às pressões nacionais e internacionais interessadas em fazê-lo ingressar na jangada capitalista e hábil da social-democracia, ou avança decididamente, lutando, para o socialismo” (Saramago, 1990: 290). Na segunda, “Carta aberta a Salvador Allende”, o caso do Chile volta a ser focado. Na altura em que o texto foi escrito, o antigo presidente do Chile já estava morto. Fundador do Partido Socialista no Chile, em 1933 e presidente de 1970 a 1973, Allende impulsionou uma reforma agrária e levou a cabo políticas de nacionalização, procurando desta forma delinear o chamado “caminho chileno para o socialismo”. Porém, este governo foi curto devido ao golpe de Estado de Augusto Pinochet, a 11 de setembro de 1973, que depôs o democraticamente eleito Allende e o levou ao suicídio. É importante notar que tanto Allende como Saramago eram marxistas. Esta "Carta aberta a Salvador Allende" foi a forma que Saramago encontrou para manifestar o seu desejo de que Portugal trilhasse um caminho para o socialismo semelhante ao definido por Allende. Também repleta de críticas, nesta crónica o diretor-adjunto do *DN* afirma que Portugal não sabe o que quer: “(...) viemos a concluir que quando o povo português estava pacificamente disposto a ir para o socialismo, não o estavam clarificadamente os militares” (Saramago, 1990: 313). Simultaneamente comenta que em Portugal “país que parece ter escolhido definitivamente o Sebastianismo, julgámos que tudo se fazia de cravos e canções” (Saramago, 1990: 314).

O “Verão Quente” ficou também marcado pela divisão do MFA em torno de diferentes projetos políticos. A necessidade de clarificar o projeto político do CR “leva à ruptura da coesão do MFA e, conseqüentemente, a uma fragilização da sua capacidade de liderança” (Rezola, 2010: 225). Maria Inácia Rezola acrescenta que “apesar do acordo quanto à necessidade do estabelecimento de uma ‘aliança Povo-MFA’, concebida como elemento central e estruturante da ‘via’ a instituir, a determinação dos contornos e parâmetros dessa aliança, assim como do esquema da organização do Estado, geram uma ampla divisão no interior do MFA” (Rezola, 2010: 226). Em pleno “Verão Quente” de 1975, a ruptura consuma-se: o MFA divide-se em diversos grupos e fações que protagonizam “projectos políticos próprios e contraditórios, lutando por impor as suas concepções e pelo domínio do poder” (Rezola, 2010: 226).

Os diferentes projetos traduzem-se na produção de diferentes documentos contendo uma proposta de política diferentes. A 8 de julho, é dado a conhecer o *Documento-Guia da Aliança Povo-MFA*. Este documento “acaba por institucionalizar os órgãos de poder popular (comissões de moradores, comissões de trabalhadores, ...) e, sobretudo, a Aliança Povo-MFA, marginalizando o papel das forças políticas no processo” (Rezola, 2002: 55). Em agosto é divulgado o *Documento dos Nove*, que defendia a transição gradual para um socialismo assente numa democracia representativa pluralista. Opondo-se abertamente às propostas do *Documento-Guia da Aliança Povo-MFA*, promovido pelo chamado grupo gonçalvista, “um dos primeiros efeitos do *Documento dos Nove* será, de facto, o de acelerar a queda do primeiro-ministro Vasco Gonçalves” (Rezola, 2002: 59). A 13 de agosto, é dado a conhecer um novo programa político, protagonizado pelos setores que se encontram em torno de Otelo Saraiva de Carvalho, comandante da COPCON. Conhecido como *Documento do COPCON*, defende uma democracia direta.

A divisão do MFA é abordada na crónica “As grandes manobras” de 21 de agosto. O autor refere que, quando se formou, o MFA pouco sabia e “aprendeu ou desaprendeu na prática e no contacto directo com o povo” (Saramago, 1990: 321). O problema é que “não pôde (...) manter-se afastado do manobristo político”. O Movimento “fragmentou-se, pulverizou-se, como um pequeno universo em expansão, e acompanhou assim, satélite ou satelizando, as diversas forças políticas civis, até chegarmos todos a esta magnífica confusão. Eis, pois, as grandes manobras”. (Saramago, 1990: 322). Saramago critica, ainda, a atitude de alguns membros do MFA que, abandonando os princípios desse Movimento, passaram a desempenhar o “papel de medíocres políticos”. Estas críticas, dirigidas ao *Grupo dos Nove*, contrastam com o elogio que tece ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Diz Saramago que, “uma pessoa, ao menos, conservou o espírito do MFA. Outros terão parte ainda, esse tem o todo. É o general Vasco Gonçalves (...)” (Saramago, 1990: 322). O apoio a Vasco Gonçalves é novamente referido pelo cronista na crónica “Ser ou não ser Vasco”, de 23 de agosto. Neste editorial, Saramago salienta que “o primeiro-ministro Vasco Gonçalves é homem para o socialismo, o único entre as figuras históricas do MFA” (Saramago, 1990: 324).

Durante o “Verão Quente”, a queda do IV Governo Provisório deixa patente uma rutura que já se adivinhava pelo menos desde os incidentes do 1º de maio⁸⁷, do Renascença e do caso República. A luta política acentua-se durante estes meses do “Verão Quente”, percorrendo quartéis e ruas do país. A primeira vítima desta luta é o primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Depois da rutura da coligação governamental, a 17 de julho, Vasco Gonçalves vê-se em dificuldades para constituir um novo executivo. A 8 de agosto toma finalmente posse o V Governo, o mais curto e provisório dos governos provisórios.

Esta ideia é contestada por José Saramago. Numa crónica publicada a 6 de agosto e intitulada “Um governo menos provisório”, Saramago questiona o facto de os EUA terem posto em causa o papel do executivo, afirmando, ironicamente, que só o que era americano é que era bom. Todavia, agora, chegara a altura de o próprio autor interrogar o que a América questionou: “Que vai então fazer o V Governo Provisório?” (Saramago, 1990: 311). Neste dia, o cronista explica que o governo já se encontra formado e que o nome do “provisório” não haveria de ser problemático. Para Saramago, só há uma coisa a fazer: acabar com o carácter provisório do governo e passar a existir um órgão capaz de gozar o país. “Porque se o não fizer não durará muito” (Saramago, 1990: 311). Porém, o V Governo Provisório também não resultou e deixa de funcionar, formalmente no final de agosto.

O VI Governo (19 de setembro de 1975 a 23 de julho de 1976), chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo, foi o último dos governos provisórios. No seu programa, fazia alusões à “necessidade de reforço da autoridade democrática, da ordem e da disciplina, relegando para segundo plano a prossecução do processo de transformação socialista” (Reis, 1993: 55). Novamente, para Saramago, a sucessiva constituição de governos provisórios só vem demonstrar a instabilidade política que o país atravessava. Na opinião do cronista, o VI Governo não passa de um governo contrarrevolucionário. Na crónica “A grave comunicação”, publicada a 15 de outubro, Saramago questiona a existência deste governo. O que é, então, este governo? “Um grupo coeso de homens, uma identidade política, uma identificação ideológica, uma vontade ciente da sua possibilidade?” interroga o autor (Saramago, 1990: 334).

⁸⁷ Durante as celebrações do dia do trabalhador verificaram-se confrontos entre militantes socialistas e comunistas e Mário Soares é impedido de subir à tribuna do estádio onde estavam a decorrer as celebrações do 1º de maio. Na tribuna encontravam-se o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o Presidente da República o general Costa Gomes.

No texto “Que grande minoria!”, de 17 de novembro de 1975, Saramago insiste na ideia de que o VI Governo é contrarrevolucionário. O autor realça que este executivo pôs em causa a “minoría”, uma minoria que “(...) crescia, crescia, enchia as avenidas, as ruas, as praças e que inundava o mesmo Terreiro do Paço sem para tal precisar de grandes presenças e vozes políticas” (Saramago, 1990: 371). O almirante Pinheiro de Azevedo desvalorizou esta “minoría” que saiu à rua em protesto contra o VI Governo Provisório, ironiza. “Que vai agora decidir o VI Governo perante uma praça realmente cheia de gente, de gritos e cartazes, de protestos vigorosos contra a sua política, cheia de exigência de uma acção de facto revolucionária, sem traições nem desvios, em que o socialismo não seja burla?” (Saramago, 1990: 371). O autor afirma, ainda, que o problema está neste governo e neste representante, que, em sua opinião, não são adequados para as exigências do país.

Os meses de outubro e novembro de 1975 são particularmente conturbados e de evidente psicose golpista, apesar de o VI Governo Provisório já demonstrar querer uma democracia representativa para o país. “Episódios como o cerco à Assembleia Constituinte, a destruição à bomba dos emissores da Rádio Renascença, a auto suspensão do VI Governo Provisório, a recusa dos sargentos para-quedistas em aceitar a dissolução do AMI, são apenas exemplos do ambiente que se instalara” (Maria Inácia Rezola in “Crónica de um golpe há muito anunciado”. *Público*, 25/11/2000. Lisboa).

Todo o clima de tensão que existiu no ano de 1975, um ano repleto de confrontos e lutas pelo futuro do país, culmina com o golpe do 25 de novembro.

Este golpe de certa maneira já tinha sido anunciado por Saramago, nas crónicas “Aviso prévio para o golpe?”, de 19 de novembro de 1975 e “Falemos de golpes”, publicada a 21 de novembro do mesmo ano. Estas duas crónicas atestam a tese avançada por alguns autores de que a imprensa contribuiu para a criação do clima que leva ao 25 de novembro. Na primeira, Saramago observa que, há já algum tempo, o DN vinha noticiando a eminência de um golpe de Estado. “E ainda convém acrescentar, para descanso de almas inquietas, que notícias destas as não damos às cegas (...), antes lhes buscamos confirmação, para o caso em meios militares igualmente responsáveis. Fique isto claro” (Saramago, 1990: 372). Caso o jornal achasse que o golpe seria possível de acontecer e não noticiasse, “(...) não faltaria quem, com inteira justiça, nos classificasse de traidores, e quem, seguramente, nos procurasse para nos entregar o prémio do silêncio... Eis o que não acontecerá: o único prémio que aceitamos é o da

consciência de estarmos ao serviço das classes trabalhadoras (e só delas) na construção do socialismo. Que se fará.” (Saramago, 1990: 373).

No dia 20 de novembro, o *DN*, surge com a manchete “O País sem Governo”. No dia seguinte, Saramago dedica a sua crónica ao tema.

Em “Falemos de golpes”, de 21 de novembro, Saramago afirma que “(...) um Governo que a si próprio se suspende, está por definição demitido” (Saramago, 1990: 374). O diretor-adjunto critica que “o Governo do almirante Pinheiro de Azevedo, quando recolheu as pastas, já não governava – nem governou nunca” (Saramago, 1990: 374). E Saramago vai mais além, acusando o VI Governo Provisório de ter sido uma farsa, um governo que “(...) manobrou de todas as maneiras para travar o processo revolucionário e enganar as massas trabalhadoras” (Saramago, 1990: 375). Nesta crónica, José Saramago é muito crítico quanto ao VI Governo e ao seu representante, o almirante Pinheiro de Azevedo, questionando que futuro poderia Portugal esperar quando tinha um homem como este à frente do país.

As operações para o 25 de novembro estavam quase a começar, nessa manhã, “numa operação-relâmpago, que visava a neutralização dos meios aéreos e o controlo das comunicações da Força Aérea, os para-quedistas da Base-Escola ocupam, durante a madrugada, as bases aéreas de Tancos, Monte Real e Montijo e o Estado-Maior da Força Aérea” (Maria Inácia Rezola in “Crónica de um golpe há muito anunciado”. *Público*, 25/11/2000. Lisboa).

Apesar disto, e independentemente do que aconteceu ou do que poderia ter acontecido nesse dia, no final, o 25 de novembro resultou no “triumfo dos moderados e a consequente derrota das restantes facções do MFA” (Rezola, 2002: 60). Segundo António Reis, “ao actuarem desconexa e hesitantemente, os radicais entregaram de mão beijada os trunfos ao grupo moderado e ao seu sector operacional. Estes não tiveram pejo em aproveitar a oportunidade assim oferecida para se apoderarem das alavancas do poder militar que, mãos dadas com o basismo do poder popular, constituía um sério obstáculo ao cumprimento do programa inicial do MFA, assente no respeito pela vontade popular expressa em eleições livres por sufrágio universal e directo” (Reis, 1993: 59). Criam-se, então, condições para a normalização democrática.

O PREC deu lugar ao “Processo Constitucional em Curso” e a Constituição da República é aprovada a 2 de abril de 1976. De acordo com António Reis, “o programa

inicial do MFA vira enfim cumpridos dois dos seus objetivos mais importantes, já que a democracia e a descolonização, apesar dos incidentes de percurso e das entorses sofridas, estavam feitas” (Reis, 1993: 62).

4.9.2. A suspensão do *DN* e o fim do jornalismo para Saramago

A edição do *Diário de Notícias* do dia 25 de novembro foi a última da direção de Luís de Barros e de José Saramago. O jornal é suspenso e só volta às bancas dia 22 de dezembro⁸⁸. No dia do golpe, Saramago escreveria uma última crónica intitulada “E o socialismo?”. Este texto apenas se encontra no livro *Os Apontamentos*. O autor diz que “houve vítimas. Haverá prisões e, provavelmente, condenações. Fica por saber, depois do que aconteceu, o destino disto que se dizia ser o socialismo português. É essa a resposta que se exige: em nome de todas as promessas e garantias com que o povo foi contemplado durante ano e meio... Quem pode responder?” (Saramago, 1990: 379).

José Saramago abandonou o *Diário de Notícias* e o cargo de diretor-adjunto. “Em 1975, eu era o diretor-adjunto do *Diário de Notícias*, um jornal que estava ao lado da revolução. Em novembro daquele ano, deu-se em Portugal um contragolpe de direita não fascista, uma espécie de normalização política. E, nessa guinada, eu acabei demitido. A partir daí, fiquei marginalizado, ou ‘queimado’, como se diz. Lidei com esse episódio sem nenhuma dramatização. Disse para mim mesmo: a vida é o que é, tem coisas boas e coisas más e devemos lidar com elas” (José Saramago in *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 de setembro de 1996. Entrevista a José Castello. Brasil). O desejo de socialismo soviético ficou para trás, tal como o apoio a Vasco Gonçalves.

Assumindo frequentemente um tom bastante crítico, o também diretor-adjunto (abril 1975 – novembro 1975) assumiu um papel de “comentador politizado”⁸⁹, como referiu João Marques Lopes (2010: 58) e tratou assuntos relacionados com o Processo Revolucionário em Curso (PREC), com o “caminho para o socialismo”, elogiou o gonalvismo e criticou Mário Soares. Falou sobre as consequências do 25 de abril de 1974, acompanhou a evolução do Movimento das Forças Armadas e debruçou-se,

⁸⁸ Durante o período em que esteve suspenso, os jornalistas do *Diário de Notícias* continuaram a trabalhar, para o caso de a suspensão ser levantada, explicou Daniel Ricardo em entrevista.

⁸⁹ Foram analisadas cerca de 40 crónicas, o que se traduz em um pouco mais de um terço do total de crónicas que o autor escreveu (95). Porém, apenas estão aqui representadas 15 crónicas.

também, sobre as primeiras eleições livres realizadas em Portugal, a 25 de abril de 1975, apelando à participação cívica dos cidadãos. Em algumas crónicas, Saramago escreveu sobre a emigração, a educação, a religião, a imagem de Portugal além-fronteira. Criticou, sobretudo, o VI Governo Provisório e previu a chegada do golpe do 25 de novembro.

O *DN* era um jornal que apoiava a revolução. O trabalho de José Saramago, em novembro, a poucos dias do golpe, foi o de, diversas vezes, ir alertando para a possibilidade de um golpe, tal como outros jornais já o tinham feito anteriormente, como foi o caso de *O Século*.

A crónica “Era uma vez...”⁹⁰ (3 de novembro de 1975) é um exemplo disso. Escreve que o *Diário de Notícias*, nesta altura, escandaliza. “Escandaliza o patrão que não vê mais longe do que a gaveta da caixa e o saldo da conta. Escandaliza os novos governantes depois de ter atacado os antigos. Escandaliza alguns rivais e concorrentes, hoje tomados oficiosos por tática (...)” E escandaliza porque “o *Diário de Notícias* deixou de ser aquele sereno farol de luz fixa e imutável, para ser este outro, apenas imutável e fixo na sua defesa das classes trabalhadoras, da revolução socialista, da vontade popular” (Saramago, 1990: 352).

Quando o jornal volta às bancas, a direção do *DN* já era outra e pertencia a Vítor Cunha Rego (diretor) e Mário Mesquita (subdiretor).

José Saramago abandonava, então, o jornalismo. Em entrevista a Inês Pedrosa, admite que o 25 de novembro alterou o rumo da sua vida. E mostra-se satisfeito por isso. “Muitas vezes me interrogo sobre o que teria sido a minha vida se não tivesse havido o 25 de Novembro. É verdade que nessa altura já tinha escrito alguns livros, mas, com esses, não ocuparia qualquer espaço nos manuais de literatura. Também não sei bem que espaço irei ocupar com estes... Mas houve qualquer coisa de decisivo, (...). O “Verão Quente” de 1975 tinha-me queimado totalmente. Então tomei a grande decisão (...): ‘ou escreves agora, ou decides já que nunca serás escritor’ (...). Agora, finalmente, tenho o direito de ser apenas escritor, 24 horas sobre 24 horas” (José Saramago in “José Saramago: ‘A Península Ibérica nunca esteve ligada à Europa’”,

⁹⁰ Considerámos que esta crónica faz parte da seção “Média”. Porém, pareceu-nos pertinente abordá-la neste contexto.

Jornal de Letras, Artes e Ideias, Lisboa, n.227, 10-16 de novembro de 1986. Entrevista a Inês Pedrosa).

Conclusão

O *Diário de Lisboa* e o *Diário de Notícias* foram os jornais mais marcantes na carreira jornalística de Saramago, uma vez que foi nestas publicações que conseguiu fazer um jornalismo interventivo, um jornalismo que chamasse a atenção do público para os problemas do país. Esse era o seu objetivo. Apesar de todas as crónicas que escreveu terem o seu cunho pessoal, decerto fizeram com que os leitores pensassem sobre inúmeras questões, questionassem a realidade em que viviam e, eventualmente, mudassem a sua maneira de agir. As crónicas estão, quase todas, repletas de comparações, metáforas, eufemismos, repetições, ironias e perguntas retóricas que servem, não só para marcar uma posição, como também para obrigar os leitores a pensar no que queriam para o futuro do país.

Estas características destacam-se por serem diferentes do tipo de escrita que Saramago tinha quando colaborava com o *Jornal do Fundão* e *A Capital*. Nestes dois jornais, o autor escrevia sobre temas soltos, muito pouco ligados à política. Esta fase da carreira jornalística do autor poderá, assim, estar mais relacionada com um jornalismo cultural; um tipo de jornalismo diferente daquele que vai praticar no *Diário de Lisboa* e no *Diário de Notícias*.

No *DL* e no *DN* Saramago pretendia influenciar opiniões. Os seus editoriais, duros, repletos de críticas demonstravam isso mesmo: intervenção. Em entrevista à Clara Ferreira Alves, afirma que “não são os políticos que governam o mundo. Os lugares de poder, além de serem supranacionais, multinacionais, são invisíveis” (*Expresso*, Lisboa, 7 de agosto de 1993)⁹¹.

Para Rogério Vidigal, “Saramago não era um jornalista político em si mesmo, mas tinha uma função política. Ele era um jornalista de intervenção. Defendia o bem comum, o bem público, defendia a retidão e a justiça”⁹².

Consideramos que o tipo de jornalismo que Saramago desenvolveu foi, também, um jornalismo comprometido. Segundo Mário Mesquita, o jornalista comprometido

⁹¹ In <http://caderno.josesaramago.org/161804.html>

⁹² Entrevista realizada pela autora

defende “determinadas causas sociais ou políticas (...)” (Mesquita, 2006: 49). Zeferino Coelho também afirma que, enquanto militante do PCP, a escrita de Saramago está, de certa maneira, comprometida. “Ele não larga a sua ideologia quando começa a escrever, como é evidente”⁹³, diz Zeferino Coelho, em entrevista. Este tipo de jornalismo é igualmente analisado por Jorge Pedro Sousa (1999). Na sua opinião, “com a prática de um jornalismo revolucionário pretende-se, geralmente, derrubar um sistema político” (Sousa, 1999).

No fundo, aquilo que José Saramago - enquanto cronista e jornalista que escreveu os editoriais do *Diário de Lisboa* – fez foi dar argumentos aos leitores para repensarem que tipo de futuro queriam para o país. Como vimos, os seus argumentos, não só eram bem sustentados, como também expunham aquilo que muitas vezes as notícias escondiam. O mesmo aconteceu no *Diário de Notícias*.

Nas suas crónicas, Saramago, e desenvolvendo um jornalismo político, não poupou ninguém a críticas nem a elogios, mostrando, claramente, a sua posição em relação ao mais variado tipo de assuntos, apresentando soluções, revelando o que deveria ser, na sua opinião, a escolha dos portugueses e o futuro de Portugal.

A fase jornalística de José Saramago fica, pois, marcada por este percurso de crítica política, assertiva e tão direta quanto o enquadramento o permitia. Crítico por excelência, procurava mudar mentalidades assumindo a “voz” dos jornais para os quais escrevia.

⁹³ Entrevista realizada pela autora

Referências Bibliográficas

AGUILERA, Fernando Gómez (2008), *José Saramago: A consistência dos sonhos – Cronobiografia*, Lisboa: Caminho.

BAPTISTA, Carla (2012) *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses: do século XIX ao Marcelismo*, Lisboa: Escritório Editora.

CABRERA, Ana (2006) *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.

CABRERA, Ana (Org.) (2011), *Jornais, Jornalistas e Jornalismo – Séculos XIX e XX*, Lisboa: Livros Horizonte.

CARVALHO, Alberto Arons (1999) *A Censura à Imprensa na época Marcelista*. Coimbra: Minerva Coimbra.

CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla (2007) *Jornalistas do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Lisboa: Caminho.

FIGUEIRA, João (2007), *Os Jornais como Actores Políticos – O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*, Coimbra. Minerva Coimbra.

FITAS, Manuel (2010) *Seara Nova: Tempos de mudança... e de perseverança (1940-1958)*. Tese de Mestrado – Universidade do Porto.

FRANCO, Graça (1993), *A censura à imprensa (1820-1974)*. s.l.: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

GOMES, Pedro Miguel Marques (2011), *Imprensa e Revolução: Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no “Verão Quente” de 1975*, Lisboa: Alêtheia Editores.

HAGE, Volker, VELASCO, Rafael et.al (2011), *Palavras para José Saramago*, Lisboa: Caminho

LEMOS, Mário (2006) *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*, Coimbra: Ariadne Editora.

- LOPES, João Marques (2010) *Biografia – José Saramago*. Lisboa. Guerra & Paz.
- MENDES, Miguel Gonçalves (2011) *José e Pilar: Conversas Inéditas*, Lisboa. Companhia das Letras.
- MESA, Rafael Yanes (2004) *Géneros Periodísticos y Géneros Anexos*. Fragua.
- MESQUITA, Mário (1988), *Estratégias Liberais e dirigistas na comunicação social de 1974-1975 da comissão Ad-Hoc à Lei de Imprensa* in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8, Lisboa, CECL/UNL, pp. 96-97
- MESQUITA, Mário (2006) *O Quarto Equívoco O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- ORANGE, Richard e TURNER, Barry (2013) *Specialist Journalism*. London: Routledge.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2014), *História da Oposição à Ditadura (1926-1974)*, Porto: Figueirinhas.
- PIMENTEL, Irene Flunser; FARINHA, Luís; MADEIRA, João (2007), *Vítima de Salazar*, Lisboa: Esfera dos Livros.
- REBELO, José (Org.) (2011). *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*. Lisboa: Gradiva.
- REIS, António (1986), “A abertura falhada de Caetano: o impasse e a agonia do regime”, in António Reis (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa pp 45-60.
- REIS, António, “A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização” in *Portugal Contemporâneo*, dir. por António Reis, vol. 6, Publicações Alfa, Lisboa [1993], pp. 13-62
- REIS, António (1999), “A «Seara Nova» e a Revolução de Abril”, in *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 5, Abril-Junho, pp. 22-25

REZOLA, Maria Inácia, (2006), *Os militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa: Campo da Comunicação.

REZOLA, Maria Inácia; GOMES, Pedro (2014), *A Revolução nos Media*, Lisboa: Tinta da China.

REZOLA, Maria Inácia (2010), *Os militares na revolução portuguesa*, in Lemus, Encarnación (coord.), Fernando Rosas e Raquel Varela, *O fim das ditaduras ibéricas (1974-1978)*, Sevilha, Fundación Publica Andaluza Centro de Estudios Andaluces, pp. 209-230

REZOLA, Maria Inácia (2002), *Uma Epidemia de Planos: Projectos Políticos do MFA no «Verão Quente» de 1975* *Arquivos da Memória*, n.º 12/13 (2002), pp. 43-60.

RIVERA, Jorge B. (2003), *El periodismo cultural*. Buenos Aires: Paidós.

SANTOS Silva, D. (2011). *Génese e Evolução do Jornalismo Cultural em Portugal*. In *Actas Online do Congresso Internacional de História dos Media e do Jornalismo* (pp. 1–28). Lisboa: CIMJ - Centro de Investigação Media e Jornalismo.

SARAMAGO, José (1997), *A Bagagem do Viajante*. Lisboa: Caminho.

SARAMAGO, José (2006), *As Pequenas Memórias*. Lisboa: Caminho.

SARAMAGO, José (1998), *Cadernos de Lanzarote – Diário III*. Lisboa: Caminho.

SARAMAGO, José (1997) *Deste Mundo e do Outro*. Lisboa: Caminho.

SARAMAGO, José (1990), *Os Apontamentos*. Lisboa: Caminho.

SILVA, João Céu e (2009), *Uma Longa Viagem com José Saramago*. Lisboa: Porto Editora.

SOBREIRA, Rosa Maria (2003), *Os Jornalistas Portugueses, 1933-1974, Uma profissão em construção*, Lisboa: Livros Horizonte

SOUZA, Raquel Souza (2008) *Convergências e divergências: revistas literárias em perspectiva – Pós-Graduação*. São Paulo, Universidade de São Paulo.

TENGARRINHA, José (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho.

TENGARRINHA, José (2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra: Minerva Coimbra.

TORRES, Esteban (1998), *Géneros del Periodismo de Opinión: Crítica, Comentario, Column, Editorial*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.

TRAQUINA, Nelson (2002) *O que é o jornalismo?* Lisboa: Quimera.

VIVALDI, G. Martín (1986) *Géneros Periodísticos*. Madrid: Paraninfo.

Bibliografia online:

AGUILERA, Fernando Gómez (2011), *José Saramago – Nas suas Palavras*, Lisboa: Caminho [Internet] Disponível em <http://evandocarmo.files.wordpress.com/2011/04/aspalavrasdesaramago-josesaramago.pdf> - Consultado em maio 2014.

ALVES, Eduardo (2009), *Jornal do Fundão. Jornalismo de Causas, Cultura e Identidade*, Tese de Mestrado. Covilhã: Universidade da Beira Interior [Internet] Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/m-jornalismo-2009-eduardo-alves.pdf>.

ANDRINGA, Diana (2008) “Jornalismo: Uma Profissão em Mudança”, In *VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: FCSH/UNL [Internet] Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/442.pdf> - Consultado em maio de 2014.

Levantado do Chão (2008), Lisboa. RTP [Internet] Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zLKkDJusMZc>.

REZOLA, Inácia (2000), “Crónica de um golpe há muito anunciado”, in *Público*. Lisboa [Internet] Disponível em <http://www.publico.pt/destaque/jornal/cronica-de-um-golpe-ha-muito-anunciado-151668> – consultado em setembro 2014.

SHUDSON, Michael Shudson (1978), “The penny press” [Internet] Disponível em <http://historyofjournalism.onmason.com/2009/12/02/schudson-chapter-1-the-penny-press/> - Consultado em 13 de julho de 2014.

SOUSA, Jorge Pedro (1999), *As notícias e os seus efeitos*, Porto: Universidade Fernando Pessoa [Internet] Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html> - Consultado em junho 2014.

SOUSA, Jorge Pedro (2006) *Elementos de Teoria e Pesquisa de Comunicação e dos Media*, Porto: s.e. [Internet] Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>].

SOUSA, Jorge Pedro (2001), *Elementos do jornalismo impresso*, Porto: s.e. [Internet] Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf> - Consultado em julho de 2014.

WILLIAMS, Raymond (1998), *The Analysis of Culture*, in *Cultural Theory and Popular Culture – A Reader*, Athens: University of Georgia Press [Internet] Disponível em <https://www.amherst.edu/media/view/88660/original/Williams+-+The+Analysis+of+Culture.pdf>]. Consultado em julho 2014.

WINDER, Robert, (1992) ‘Death in Lisbon: a poet disintegrates: ‘The Year of the Death of the Ricardo Reis’, *The Independent*, London. [Internet] Disponível em <http://www.independent.co.uk/voices/book-review--death-in-lisbon-a-poet-disintegrates-the-year-of-the-death-of-ricardo-reis--jose-saramago-tr-giovanni-pontiero-harvill-799-pounds-1538909.html>

Sites:

Comissão da Carteira de Jornalista: <http://www.ccpj.pt/legisdata/LgLei1de99de13deJaneiro.htm> [consultado a 10 de julho de 2014].

Fundação José Saramago: <http://www.josesaramago.org/>

Outros Cadernos de Saramago: <http://caderno.josesaramago.org>

Imprensa:

A Capital – 1968 a 1971

O Jornal do Fundão – 1971-1972

O Diário de Lisboa – 1972-1973 (também disponível em http://www.fmsoares.pt/diario_de_lisboa/ano)

O Diário de Notícias – março a novembro de 1975

ANEXO 1

Discurso de José Saramago – Prémio Nobel da Literatura (1998)

De como a Personagem Foi Mestre e o Autor Seu Aprendiz

“O homem mais sábio que conheci em toda a minha vida não sabia ler nem escrever. Às quatro da madrugada, quando a promessa de um novo dia ainda vinha em terras de França, levantava-se da enxerga e saía para o campo, levando ao pasto a meia dúzia de porcas de cuja fertilidade se alimentavam ele e a mulher. Viviam desta escassez os meus avós maternos, da pequena criação de porcos que, depois do desmame, eram vendidos aos vizinhos da aldeia. Azinhaga de seu nome, na província do Ribatejo. Chamavam-se Jerónimo Melrinho e Josefa Caixinha esses avós, e eram analfabetos um e outro. No Inverno, quando o frio da noite apertava ao ponto de a água dos cântaros gelar dentro da casa, iam buscar às pocilgas os bácoros mais débeis e levavam-nos para a sua cama. Debaixo das mantas grosseiras, o calor dos humanos livrava os animaizinhos do enregelamento e salvava-os de uma morte certa. Ainda que fossem gente de bom carácter, não era por primores de alma compassiva que os dois velhos assim procediam: o que os preocupava, sem sentimentalismos nem retóricas, era proteger o seu ganha-pão, com a naturalidade de quem, para manter a vida, não aprendeu a pensar mais do que o indispensável. Ajudei muitas vezes este meu avô Jerónimo nas suas andanças de pastor, cavei muitas vezes a terra do quintal anexo à casa e cortei lenha para o lume, muitas vezes, dando voltas e voltas à grande roda de ferro que accionava a bomba, fiz subir a água do poço comunitário e a transportei ao ombro, muitas vezes, às escondidas dos guardas das searas, fui com a minha avó, também pela madrugada, munidos de ancinho, panal e corda, a recolher nos restolhos a palha solta que depois haveria de servir para a cama do gado. E algumas vezes, em noites quentes de Verão, depois da ceia, meu avô me disse: "José, hoje vamos dormir os dois debaixo da figueira". Havia outras duas figueiras, mas aquela, certamente por ser a maior, por ser a mais antiga, por ser a de sempre, era, para toda as pessoas da casa, a figueira. Mais ou menos por antonomásia, palavra erudita que só muitos anos depois viria a conhecer e a saber o que significava... No meio da paz nocturna, entre os ramos altos da árvore, uma estrela aparecia-me, e depois, lentamente, escondia-se por trás de uma folha, e, olhando eu noutra direcção, tal como um rio correndo em silêncio pelo céu côncavo, surgia a claridade opalescente da Via Láctea, o Caminho de Santiago, como ainda lhe chamávamos na aldeia. Enquanto o sono não chegava, a noite povoava-se com as histórias e os casos que o meu avô ia contando: lendas, aparições, assombros, episódios singulares, mortes antigas, zaragatas de pau e pedra, palavras de antepassados, um incansável rumor de memórias que me mantinha desperto, ao mesmo tempo que suavemente me acalentava. Nunca pude saber se ele se calava quando se apercebia de que eu tinha adormecido, ou se continuava a falar para não deixar em meio a resposta à

pergunta que invariavelmente lhe fazia nas pausas mais demoradas que ele calculadamente metia no relato: "E depois?". Talvez repetisse as histórias para si próprio, quer fosse para não as esquecer, quer fosse para as enriquecer com peripécias novas. Naquela idade minha e naquele tempo de nós todos, nem será preciso dizer que eu imaginava que o meu avô Jerónimo era senhor de toda a ciência do mundo. Quando, à primeira luz da manhã, o canto dos pássaros me despertava, ele já não estava ali, tinha saído para o campo com os seus animais, deixando-me a dormir. Então levantava-me, dobrava a manta e, descalço (na aldeia andei sempre descalço até aos 14 anos), ainda com palhas agarradas ao cabelo, passava da parte cultivada do quintal para a outra onde se encontravam as pocilgas, ao lado da casa. Minha avó, já a pé antes do meu avô, punha-me na frente uma grande tigela de café com pedaços de pão e perguntava-me se tinha dormido bem. Se eu lhe contava algum mau sonho nascido das histórias do avô, ela sempre me tranquilizava: "Não faças caso, em sonhos não há firmeza". Pensava então que a minha avó, embora fosse também uma mulher muito sábia, não alcançava as alturas do meu avô, esse que, deitado debaixo da figueira, tendo ao lado o neto José, era capaz de pôr o universo em movimento apenas com duas palavras. Foi só muitos anos depois, quando o meu avô já se tinha ido deste mundo e eu era um homem feito, que vim a compreender que a avó, afinal, também acreditava em sonhos. Outra coisa não poderia significar que, estando ela sentada, uma noite, à porta da sua pobre casa, onde então vivia sozinha, a olhar as estrelas maiores e menores por cima da sua cabeça, tivesse dito estas palavras: "O mundo é tão bonito, e eu tenho tanta pena de morrer". Não disse medo de morrer, disse pena de morrer, como se a vida de pesado e contínuo trabalho que tinha sido a sua estivesse, naquele momento quase final, a receber a graça de uma suprema e derradeira despedida, a consolação da beleza revelada. Estava sentada à porta de uma casa como não creio que tenha havido alguma outra no mundo porque nela viveu gente capaz de dormir com porcos como se fossem os seus próprias filhos, gente que tinha pena de ir-se da vida só porque o mundo era bonito, gente, e este foi o meu avô Jerónimo, pastor e contador de histórias, que, ao pressentir que a morte o vinha buscar, foi despedir-se das árvores do seu quintal, uma por uma, abraçando-se a elas e chorando porque sabia que não as tornaria a ver.

Muitos anos depois, escrevendo pela primeira vez sobre este meu avô Jerónimo e esta minha avó Josefa (faltou-me dizer que ela tinha sido, não dizer de quantos a conheceram quando rapariga, de uma formosura invulgar), tive consciência de que estava a transformar as pessoas comuns que eles haviam sido em personagens literárias e que essa era, provavelmente, a maneira de não os esquecer, desenhando e tornando a desenhar os seus rostos com o lápis sempre cambiante da recordação, colorindo e iluminando a monotonia de um quotidiano baço e sem horizontes, como quem vai recriando, por cima do instável mapa da memória, a irrealidade sobrenatural do país em que decidiu passar a viver. A mesma atitude de espírito que, depois de haver evocado a fascinante e enigmática figura de um certo bisavô berbere, me levaria a descrever mais ou menos nestes termos um velho retrato (hoje já com quase oitenta anos) onde os meus pais aparecem: "Estão os dois de pé, belos e jovens, de frente para o fotógrafo, mostrando no rosto uma expressão de solene gravidade que é talvez temor diante da

câmara, no instante em que a objectiva vai fixar, de um e de outro, a imagem que nunca mais tornarão a ter, porque o dia seguinte será implacavelmente outro dia... Minha mãe apoia o cotovelo direito numa alta coluna e segura na mão esquerda, caída ao longo do corpo, uma flor. Meu pai passa o braço por trás das costas de minha mãe e a sua mão calosa aparece sobre o ombro dela como uma asa. Ambos pisam acanhados um tapete de ramagens. A tela que serve de fundo posição ao retrato mostra umas difusas e incongruentes arquitecturas neoclássicas". E terminava: "Um dia tinha de chegar em que contaria estas coisas. Nada disto tem importância, a não ser para mim. Um avô berbere, vindo do Norte de África, um outro avô pastor de porcos, uma avó maravilhosamente bela, uns pais graves e formosos, uma flor num retrato - que outra genealogia pode importar-me? a que melhor árvore me encontraria?"

Escrevi estas palavras há quase trinta anos, sem outra intenção que não fosse reconstituir e registar instantes da vida das pessoas que me geraram e que mais perto de mim estiveram, pensando que nada mais precisaria de explicar para que se soubesse de onde venho e de que materiais se fez a pessoa que comecei por ser e esta em que pouco a pouco me vim tornando. Afinal, estava enganado, a biologia não determina tudo, e, quanto à genética, muito misteriosos deverão ter sido os seus caminhos para terem dado uma volta tão larga... À minha árvore genealógica (perdôe-se-me a presunção de a designar assim, sendo tão minguada a substância da sua seiva) não faltavam apenas alguns daqueles ramos que o tempo e os sucessivos encontros da vida vão fazendo romper do tronco central, também lhe faltava quem ajudasse as suas raízes a penetrar até às camadas subterrâneas mais fundas, quem apurasse a consistência e o sabor dos seus frutos, quem ampliasse e robustecesse a sua copa para fazer dela abrigo de aves migrantes e amparo de ninhos. Ao pintar os meus pais e os meus avós com tintas de literatura, transformando-os, de simples pessoas de carne e osso que haviam sido, em personagens novamente e de outro modo construtoras da minha vida, estava, sem o perceber, a traçar o caminho por onde as personagens que viesse a inventar, as outras, as efectivamente literárias, iriam fabricar e trazer-me os materiais e as ferramentas que, finalmente, no bom e no menos bom, no bastante e no insuficiente, no ganho e no perdido, naquilo que é defeito mas também naquilo que é excesso, acabariam por fazer de mim a pessoa em que hoje me reconheço: criador dessas personagens, mas, ao mesmo tempo, criatura delas. Em certo sentido poder-se-á mesmo dizer que, letra a letra, palavra a palavra, página a página, livro a livro, tenho vindo, sucessivamente, a implantar no homem que fui as personagens que criei. Creio que, sem elas, não seria a pessoa que hoje sou, sem elas talvez a minha vida não tivesse logrado ser mais do que um esboço impreciso, uma promessa como tantas outras que de promessa não conseguiram passar, a existência de alguém que talvez pudesse ter sido e afinal não tinha chegado a ser.

Agora sou capaz de ver com clareza quem foram os meus mestres de vida, os que mais intensamente me ensinaram o duro ofício de viver, essas dezenas de personagens de romance e de teatro que neste momento vejo desfilar diante dos meus olhos, esses homens e essas mulheres feitos de papel e tinta, essa gente que eu acreditava ir guiando

de acordo com as minhas conveniências de narrador e obedecendo à minha vontade de autor, como títeres articulados cujas acções não pudessem ter mais efeito em mim que o peso suportado e a tensão dos fios com que os movia. Desses mestres, o primeiro foi, sem dúvida, um medíocre pintor de retratos que designei simplesmente pela letra H., protagonista de uma história a que creio razoável chamar de dupla iniciação (a dele, mas também, de algum modo, do autor do livro), intitulada *Manual de Pintura e Caligrafia*, que me ensinou a honradez elementar de reconhecer e acatar, sem ressentimento nem frustração, os meus próprios limites: não podendo nem ambicionando aventurar-me para além do meu pequeno terreno de cultivo, restava-me a possibilidade de escavar para o fundo, para baixo, na direcção das raízes. As minhas, mas também as do mundo, se podia permitir-me uma ambição tão desmedida. Não me compete a mim, claro está, avaliar o mérito do resultado dos esforços feitos, mas creio ser hoje patente que todo o meu trabalho, de aí para diante, obedeceu a esse propósito e a esse princípio.

Vieram depois os homens e as mulheres do Alentejo, aquela mesma irmandade de condenados da terra a que pertenceram o meu avô Jerónimo e a minha avó Josefa, camponeses rudes obrigados a alugar a força dos braços a troco de um salário e de condições de trabalho que só mereceriam o nome de infames, cobrando por menos que nada a vida a que os seres cultos e civilizados que nos prezamos de ser apreciamos chamar, segundo as ocasiões, preciosa, sagrada ou sublime. Gente popular que conheci, enganada por uma Igreja tão cúmplice como beneficiária do poder do Estado e dos terratenentes latifundistas, gente permanentemente vigiada pela policia, gente, quantas e quantas vezes, vítima inocente das arbitrariedades de uma justiça falsa. Três gerações de uma família de camponeses, os Mau-Tempo, desde o começo do século até a Revolução de Abril de 1974 que derrubou a ditadura, passam nesse romance a que dei o título de *Levantado do Chão*, e foi com tais homens e mulheres do chão levantados, pessoas reais primeiro, figuras de ficção depois, que aprendi a ser paciente, a confiar e a entregar-me ao tempo, a esse tempo que simultaneamente nos vai construindo e destruindo para de novo nos construir e outra vez nos destruir. Só não tenho a certeza de haver assimilado de maneira satisfatória aquilo que a dureza das experiências tornou virtude nessas mulheres e nesses homens: uma atitude naturalmente estóica perante a vida. Tendo em conta, porém, que a lição recebida, passados mais de vinte anos, ainda permanece intacta na minha memória, que todos os dias a sinto presente no meu espírito como uma insistente convocatória, não perdi, até agora, a esperança de me vir a tornar um pouco mais merecedor da grandeza dos exemplos de dignidade que me foram propostos na imensidão das planícies do Alentejo. O tempo o dirá.

Que outras lições poderia eu receber de um português que viveu no século XVI que compôs as "Rimas" e as glórias, os naufrágios e os desencantos pátrios de "Os Lusíadas", que foi um génio poético absoluto, o maior da nossa literatura, por muito que isso pese a Fernando Pessoa, que a si mesmo se proclamou como o Super-Camões dela? Nenhuma lição que estivesse à minha medida, nenhuma lição que eu fosse capaz de aprender, salvo a mais simples que me poderia ser oferecida pelo homem Luís Vaz de Camões na sua estreme humanidade, por exemplo, a humildade orgulhosa de um autor

que vai chamando a todas as portas à procura de quem esteja disposto a publicar-lhe o livro que escreveu, sofrendo por isso o desprezo dos ignorantes de sangue e de casta, a indiferença desdenhosa de um rei e da sua companhia de poderosos, o escárnio com que desde sempre o mundo tem recebido a visita dos poetas, dos visionários e dos loucos. Ao menos uma vez na vida todos os autores tiveram ou terão de ser Luís de Camões, mesmo se não escreverem as redondilhas de "Sôbolos rios"... Entre fidalgos da corte e censores do Santo Ofício, entre os amores de antanho e as desilusões da velhice prematura, entre a dor de escrever e a alegria de ter escrito, foi a este homem doente que regressa pobre da Índia, aonde muitos só iam para enriquecer, foi a este soldado cego de um olho e golpeado na alma, foi a este sedutor sem fortuna que não voltará nunca mais a perturbar os sentidos das damas do paço, que eu pus a viver no palco da peça teatro chamada *Que farei com este livro?*, em cujo final ecoa uma outra pergunta, aquela que importa verdadeiramente, aquela que nunca saberemos se alguma vez chegará a ter resposta suficiente: "Que fareis com este livro?". Humildade orgulhosa, foi essa de levar debaixo do braço uma obra-prima e ver-se injustamente enjeitado pelo mundo. Humildade orgulhosa também, e obstinada, esta de querer saber para que irão servir amanhã os livros que andamos a escrever hoje, e logo duvidar que consigam perdurar longamente (até quando?) as razões tranquilizadoras que acaso nos estejam a ser dadas ou que estejamos a dar a nós próprios. Ninguém melhor se engana que quando consente que o enganem os outros...

Aproximam-se agora um homem que deixou a mão esquerda na guerra e uma mulher que veio ao mundo com o misterioso poder de ver o que há por trás da pele das pessoas. Ele chama-se Baltasar Mateus e tem a alcunha de Sete-Sóis, a ela conhecem-na pelo nome de Blimunda, e também pelo apodo de Sete-Luas que lhe foi acrescentado depois, porque está escrito que onde haja um sol terá de haver uma lua, e que só a presença conjunta e harmoniosa de um e do outro tornará habitável, pelo amor, a terra. Aproxima-se também um padre jesuíta chamado Bartolomeu que inventou uma máquina capaz de subir ao céu e voar sem outro combustível que não seja a vontade humana, essa que, segundo se vem dizendo, tudo pode, mas que não pôde, ou não soube, ou não quis, até hoje, ser o sol e a lua da simples bondade ou do ainda mais simples respeito. São três loucos portugueses do século XVIII, num tempo e num país onde floresceram as superstições e as fogueiras da Inquisição, onde a vaidade e a megalomania de um rei fizeram erguer um convento, um palácio e uma basílica que haveriam de assombrar o mundo exterior, no caso pouco provável de esse mundo ter olhos bastantes para ver Portugal, tal como sabemos que os tinha Blimunda para ver o que escondido estava... E também se aproxima uma multidão de milhares e milhares de homens com as mãos sujas e calosas, com o corpo exausto de haver levantado, durante anos a fio, pedra a pedra, os muros implacáveis do convento, as salas enormes do palácio, as colunas e as pilastras, as aéreas torres sineiras, a cúpula da basílica suspensa sobre o vazio. Os sons que estamos a ouvir são do cravo de Domenico Scarlatti, que não sabe se deve rir ou chorar... Esta é a história de *Memorial do Convento*, um livro em que o aprendiz de autor, graças ao que lhe vinha sendo ensinado desde o antigo tempo dos seus avós Jerónimo e Josefa, já conseguiu escrever palavras como estas, donde não está

ausente alguma poesia: "Além da conversa das mulheres, são os sonhos que seguram o mundo na sua órbita. Mas são também os sonhos que lhe fazem uma coroa de luas, por isso o céu é o resplendor que há dentro da cabeça dos homens, se não é a cabeça dos homens o próprio e único céu". Que assim seja.

De lições de poesia sabia já alguma coisa o adolescente, aprendidas nos seus livros de texto quando, numa escola de ensino profissional de Lisboa, andava a preparar-se para o ofício que exerceu no começo da sua vida de trabalho: o de serralheiro mecânico. Teve também bons mestres de arte poética nas longas horas nocturnas que passou em bibliotecas públicas, lendo ao acaso de encontros e de catálogos, sem orientação, sem alguém que o aconselhasse com o mesmo assombro criador do navegante que vai inventando cada lugar que descobre. Mas foi na biblioteca da escola industrial que *O Ano da Morte de Ricardo Reis* começou a ser escrito... Ali encontrou um dia o jovem aprendiz de serralheiro (teria então 17 anos) uma revista - "Atena" era o título - em que havia poemas assinados com aquele nome e, naturalmente, sendo tão mau conhecedor da cartografia literária do seu país pensou que existia em Portugal um poeta que se chamava assim: Ricardo Reis. Não tardou muito tempo, porém, a saber que o poeta propriamente dito tinha sido um tal Fernando Nogueira Pessoa que assinava poemas com nomes de poetas inexistentes nascidos na sua cabeça e a que chamava heterónimos, palavra que não constava dos dicionários da época, por isso custou tanto trabalho ao aprendiz de letras saber o que ela significava. Aprendeu de cor muitos poemas de Ricardo Reis ("Para ser grande sê inteiro/Põe quanto és no mínimo que fazes"), mas não podia resignar-se, apesar de tão novo e ignorante, que um espírito superior tivesse podido conceber, sem remorso este verso cruel: "Sábio é o que se contenta com o espectáculo do mundo". Muito, muito tempo depois, o aprendiz, já de cabelos brancos e um pouco mais sábio das suas próprias sabedorias, atreveu-se a escrever um romance para mostrar ao poeta das "Odes" alguma coisa do que era o espectáculo do mundo nesse ano de 1936 em que o tinha posto a viver os seus últimos dias: a ocupação da Renânia pelo exército nazista, a guerra de Franco contra a República espanhola, a criação por Salazar das milícias fascistas portuguesas. Foi como se estivesse a dizer-lhe: "Eis o espectáculo do mundo, meu poeta das amarguras serenas e do cepticismo elegante. Disfruta, goza, contempla, já que estar sentado é a tua sabedoria..."

O Ano da Morte de Ricardo Reis terminava com umas palavras melancólicas: "Aqui, onde o mar se acabou e a terra espera". Portanto, não haveria mais descobrimentos para Portugal, apenas como destino uma espera infinita de futuros nem aos menos inimagináveis: só o fado do costume, a saudade de sempre, e pouco mais... Foi então que o aprendiz imaginou que talvez houvesse ainda uma maneira de tornar a lançar os barcos à água, por exemplo, mover a própria terra e pô-la a navegar pelo mar fora. Fruto imediato do ressentimento colectivo português pelos desdêns históricos de Europa (mais exacto seria dizer fruto de um meu ressentimento pessoal...), o romance que então escrevi - *Jangada de Pedra* - separou do continente europeu toda a Península Ibérica para a transformar numa grande ilha flutuante, movendo-se sem remos, nem

velas, nem hélices em direção ao Sul do mundo, "massa de pedra e terra, coberta de cidades, aldeias, rios, bosques, fábricas, matos bravios, campos cultivados, com a sua gente e os seus animais", a caminho de uma utopia nova: o encontro cultural dos povos peninsulares com os povos do outro lado do Atlântico, desafiando assim, a tanto a minha estratégia se atreveu, o domínio sufocante que os Estados Unidos da América do Norte vêm exercendo naquelas paragens... Uma visão duas vezes utópica entenderia esta ficção política como uma metáfora muito mais géneros e humana: que a Europa, toda ela, deverá deslocar-se para o Sul, a fim de, em desconto dos seus abusos colonialistas antigos e modernos, ajudar a equilibrar o mundo. Isto é, Europa finalmente como ética. As personagens da *Jangada de Pedra*- duas mulheres , três homens e um cão - viajam incansavelmente através da península enquanto ela vai sulcando o oceano. O mundo está a mudar e eles sabem que devem procurar em si mesmos as pessoas novas em que irão tornar-se (sem esquecer o cão, que não é um cão como os outros...). Isso lhes basta.

Lembrou-se então o aprendiz de que em tempos da sua vida havia feito algumas revisões de provas de livros e que se na *Jangada de Pedra* tinha, por assim dizer, revisado o futuro, não estaria mal que revisasse agora o passado, inventando um romance que se chamaria *História do Cerco de Lisboa*, no qual um revisor, revendo um livro do mesmo título, mas de História, e cansado de ver como a dita História cada vez é menos capaz de surpreender, decide pôr no lugar de um "sim" um "não", subvertendo a autoridade das "verdades históricas". Raimundo Silva, assim se chama o revisor, é um homem simples, vulgar, que só se distingue da maioria por acreditar que todas as coisas têm o seu lado visível e o seu lado invisível e que não saberemos nada delas enquanto não lhes tivermos dado a volta completa. De isso precisamente se trata numa conversa que ele tem com o historiador. Assim: "Recordo-lhe que os revisores já viram muito de literatura e vida, O meu livro, recordo-lhe eu, é de história, Não sendo propósito meu apontar outras contradições, senhor doutor, em minha opinião tudo quanto não for vida é literatura, A história também. A história sobretudo, sem querer ofender, E a pintura, e a música, A música anda a resistir desde que nasceu, ora vai, ora vem, quer livrar-se da palavra, suponho que por inveja, mas regressa sempre à obediência, E a pintura, Ora, a pintura não é mais do que literatura feita com pincéis, Espero que não esteja esquecido de que a humanidade começou a pintar muito antes de saber escrever, Conhece o rifão, se não tens cão caça com o gato, ou, por outras palavras, quem não pode escrever, pinta, ou desenha, é o que fazem as crianças, O que você quer dizer, por outras palavras, é que a literatura já existia antes de ter nascido, Sim senhor, como o homem, por outras palavras, antes de o ser já o era, Quer-me parecer que você errou a vocação, devia era ser historiador, Falta-me o preparo, senhor doutor, que pode um simples homem fazer sem o preparo, muita sorte já foi ter vindo ao mundo com a genética arrumada, mas, por assim dizer, em estado bruto, e depois não mais polimento que primeiras letras que ficaram únicas, Podia apresentar-se como autodidacta, produto do seu próprio e digno esforço, não é vergonha nenhuma, antigamente a sociedade tinha orgulho nos seus autodidactas, Isso acabou, veio o desenvolvimento e acabou, os autodidactas são vistos com maus olhos, só os que escrevem versos e histórias para distrair é que estão autorizados a ser autodidactas, mas eu para a criação literária nunca tive jeito, Então,

meta-se a filósofo, O senhor doutor é um humorista, cultivava a ironia, chegou a perguntar-me como se dedicou à história, sendo ela tão grave e profunda ciência, Sou irônico apenas na vida real, Bem me queria a mim parecer que a história não é a vida real, literatura, sim, e nada mais, Mas a história foi vida real no tempo em que ainda não se lhe poderia chamar história, Então o senhor doutor acha que a história e a vida real, Acho, sim, Que a história foi vida real, quero dizer, Não tenho a menor dúvida, Que seria de nós se o deletur que tudo apaga não existisse, suspirou o revisor". Escusado será acrescentar que o aprendiz aprendeu com Raimundo Silva a lição da dúvida. Já não era sem tempo.

Ora, foi provavelmente esta aprendizagem da dúvida que o levou, dois anos mais tarde, a escrever *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. É certo, e ele tem-no dito, que as palavras do título lhe surgiram por efeito de uma ilusão de óptica, mas é legítimo interrogar-nos se não teria sido o sereno exemplo do revisor o que, nesse meio tempo, lhe andou a preparar o terreno de onde haveria de brotar o novo romance. Desta vez não se tratava de olhar por trás das páginas do "Novo Testamento" à procura de contrários, mas sim de iluminar com uma luz rasante a superfície delas, como se faz a uma pintura, de modo a fazer-lhe ressaltar os relevos, os sinais de passagem, a obscuridade das depressões. Foi assim que o aprendiz, agora rodeado de personagens evangélicas, leu, como se fosse a primeira vez, a descrição da matança dos Inocentes, e, tendo lido, não compreendeu. Não compreendeu que já pudesse haver mártires numa religião que ainda teria de esperar trinta anos para que o seu fundador pronunciasse a primeira palavra dela, não compreendeu que não tivesse salvado a vida das crianças de Belém precisamente a única pessoa que o poderia ter feito, não compreendeu a ausência, em José, de um sentimento mínimo de responsabilidade, de remorso, de culpa, ou sequer de curiosidade, depois de voltar do Egito com a família. Nem se poderá argumentar, em defesa da causa, que foi necessário que as crianças de Belém morressem para que pudesse salvar-se a vida de Jesus: o simples senso comum, que a todas as coisas, tanto às humanas como às divinas, deveria presidir, aí está para nos recordar que Deus não enviaria o seu Filho à terra, de mais a mais com o encargo de redimir os pecados da humanidade, para que ele viesse a morrer aos dois anos de idade degolado por um soldado de Herodes... Nesse "Evangelho", escrito pelo aprendiz com o respeito que merecem os grandes dramas, José será consciente da sua culpa, aceitará o remorso em castigo da falta que cometeu e deixar-se-á levar à morte quase sem resistência, como se isso lhe faltasse ainda para liquidar as suas contas com o mundo. O "Evangelho" do aprendiz não é, portanto, mais uma lenda edificante de bem-aventurados e de deuses, mas a história de uns quantos seres humanos sujeitos a um poder contra o qual lutam, mas que não podem vencer. Jesus, que herdará as sandálias com que o pai tinha pisado o pó dos caminhos da terra, também herdará dele o sentimento trágico da responsabilidade e da culpa que nunca mais o abandonará, nem mesmo quando levantar a voz do alto da cruz: "Homens, perdoai-lhe porque ele não sabe o que fez", por certo referindo-se ao Deus que o levara até ali, mas quem sabe se recordando ainda, nessa agonia derradeira, o seu pai autêntico, aquele que, na carne e no sangue, humanamente o gerara. Como se vê, o aprendiz já tinha feito uma larga viagem quando no seu herético

"Evangelho" escreveu as últimas palavras do diálogo no templo entre Jesus e o escriba: "A culpa é um lobo que come o filho depois de ter devorado o pai, disse o escriba, Esse lobo de que falas já comeu o meu pai, disse Jesus, Então só falta que te devore a ti, E tu, na tua vida, foste comido, ou devorado, Não apenas comido e devorado, mas vomitado, respondeu o escriba".

Se o imperador Carlos Magno não tivesse estabelecido no Norte da Alemanha um mosteiro, se esse mosteiro não tivesse dado origem à cidade de Münster, se Münster não tivesse querido assinalar os mil e duzentos anos da sua fundação com uma ópera sobre a pavorosa guerra que enfrentou no século XVI protestantes anabaptistas e católicos, o aprendiz não teria escrito a peça de teatro a que chamou *In Nomine Dei*. Uma vez mais, sem outro auxílio que a pequena luz da sua razão, o aprendiz teve de penetrar no obscuro labirinto das crenças religiosas, essas que com tanta facilidade levam os seres humanos a matar e a deixar-se matar. E o que viu foi novamente a máscara horrenda da intolerância, uma intolerância que em Münster atingiu o paroxismo demencial, uma intolerância que insultava a própria causa que ambas as partes proclamavam defender. Porque não se tratava de uma guerra em nome de dois deuses inimigos, mas de uma guerra em nome de um mesmo deus. Cegos pelas suas próprias crenças, os anabaptistas e os católicos de Münster não foram capazes de compreender a mais clara de todas as evidências: no dia do Juízo Final, quando uns e outros se apresentarem a receber o prémio ou o castigo que mereceram as suas acções na terra, Deus, se em suas decisões se rege por algo parecido à lógica humana, terá de receber no paraíso tanto a uns como aos outros, pela simples razão de que uns e outros nele crêem. A terrível carnificina de Münster ensinou ao aprendiz que, ao contrário do que prometeram, as religiões nunca serviram para aproximar os homens, e que a mais absurda de todas as guerras é uma guerra religiosa, tendo em consideração que Deus não pode, ainda que o quisesse, declarar guerra a si próprio...

Cegos. O aprendiz pensou: "Estamos cegos", e sentou-se a escrever o *Ensaio sobre a Cegueira* para recordar a quem o viesse a ler que usamos perversamente a razão quando humilhamos a vida, que a dignidade do ser humano é todos os dias insultada pelos poderosos do nosso mundo, que a mentira universal tomou o lugar das verdades plurais, que o homem deixou de respeitar-se a si mesmo quando perdeu o respeito que devia ao seu semelhante. Depois, o aprendiz, como se tentasse exorcizar os monstros engendrados pela cegueira da razão, pôs-se a escrever a mais simples de todas as histórias: uma pessoa que vai à procura de outra pessoa apenas porque compreendeu que a vida não tem nada mais importante que pedir a um ser humano. O livro chama-se "Todos os Nomes". Não escritos, todos os nossos nomes estão lá. Os nomes dos vivos e os nomes dos mortos.

Termino. A voz que leu estas páginas quis ser o eco das vozes conjuntas das minhas personagens. Não tenho, a bem dizer, mais voz que a voz que elas tiverem. Perdoai-me se vos pareceu pouco isto que para mim é tudo".

Fonte: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/1998/saramago-lecture-p.html

ANEXO 2

CRÓNICAS NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS – SEÇÕES		
DATA	TÍTULO	SEÇÃO
14/04/1975	“Dar-se ao respeito”	Política
15/04/1975	“A novidade da Revolução”	Economia
16/04/1975	“Cuidemos do que é nosso”	Política
17/04/1975	“O voto dos bispos”	Política
18/04/1975	“Varinha de condão, não!”	Política
19/04/1975	“Não é o povo brasileiro”	Política
21/04/1975	“As lições da rádio Vaticano”	Sociedade
22/04/1975	“O branco em discussão”	Política
23/04/1975	“O povo contra o medo”	Política
24/04/1975	“Os relatórios da vergonha”	Política
28/04/1975	“Votados e explicados”	Política
29/04/1975	“O nosso não é representativo”	Internacional
30/04/1975	“O décimo não premiado”	Política
01/05/1975	“Este segundo primeiro de Maio”	Sociedade
05/05/1975	“Oficioso, mas não dessa maneira”	Política
06/05/1975	“Trabalho e Revolução”	Sociedade
07/05/1975	“Somar esquerda e esquerda”	Política
08/05/1975	“Trinta anos depois, nós”	Sociedade
09/05/1975	“Sobre o fio da navalha”	Política
13/05/1975	“Os cívicos”	Sociedade
14/05/1975	“50 milhões de diferença”	Economia
15/05/1975	“O espírito de militância”	Política
16/05/1975	“O difícil empenhamento”	Política
19/05/1975	“Linha directa”	Política
20/05/1975	“Uma nova provocação”	Política
23/05/1975	“Os caminhos e as saídas”	Política
26/05/1975	“É isto que temem”	Média
27/05/1975	“Ir, dizer e voltar”	Sociedade
28/05/1975	“O justo interesse”	Sociedade
30/05/1975	“Verdade e vontade”	Política
31/05/1975	“O acordo sem o qual não”	Economia
02/06/1975	“Donde somos nós?”	Política
04/06/1975	“A Constituição exigida”	Política
05/06/1975	“Discursos, programas e pacto”	Política
06/06/1975	“Culpas próprias e alheias”	Média
09/06/1975	“«Afinal, como é?»”	Política
10/06/1975	“Nem só Camões vitima”	Internacional
13/06/1975	“CDS: Como diria Salazar”	Política
14/06/1975	“Um pouco é pouco”	Sociedade
16/06/1975	“Ir à Lua por estrada”	Política

17/06/1975	“À espera de Godot?”	Política
18/06/1975	“Ainda à espera...”	Política (apenas no jornal)
20/06/1975	“Um vinho forte de mais”	Sociedade
23/06/1975	“O mundo das decisões”	Política
24/06/1975	“Com todas as forças”	Internacional
25/06/1975	Sem título	Internacional
27/06/1975	“Não perder tudo”	Internacional
30/06/1975	“Democracia à medida de quem?”	Política
01/07/1975	“Alguém é culpado”	Política
02/07/1975	“O jogo da nossa vida”	Política
03/07/1975	“Estão a arder os rastilhos”	Sociedade
07/07/1975	“Contra-revolucionários, nós?”	Política
09/07/1975	“Meditação em Julho”	Sociedade
10/07/1975	“Não há equívoco”	Política
12/07/1975	“As cartas na mesa”	Política
16/07/1975	“O nosso voo espacial”	Política
18/07/1975	“A mão do imperialismo”	Política
21/07/1975	“Outro soldado morto”	Média
22/07/1975	“O tempo da verdade”	Política
23/07/1975	“A trave e o argueiro”	Média
25/07/1975	“Alguém está a mais”	Política
28/07/1975	“Salvar a revolução”	Política
29/07/1975	“A Helsínquia, um presidente”	Internacional
01/08/1975	“Poupar o inimigo”	Política
02/08/1975	“Para franqueza, outra tanta”	Internacional
05/08/1975	“É proibida a loucura”	Política
06/08/1975	“Um governo menos provisório”	Política
07/08/1975	“Carta aberta a Salvador Allende”	Política
09/08/1975	“A crise continua”	Política
12/08/1975	“O fascismo ao colo”	Política
14/08/1975	“A pena e a espada”	Sociedade
21/08/1975	“As grandes manobras”	Política
23/08/1975	“Ser ou não ser Vasco”	Política
01/09/1975	“Intervalo para acusar”	Política
03/10/1975	“E o exército do PPD?”	Política
08/10/1975	“A distância como política”	Política
09/10/1975	“Indisciplina? Vejamos...”	Sociedade
15/10/1975	“A grave comunicação”	Política
17/10/1975	“Amadores e profissionais”	Média
20/10/1975	“Uma semana decisiva”	Política
23/10/1975	“Um humor triste”	Política
27/10/1975	“Os três discursos”	Política
28/10/1975	“O quarto discurso”	Política
30/10/1975	“Conversa de surdos”	Política
03/11/1975	“Era uma vez...”	Média
04/11/1975	“«Que viva a Revolução!»”	Política
05/11/1975	“Corre, corre Carlucci!”	Política
07/11/1975	“Os saudosos do fascismo”	Política
10/11/1975	“O 9 de Novembro”	Política
12/11/1975	“O inútil reconhecimento”	Política
14/11/1975	“Não governa quem quer”	Política
17/11/1975	“Que grande minoria!”	Política

19/11/1975	“Aviso prévio para o golpe?”	Política
21/11/1975	“Falemos de golpes”	Política
24/11/1975	“Hoje há Conselho”	Política